

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Mariana Leite Péres

Os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira: análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo

Juiz de Fora
2025

Mariana Leite Péres

Os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira: análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carina Berta Moljo

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Leite Peres, Mariana.

Os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira: : análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo / Mariana Leite Peres. -- 2025. 142 p.

Orientadora: Carina Berta Moljo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Sexo. 2. Raça. 3. Classe. 4. "Questão Social". 5. Serviço Social brasileiro. I. Berta Moljo, Carina, orient. II. Título.

Mariana Leite Péres

Os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira: análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo

Dissertação apresentada
ao Programa de Pós-
graduação em
Serviço Social
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Serviço Social. Área
de
concentração: Questão
Social, Território,
Política Social e
Serviço Social.

Aprovada em 29 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carina Berta Moljo - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Mirla Cisne Álvaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)



Documento assinado eletronicamente por **Carina Berta Moljo, Professor(a)**, em 31/07/2025, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **YOLANDA APARECIDA DEMETRIO GUERRA, Usuário Externo**, em 31/07/2025, às 22:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirla Cisne Alvaro, Usuário Externo**, em 20/08/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2478634** e o código CRC **EFFBABB3**.

Por amor, à Aurora.
Com dor, em sua memória.

AGRADECIMENTOS

Chegar para agradecer e louvar.
Louvar o ventre que me gerou, o orixá que me tomou,
E a mão da doçura de Oxum que consagrou.
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta, o palco, o massapê,
A beira do abismo, o punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos e ensina a vida a reviver.
(Bethânia, 2016, s. p.)

Na tentativa de me inspirar nas palavras de Maria Bethânia, me percebo no final deste processo de pesquisa que, por muitas vezes, percebi prejudicado em meio a processos dos últimos dois anos. Nesse sentido, sinto que, se de um lado não há muito o que se louvar, de outro, há muito o que se agradecer.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que tornou possível a realização desta pesquisa.

Ao corpo docente, técnico-administrativo e terceirizado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo apoio, dedicação e inspiração em cada contato.

Ao corpo discente deste mesmo programa, especialmente à representação discente e à minha turma de mestrado, pelo afeto, pela força, por compartilhar as inquietações e os sonhos de pesquisadoras em formação.

À professora Carina Moljo, pelo apoio desde a iniciação científica, pelo incentivo durante o mestrado, pelas orientações carinhosas e sinceras. Muchas gracias!

Às professoras Mirla Cisne e Yolanda Guerra, pela disponibilidade em acompanhar e contribuir com a presente pesquisa, tanto no momento de qualificação, quanto no momento de defesa.

Aos professores Gustavo Fagundes e Malu Duriguetto, pelo aceite em compor a banca de defesa, pela disponibilidade em participar do momento final desta pesquisa.

Às e aos que constroem os movimentos sociais da classe trabalhadora, por unir forças contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo, pela luta necessária à construção de um mundo novo.

À minha psicóloga, pelo acompanhamento e apoio profissional durante este e tantos outros processos.

À minha mãe e ao meu pai, por não medirem esforços, por me incentivarem, por todas as vezes que “a gente dá um jeito”, por me inspirarem com suas histórias de amor, força, luta e coragem.

Às minhas irmãs, por serem minhas primeiras amigas, por me entenderem no olhar, por me impulsionarem, por confiarem partilhar as dores e delícias dos inícios e finais dessa vida, por sermos nós.

À minha sobrinha Helena, pelo afeto, confiança e espontaneidade, por colorir os meus dias, por me ensinar a brincar de viver.

Às minhas amigas, por serem e estarem, pelo amor e leveza, por manterem a coragem de gostar de mim, apesar de mim.

Ao meu amor, pela companhia carinhosa, paciente e sensível, por me apoiar e tranquilizar, por deixar meu coração quentinho.

Aos tambores, da capoeira, de terreiro e do samba afro, por ecoarem sons de esperança em dias melhores e por me movimentarem em meio a luta dos dias piores.

À mim, por aprender a me acolher, me abraçar e me amar nos dias e nas noites que me percebi sozinha, por me permitir reaprender a lutar com coragem e força as batalhas da vida.

Às pessoas que passaram, às que estão, às que virão.

À oportunidade de estar viva, às novas possibilidades da vida.

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância.
O eco da vida-liberdade.

(Evaristo, 2017, p. 24)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado propõe-se a analisar a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro na cena contemporânea (2014-2023) no que diz respeito ao debate das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira. Para tanto, se vale metodologicamente de pesquisas bibliográfica e documental. De início, apresenta os pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva adotada na presente dissertação. Em seguida, resgata os fundamentos das relações sociais de sexo, raça e classe na particularidade brasileira em três momentos. O primeiro momento aponta a relação entre trabalho, dominação e exploração nas determinações de sexo, raça e classe na divisão social do trabalho. O segundo momento refere à gênese das relações sociais de sexo e raça no Brasil, a partir da interpretação da acumulação primitiva no processo de colonização da formação sócio-histórica brasileira. O terceiro momento diz respeito às relações sociais de sexo, raça e classe como fundamento da “questão social” no Brasil pela compreensão da lei geral de acumulação capitalista com enfoque na superpopulação relativa e no pauperismo. Por fim, resgata o debate dos fundamentos da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro e analisa a produção de conhecimento contemporânea desta área acerca da temática proposta. Nesse sentido, reconhece os avanços teórico-metodológicos decorrentes do esforço investigativo crítico da categoria profissional desde o processo de renovação acerca da compreensão da “questão social”. Contudo, considera necessário a continuidade das pesquisas científicas da profissão no âmbito dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira, pela perspectiva marxista, com destaque para o aprofundamento das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação desta questão.

Palavras-chave: Sexo; Raça; Classe; “Questão Social”; Serviço Social Brasileiro.

RESUMEN

Esta disertación de maestría tiene como objetivo analizar la producción de conocimiento en los Servicios Sociales brasileños en el escenario contemporáneo (2014-2023) en relación al debate sobre las relaciones sociales de sexo, raza y clase en el marco del capitalismo en la formación de la “cuestión social” en la particularidad brasileña. Para ello, se utiliza metodológicamente la investigación bibliográfica y documental. Inicialmente se presentan los presupuestos teórico-metodológicos de la perspectiva adoptada en esta disertación. Luego recupera los fundamentos de las relaciones sociales de sexo, raza y clase en la particularidad de Brasil en tres momentos. El primer momento apunta a la relación entre trabajo, dominación y explotación en las determinaciones de sexo, raza y clase en la división social del trabajo. El segundo momento se refiere a la génesis de las relaciones sociales de sexo y raza en Brasil, a partir de la interpretación de la acumulación primitiva en el proceso de colonización de la formación sociohistórica brasileña. El tercer momento se refiere a las relaciones sociales de sexo, raza y clase como fundamento de la “cuestión social” en Brasil a través de la comprensión de la ley general de la acumulación capitalista con foco en la superpoblación relativa y el pauperismo. Finalmente, retoma el debate sobre los fundamentos de la “cuestión social” por parte del Trabajo Social brasileño y analiza la producción contemporánea de conocimiento en esta área respecto a la temática propuesta. En este sentido, reconoce los avances teórico-metodológicos resultantes del esfuerzo investigativo crítico de la categoría profesional a partir del proceso de renovación en cuanto a la comprensión de la “cuestión social”. Sin embargo, considera necesario dar continuidad a la investigación científica en la profesión en el ámbito de los fundamentos de la “cuestión social” en la particularidad brasileña, desde una perspectiva marxista, con énfasis en la profundización de las relaciones sociales de sexo, raza y clase en el marco del capitalismo en la formación de esta cuestión.

Palabras-clave: Sexo; Raza; Clase; “Cuestión Social”; Trabajo Social Brasileño.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Amostra Final das Teses Analisadas.....	86
Gráfico 1 - Ano de Defesa das Teses Analisadas.....	91
Gráfico 2 - Programa de Pós-Graduação das Teses Analisadas.....	92
Gráfico 3 - Vínculo Institucional das Teses Analisadas.....	93
Gráfico 4 - Região do Brasil das Teses Analisadas.....	94
Gráfico 5 - Grupos Temáticos de Pesquisa das Teses Analisadas.....	95
Gráfico 6 - Relação Principal Temática e Serviço Social das Teses Analisadas.....	96
Gráfico 7 - Relação “Questão Social” e Serviço Social nas Teses Analisadas.....	97
Gráfico 8 - Principais Referências “Questão Social” das Teses Analisadas.....	98
Gráfico 9 - Relação Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas....	103
Gráfico 10 - Aprofundamento Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas.....	104
Gráfico 11 - Concepção Relação Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas.....	106
Gráfico 12 - Concepção Patriarcado nas Teses Analisadas.....	106
Gráfico 13 - Principais Referências Patriarcado das Teses Analisadas.....	107
Gráfico 14 - Concepção Racismo nas Teses Analisadas.....	110
Gráfico 15 - Principais Referências Racismo das Teses Analisadas.....	111

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CELATS	Centro Latinoamericano de Trabalho Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PIB	Produto Interno Bruto
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	19
2. OS FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	31
2.1. TRABALHO, DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO: AS DETERMINAÇÕES DE SEXO, RAÇA E CLASSE NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	32
2.2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: A GÊNESE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E RAÇA NO BRASIL.....	43
2.3. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E PAUPERISMO: AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE COMO FUNDAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL.....	52
3. OS FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” EM DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	68
3.1. “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL: RESGATE DO DEBATE ACERCA DE SEUS FUNDAMENTOS.....	69
3.2. OS FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CONTEMPORÂNEA DO SERVIÇO SOCIAL (2014-2023) ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE NO MARCO DO CAPITALISMO.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	136

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, intitulada “os fundamentos da ‘questão social’ na particularidade brasileira: análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo”, é fruto de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), o qual possui área de concentração em “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”. O conteúdo desta dissertação integra a linha de pesquisa “Serviço Social e Sujeitos Sociais”, que possui como objeto a formação e a atuação profissional do Serviço Social, seu significado, competências, atribuições e demandas dos sujeitos sociais, expressas através de suas organizações e formas de luta.

Com o objetivo geral de traçar elementos da compreensão contemporânea do Serviço Social brasileiro acerca dos fundamentos da “questão social” na particularidade do capitalismo no Brasil, o primeiro procedimento metodológico da pesquisa se caracteriza pela revisão de literatura, a fim de fornecer “informações para contextualizar a extensão e significância do problema que se maneja” (Moreira, 2004, p. 23). Revisão de literatura que se dá a partir de pesquisa bibliográfica realizada no que tange as relações sociais de sexo, raça e classe na formação sócio-histórica brasileira. Em seguida, em vias de resgatar os fundamentos da “questão social” na particularidade do Brasil, associada aos componentes que a estruturam na sociedade brasileira, é realizada a revisão de literatura, após pesquisa bibliográfica, acerca dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira. Por fim, a pesquisa documental, de cunho quanti-qualitativo, se debruça sob a análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social brasileiro (2014-2023) a partir do material encontrado pelo termo de busca “questão social” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, disponível online.

Valendo-se da metodologia acima, a pesquisa objetiva expor elementos da compreensão presente no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro acerca dos componentes estruturais da “questão social” no Brasil - a dizer, patriarcado, racismo e capitalismo - e, dessa maneira, conformam a profissão no

país. Visto que constitui-se como competência de assistentes sociais a elaboração de “pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (Brasil, 1993). Assim, a justificativa para o objetivo citado se embasa, especialmente, pelos três apontamentos a seguir.

Em primeiro lugar, pela necessidade de compreender a dinâmica social em que a categoria profissional e a população usuária atendida por esta se encontram. Para tanto, resgata-se a formação sócio-histórica brasileira a partir das relações sociais de sexo, raça e classe, enquanto um “nó constituído pelas três contradições sociais básicas: sexo, raça (...), classe social” (Saffioti, 1994, s. p.). Destaca-se, nos termos de Cisne e Santos (2018, p. 87), que “a escolha dessas três relações não é aleatória, tampouco desconsidera a existência de outras expressões da diversidade humana”, contudo, “as desigualdades sociais, permeadas por grupos/classes antagônicas que estabelecem exploração de um sobre outro, necessariamente, são entrelaçadas por classe, sexo e raça”. Afinal, “os seres humanos não agem - e nunca vivem - sob o prisma de uma única relação social” (Kergoat, 2002, p. 47).

A segunda razão se dá em analisar o debate contemporâneo realizado pelo Serviço Social brasileiro acerca da “questão social” pela importância de reconhecer a inserção histórica da categoria profissional a partir da formação sócio-histórica que determina a profissão no país. Em outras palavras, o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil está diretamente relacionado ao desenvolvimento dos componentes que estruturam a “questão social” na particularidade do capitalismo brasileiro. Daí a necessidade de conhecê-los para conhecer a própria profissão. Por isso, considera-se que a profissão se situa sempre em uma dada conjuntura e estrutura social, partindo “do entendimento que os projetos profissionais são a expressão e síntese das condições materiais e objetivas em que se processam, historicamente, as necessidades sociais e as respostas que são construídas diante delas” (Alves; Vieira, 2014, p. 133). Dessa forma, analisar o debate atual da categoria profissional acerca do tema proposto significa, em certo nível, compreender as disputas profissionais e sociais que se travam na cena contemporânea. Visto as considerações de Costa e Pinheiro (2016, p. 368) em que “a dimensão teórico-metodológica está estritamente articulada com as outras dimensões que compõem a profissão”, de forma que, “ela conduz, orienta as finalidades da ação profissional, proporciona delinear os instrumentos e técnicas”, assim, “conhecer as

concepções que orientam a intervenção é primordial para a compreensão das outras dimensões”.

Por fim, o terceiro questionamento diz respeito a conhecer as relações sociais de sexo, raça e classe que fundamentam a formação e atuação profissional na sociedade brasileira (Péres, 2022), tal qual ela se apresenta. A dizer, em uma dinâmica que patriarcado, racismo e capitalismo se retroalimentam, fundamentando “a raiz das desigualdades presentes nas sociedades [modernas]” (Saffioti, 1987, p. 115). Configurando, assim, tanto o perfil da categoria profissional quanto o perfil da população usuária atendida por esta - considerando a divisão social do trabalho em suas determinações sexual e racial. Destacam-se ambos os perfis serem majoritariamente de mulheres trabalhadoras negras, vide, tanto o fato acerca do “aumento do quantitativo de profissionais negras/pretas/pardas, que já são mais de 50% da categoria” (CFESS, 2022, p. 130), quanto, por exemplo, o principal perfil usuário atendido pelo auxílio emergencial se caracterizar pela “população feminina negra, historicamente mais precarizada” (Gênero e Número, 2024, s. p.). Para além disso, as mulheres negras são a maioria de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, de forma que, estas “respondem por 38,5% das pessoas constantes no CadÚnico e esse indicador atinge 42,5% quando consideramos apenas as pessoas em extrema pobreza” (MIR, 2023, p. 14). O que leva, similarmente, à afirmação de que “os temas patriarcado [e] racismo (...) são desafios cotidianos postos na teoria-prática profissional” (CFESS, 2022, p. 27).

A justificativa em se pesquisar o presente tema, em última instância, se caracteriza na importância da compreensão pelo conjunto de estudantes e profissionais acerca da constituição da unidade dialética das categorias patriarcado, racismo e capitalismo, correlacionando as relações de dominação e exploração de sexo, raça e classe no marco do capitalismo com os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira. Nessa perspectiva que a presente pesquisa se apresenta: na intenção de contribuir para o debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro com apontamentos acerca da formação e atuação profissional sob a dinâmica patriarcal, racista e capitalista da sociedade brasileira que se encontra a categoria profissional, a população usuária atendida e a classe social a qual ambas pertencem. Para tanto, o primeiro momento de exposição da pesquisa, de cunho bibliográfico, é voltado aos pressupostos teórico-metodológicos presentes no

primeiro capítulo da dissertação. Assim, apresenta elementos introdutórios e contextualizadores da pesquisa em questão.

O segundo capítulo, sobre os fundamentos das relações sociais de sexo, raça e classe na particularidade brasileira busca, inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, resgatar as contribuições marxistas acerca do significado da divisão social do trabalho, da dominação e da exploração pelas determinações de sexo, raça e classe. Em seguida, valendo-se ainda de pesquisa bibliográfica, aponta a gênese das relações sociais de sexo e raça na formação sócio-histórica brasileira associadas a acumulação primitiva e a colonização a fim de evidenciar as relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo como fundamento da “questão social” na particularidade brasileira pela lei geral de acumulação capitalista. Evidenciando, assim, a relação entre sexo, raça e classe na conformação da superpopulação relativa e do pauperismo no Brasil, especialmente, pelos índices de (extrema) pobreza vivenciados pelas mulheres negras trabalhadoras brasileiras.

O terceiro capítulo, valendo-se metodologicamente de pesquisas bibliográfica e documental, aborda os fundamentos da “questão social” em debate no Serviço Social brasileiro. Assim, apresenta o desenvolvimento do debate acerca dos fundamentos da “questão social” no Serviço Social brasileiro a partir do processo de renovação para, por fim, situar a abordagem e compreensão da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social brasileiro na última década (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo como fundamento da “questão social” no Brasil.

Em síntese, os resultados da pesquisa - pela aproximação ao real e a racionalidade permitida pelo materialismo histórico dialético - apontam o avanço no exercício investigativo da categoria profissional acerca da principal temática abordada na presente dissertação e a necessidade de seguir no caminho de adensamento dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira pela interpretação marxista da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo. Ora, os caminhos que levarão, em breve, aos 100 anos do Serviço Social na América Latina, aos 90 anos do Serviço Social brasileiro (Castro, 2011) e aos 30 anos das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), exigem tanto o balanço e reconhecimento que

“nossos passos vêm de longe”¹, quanto o compromisso com a continuidade do direcionamento crítico para os anos que virão.

1.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O anseio de analisar de que forma o Serviço Social brasileiro aborda e compreende na cena contemporânea a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” - a partir da produção de conhecimento da última década (2014-2023)² - advém do fato que os processos de dominação e exploração característicos do patriarcado e do racismo são apropriados pelo modo de produção capitalista no Brasil, apesar dos primeiros serem historicamente anteriores ao último. Contudo, atenta-se para que a análise destas determinações particulares não seja realizada de forma linear e mecânica. Ao contrário, que seja considerada a relação historicamente existente entre patriarcado, racismo e capitalismo, pois, “sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico” (Marx, 2011, p. 60). Esta é a relação que, justamente, conforma a particularidade da superpopulação relativa e do pauperismo neste território em que ambos são caracterizados majoritariamente pela população negra e de mulheres da classe trabalhadora.

Há, entretanto, no conjunto das Ciências Sociais e Humanas - em que o Serviço Social se insere enquanto uma área de conhecimento específica das Ciências Sociais Aplicadas - tendências teórico-metodológicas que expressam a hegemonia do patriarcado, racismo e capitalismo na lógica científica, ao não pontuar a relação entre estes. No sentido de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47). Expressão esta que limita a análise da realidade em dois campos de destaque. Primeiro, em uma dimensão sociocultural relacionada ao neoliberalismo e

¹ Frase que remete a obra de Werneck (2010) é popularmente disseminada no movimento de mulheres negras no Brasil. Além disso, tem sido utilizada em campanhas, especialmente, antirracistas do Conjunto CFESS-CRESS desde 2020, com destaque para o CRESS-SP.

² O recorte temporal para a análise da produção de conhecimento contemporânea da última década - incluindo as teses dos anos de 2014 a 2023 e excluindo as teses do ano de 2024 - se dá pelo fato da pesquisa documental ter ocorrido no decorrer de 2024, não sendo possível sistematizar as produções que ainda seriam publicadas no decorrer deste ano.

sua influência nas perspectivas defendidas majoritariamente pelos “novos movimentos sociais”. Segundo, apesar da consolidada afirmação política, acerca da gradativa abordagem científica da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” pelo campo marxista - como será possível observar no primeiro ponto do terceiro capítulo da presente dissertação. Ambas as análises sinalizam a necessidade de um debate aprofundado das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na particularidade brasileira.

Se a “questão social” na realidade brasileira se constitui pelas relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo e que esta diz respeito tanto a desigualdade, quanto a rebeldia (Iamamoto, 1998), cabe realizar dois apontamentos acerca da relação histórica entre a “questão social” e as lutas sociais no sentido da superação da primeira. Na cena contemporânea das lutas sociais - em que a prática política destas está relacionada com a construção do conhecimento teórico-científico em perspectivas diferenciadas - nota-se a ênfase na subjetividade dos sujeitos sociais, desconsiderando a relação desta com a objetividade da vida social.

Quando para referenciar os movimentos feministas, negros, indígenas, LGBTQIAPN+ como “novos movimentos sociais” o trabalho se utiliza de aspas por compreender que a organização política destes grupos sociais não é nova ou recente, afinal, seu início não remete a meados do século XX. Longe disso, as lutas contra o patriarcado e o racismo - como os movimentos feministas e negros - são anteriores a movimentos sociais tais quais os partidos e sindicatos. Ainda, “o que temos são *sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente* (...) o que temos são espaços políticos esquecidos na cotidianidade e que necessitam ser conectados à totalidade concreta, para que possam ser apreendidos” (Evangalista, 1992, p. 53 apud Duriguetto; Montañó, 2010, p. 343).

Nesse sentido, os chamados “novos movimentos sociais” - tais como o feminista, negro, LGBTQIAPN+, dentre outros - direcionam, cada vez mais, os debates e as ações políticas no âmbito do consumo, apostando em supostas saídas referentes a opressão de gênero, sexualidade, etnia e raça pela via do empreendedorismo e empoderamento. Na perspectiva acima, considera-se a dimensão cultural e social apartada da sua relação com a política e a economia. Assim, não se relaciona a dominação e exploração, tão pouco as analisa para além de sua aparência fenomênica. Ao não se atingir a essência, por se deshistoricizar esses processos, enfoca-se em uma identidade vazia de sua identificação com uma

classe específica. Mattos (2006, s. p.) enfatiza que a “diversidade da classe trabalhadora (...) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes”, justamente pela existência da divisão social do trabalho em suas determinações de sexo, raça e classe no capitalismo.

Em uma aposta pluriclassista, fragmenta-se a análise, fragmenta-se a luta, ignora-se o papel do sujeito revolucionário na transformação da sociedade que o domina e explora. O que vai ao encontro dos objetivos do modo de produção capitalista que se apropria justamente destes processos de dominação e exploração sexuais e raciais para atingir as altas taxas de lucro. Nas palavras de Oliveira e Lamas (2017, p. 38), as “suas lutas não colidem com a lógica da acumulação capitalista exatamente por se configurarem como lutas identitárias e no âmbito das liberdades individuais e na defesa da igualdade”, ainda, “ao se apropriarem desta concepção, colocam suas lutas em prol dos próprios interesses do capitalismo e da acumulação”.

Não realizar a conexão entre dominação e exploração de sexo, raça e classe, tanto no âmbito das lutas sociais, quanto na esfera da produção de conhecimento científico, não anula o fato desses processos se correlacionarem em vias de manter a dinâmica capitalista. Caso assim fosse, a solução para este problema já estaria dada. Wood (2003, p. 227), ao expor acerca de “capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia”, comenta, nesse sentido, que “há hoje em ação impulsos emancipatórios fortes e promissores, que talvez não estejam agindo no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista”. É necessário, contudo, pontuar a potencialidade dos “novos movimentos sociais” se estes assumem uma perspectiva, um sentido, uma direção que seja classista. Contra uma perspectiva economicista e determinista pode-se reconhecer uma possível e importante atuação anticapitalista desses movimentos sociais por se compreender a dimensão ampliada da reprodução do capital. Afinal, os conflitos entre as classes se expressam tanto nos locais de trabalho, quanto nas demais áreas da vida social, tais como os territórios de estudo e moradia.

O segundo apontamento acerca da relação histórica entre “questão social” e lutas sociais é acerca do que Mattos (2006) aborda em “história: análise do passado, economia política e projeto social”. Entender as classes sociais e as suas lutas não é entender somente de economia ou isoladamente de cultura, história e política. É, em uma análise materialista histórica dialética, compreender a relação dessas

dimensões e a complexidade dos movimentos contraditórios das relações sociais vigentes. Ora, se a análise e ação culturalista é insuficiente para superar os processos de dominação e exploração capitalistas, também o é uma suposta perspectiva classista que não correlaciona as relações sociais de sexo, raça e classe na conformação da lei geral de acumulação capitalista na realidade brasileira. Não é possível captar verdadeiramente a particularidade das desigualdades e resistências da classe trabalhadora no Brasil se não se atinge o pano de fundo das relações que sustentam a “questão social” neste território.

Por um lado, é insuficiente a restrição dos “novos movimentos sociais” ao âmbito da emancipação política. Por outro, também o é a perspectiva de uma emancipação humana que não analisa como a diversidade é justamente utilizada para fins de dominação e exploração no capitalismo. Reconhecer a articulação desses processos que conformam a “questão social”, logo, a realidade da classe trabalhadora no Brasil, enquanto uma unidade diversa, é um passo fundamental no sentido da produção de conhecimento científico direcionada tanto para a formação e atuação profissional crítica e qualificada de assistentes sociais quanto para a articulação política que vise, de fato, a superação de todos estes processos. Afinal, “o pensamento vai impregnando a história. A história se impregna no pensamento; e de repente há uma forte influência recíproca” (Ianni, 2011, p. 403).

Para Saffioti (1987, p. 60), “não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que ‘inventou’ o patriarcado e o racismo”, contudo, “com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração”. De forma que é possível observar o patriarcado e o racismo atuando em dimensões - tais como a cultural e a política - das relações sociais no sentido da subordinação ideológica da população negra e de mulheres com fenômenos que se expressam, por exemplo, no crescimento de todas as formas de violência contra a mulher. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), registra-se o maior número de estupros da história brasileira com perfil das vítimas - 88,7% do sexo feminino, 56,8% negras, 61,4% entre 0 e 13 anos de idade - que evidencia os processos sexuais e raciais em voga. Além disso, as vítimas LGBTQIAPN+ de lesões, homicídios e estupros e o perfil das mortes violentas intencionais, historicamente se dão por um mesmo grupo racial, “76,5% dos mortos eram negros (...). Negros são o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência registrada” (FBSP, 2023, p. 31). Em geral,

o 17º Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2023) apresenta dados referentes tanto ao perfil das vítimas de mortes violentas intencionais - 76,9% negras, 50,2% entre 12 e 29 anos, 91,4% do sexo masculino - quanto ao perfil da pessoa privada de liberdade - 68,2% negros, 62,6% entre 18 a 34 anos, 95% do sexo masculino - que remetem, respectivamente, ao genocídio e encarceramento da juventude negra e pobre brasileira. Ainda, quando se analisa quem são as pessoas impactadas pelo salário mínimo no Brasil, constata-se que “especialmente os segmentos mais vulneráveis da população: 28,5 milhões de mulheres, 34,7 milhões de pessoas negras” (DIEESE, 2023a, p. 7), direta ou indiretamente são afetados pela (não) valorização e reajuste anual, pois recebem remunerações iguais ou próximas ao valor deste, necessárias para sua reprodução.

Compreensão desses fenômenos que a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro explícita quando refere que “a questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*” (Iamamoto, 2001, p. 17). Contudo, a presente dissertação compreende que o patriarcado e o racismo se caracterizam para além de mediações das expressões da “questão social”. Ao contrário, os dois primeiros fundamentam a última na particularidade brasileira no sentido que é a apropriação dos processos de dominação e exploração sexuais e raciais pelo modo de produção capitalista, aos quais Saffioti (1987) se refere, que permitem não só uma subordinação cultural, ideológica, política e social da população negra, indígena, LGBTQIAPN+ e de mulheres, mas uma subordinação econômica relacionada a divisão social do trabalho, ao se considerar as dimensões de sexo, raça e classe conjuntamente.

Ora, se a compreensão da “questão social” exige a compreensão da lei geral de acumulação capitalista pelo desafio teórico da “pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, (...) de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas)” (Netto, 2001, p. 48), logo, no Brasil, a compreensão dos fundamentos de sua particularidade exige a compreensão das relações sociais de sexo, raça e classe na conformação da superpopulação relativa e do pauperismo. Se,

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional,

requerido para pôr em movimento o capital adicional. (Marx, 2017, p. 697)

Então, faz-se necessário o desafio teórico de pesquisar, no Brasil, qual é a parcela da classe trabalhadora que realiza - não só o trabalho excedente não pago a toda a classe trabalhadora empregada, mas, similarmente, - o trabalho não pago de reprodução do conjunto da força de trabalho. Se a classe capitalista é eximida, por exemplo, do pagamento do trabalho doméstico não remunerado que, segundo Carta Capital (2017), equivale a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em que “82% dessas atividades são realizadas por mulheres” (Carta Capital, 2017, s. p.), logo, a aparência deste fenômeno aponta para o exercício investigativo de captar a essência das relações sociais de sexo na constituição da “questão social”. Se esse valor não foi repassado à parcela feminina da classe trabalhadora, por meio do trabalho assalariado, então é necessário questionar, por exemplo, de que forma esse fenômeno se relaciona com a lei geral de acumulação capitalista no Brasil.

Quando pesquisada a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, vê-se que estas ganham menos, pois “o rendimento médio real mensal das mulheres ocupadas era 21% menor do que o dos homens” (DIEESE, 2023c, p. 1). O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos ainda aponta (DIEESE, 2023c) que 43,3% das mulheres ocupadas são informais, ou seja, não possuem carteira assinada, nem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Os indicadores sociais das mulheres no Brasil além de apontarem “a maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho” (IBGE, 2023, p. 2), sinalizam que “se, por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral” (IBGE, 2023, p. 8).

Ainda acerca do patriarcado, considerando as relações sociais de sexo, mas avançando com o racismo, pelas relações sociais de raça, na constituição da “questão social”, é necessário ao pensar acerca da produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (Marx, 2017) no Brasil, atentar a fatos, tais como, “quando cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”³, e, “que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os

³ Referência ao mote da Campanha do Dia da/o Assistente Social de 2019, realizada pelo Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), vide <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1572>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

direitos das mulheres sejam questionados”⁴. Afirmações que podem remeter imediatamente ao âmbito dos direitos e da cidadania, mas, ao considerar o papel do Estado no capitalismo como reprodutor ideológico das relações econômicas, estas acabam por expressar o pano de fundo relacionado a conformação da população negra e de mulheres da classe trabalhadora como elemento essencial da superpopulação relativa e pauperizada deste país.

Já a análise das condições de vida da população brasileira, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), reforça os indicadores sociais em que: “historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que ocorre tanto pela menor participação no mercado de trabalho, como pela maior taxa de desocupação desse grupo” (IBGE, 2022, p. 19); “a taxa de subutilização se revelou mais elevada para as mulheres e para as pessoas de cor ou raça preta ou parda” (IBGE, 2022, p. 29); “em todas as comparações as mulheres tiveram uma queda no rendimento maior do que dos homens mesmo tendo rendimento inferior (...). As pessoas pretas ou pardas ganharam a metade das pessoas brancas ao longo de toda a série” (IBGE, 2022, p. 53).

Segundo pesquisa acerca da inserção da população negra no mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2023b), tanto as mulheres negras quanto os homens negros são os maiores contingentes de ocupados em trabalho desprotegido - respectivamente, 47,5% e 46,9% - ao passo que é o menor segmento em cargos de direção e liderança - apenas 2,1% de mulheres negras e 2,3% de homens negros. Além disso, a população negra possui o menor rendimento médio mensal - com R\$1715,00 para mulheres negras e R\$2142 para homens negros - em contraposição ao rendimento médio mensal de R\$2774,00 para mulheres não negras e R\$3708,00 para homens não negros. Apesar das disparidades, todos os exemplos demonstram um rendimento médio mensal abaixo das necessidades de reprodução da força de trabalho ao considerar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2025), típico da superexploração dos países de capitalismo periférico, em que para o período de maio de 2025 o salário mínimo necessário para a classe trabalhadora brasileira seria referente ao valor de R\$7528,56 ao passo em que o salário mínimo nominal se encontra no valor de R\$1518,00.

⁴ Referência a frase comumente usada no movimento feminista de autoria de Beauvoir (1949).

É nesse sentido que o patriarcado e o racismo, pelas relações sociais de sexo e raça, ao proporcionarem grandes massas humanas disponíveis atuam no rebaixamento da regulação dos salários de toda a classe trabalhadora brasileira. De forma que é discrepante a diferença dos valores entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário. Assim, “o preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis” (Marx, 2017, p. 594). Quanto à taxa de desocupação, novamente, a população negra se destaca em relação a não negra, com 10,9% da primeira e 7,3% da segunda. Evidencia-se o contraste estatístico na taxa de desocupação em relação às mulheres negras serem 13,9% e os homens brancos 6,1%.

A presente pesquisa, nesse sentido, defende que a população negra e de mulheres da classe trabalhadora⁵ atuam, especialmente, no sentido em que “é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas” (Marx, 2017, p. 708). Ademais, destaca-se o pauperismo enquanto “o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (Marx, 2017, p. 719). Vide as maiores taxas de desemprego entre mulheres e negros, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) realizada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2023⁶, e, os piores resultados para o índice de miséria para “pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas” (Saboia; Neto; Villacorta, 2023, p. 2) brasileiras.

⁵ A respeito da população negra e de mulheres, o presente trabalho compreende que não se trata de uma população homogênea. Por isso, quando para tratar dessas populações destaca a condição de classe trabalhadora, vide que os processos de dominação e exploração patriarcais e raciais direcionados a essas populações cumprem um papel específico e diferenciado quando na condição de classe trabalhadora. Processos que colaboram, inclusive, para a superexploração do conjunto da classe trabalhadora na particularidade brasileira. Contudo, assim como a população negra, o presente trabalho compactua com o destaque de Saffioti (1979, p. 33) de que “A mulher genérica não existe. O que há são mulheres localizadas na estrutura social e arcando com o ônus desta inserção. A intensidade da discriminação, portanto, varia segundo as classes sociais. Cada mulher vive a condição feminina em determinadas circunstâncias, derivadas das diferentes classes sociais. A existência da discriminação, entretanto, é comum a todas as mulheres, independente da condição de classe”.

⁶ Para saber mais, vide: “Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE”. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

Elementos que reforçam, mais uma vez, o lugar do patriarcado e do racismo, com as relações sociais de sexo e raça, não como meras mediações de expressões culturais, ideológicas, sociais e políticas da “questão social”, mas como constitutivas destas no âmbito econômico das relações sociais capitalistas, no sentido de que “a noção de exército industrial de reserva nos permite entender como, no modo-de-produção capitalista, a geração de uma população sobrança assume a função particular de ‘produto e alavanca do processo produtivo capitalista’” (Souza, 2005, p. 116).

Os dados acima compartilhados remetem à aparência contemporânea no que diz respeito às relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação da “questão social” no Brasil. Calha destacar, portanto, que aparência e essência não são por natureza excludentes. Ao contrário, se estas formam uma unidade - o que pressupõe diversidade - cabe reforçar, como Coutinho (2010, p. 36), que aparência e essência “são momentos constitutivos da realidade objetiva”, porém, “entre esses dois níveis do real pode sempre existir, em maior ou menor intensidade, uma contradição ou mesmo um antagonismo”, o que demanda a representação científica “o estabelecimento de uma mediação dialética entre os mesmos, na qual a aparência seja dissolvida na totalidade que revela a essência”. Lukács (1970, p. 42) reforça sobre esta relação quando afirma que “esta distinción es la primera condición previa a un estudio verdaderamente científico que, según las palabras de Marx, «sería superfluo si la apariencia fenoménica y la esencia de las cosas coincidieran inmediatamente»”. Daí a importância do materialismo histórico dialético para a leitura da realidade para além de sua aparência, mas sem desconsiderá-la.

À vista disso, tão importante quanto incorporar o debate acerca do patriarcado e do racismo na conformação da “questão social” é a atenção na teoria e no método que se incorpora na realização deste debate. Destacam-se as contribuições do método marxista para a compreensão das mediações das relações sociais de dominação e exploração de sexo, raça e classe que “possibilita apreender o racismo [e o] patriarcado (...) como constructo social e histórico e não como um dado da natureza” (Rocha, 2022, p. 90). Para tanto, o presente trabalho pressupõe-se teórico-metodologicamente das contribuições marxianas e marxistas a respeito da divisão social do trabalho. Assim, entende-se a divisão sexual do trabalho como a base material do patriarcado e a divisão racial do trabalho como a base material do

racismo. Nesse sentido, a abordagem do presente trabalho acerca das relações sociais de sexo e raça advém do entendimento de que estas relações são o espaço da vida social de (re)produção do patriarcado e do racismo, sendo estes, pautados no modelo de (re)produção social baseada na divisão sexual e racial do trabalho.

Cisne e Santos (2018) ao questionarem acerca do “por que o racismo e o patriarcado possuem ideologias que transformam diferenças humanas em desigualdades?” (Cisne; Santos, 2018, p. 24) respondem que estes fenômenos histórico-sociais não surgiram “espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas [possuem] uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais [e raciais] são socialmente determinadas, com base em relações concretas” (Cisne; Santos, 2018, p. 45). Isto porque o ser humano para garantir a sua sobrevivência, ou melhor, a reprodução de sua vida, precisa trabalhar. Trabalho entendido como um complexo que assume a função social de realizar mediações entre o ser humano e o restante da natureza em que o ser humano ao transformar a natureza acaba por se transformar, inclusive, em contato com outros seres humanos. Nesse processo, garante a sua comida, a sua moradia, as suas vestes, dentre outras necessidades. Concebe-se, assim, que as relações sociais se fundam por meio do trabalho (Engels, 2020; Marx; Engels, 2007).

Ocorre que a divisão social do trabalho historicamente se desenvolve com as determinações de sexo, raça e classe. Contudo, não de forma natural ou isolada. Estas relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de uma classe sobre a outra. Em outras palavras, as relações sociais - mediadas por antagonismos e hierarquias, sejam sexuais ou raciais - processam a produção e a reprodução social, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelos processos de dominação a elas vinculadas. Ora, não é coincidência que os dados citados anteriormente expressam o entendimento de determinadas atividades como femininas ou masculinas. Ainda, que determinados lugares, como González e Hasenbalg (1982) pontuam, sejam lugar de negro ou lugar de branco. Em síntese, ao considerar as contribuições de Moura (1994) reforça-se o patriarcado e o racismo como armas ideológicas de dominação para fins de exploração.

Posto isso, cabe sinalizar que, assim como é apontado na teoria social de Marx, - em que Netto (2011, p. 18) ao introduzir acerca do estudo do método de Marx, relata que “Marx não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele”, pois, neste autor, “a crítica do conhecimento acumulado consiste

em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” - a presente pesquisa pressupõe as contribuições dos clássicos do marxismo e das referências contemporâneas do Serviço Social para sistematizar os fundamentos das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira.

Acerca dos pressupostos teórico-metodológicos da presente pesquisa, são elementos da realidade, como os dados apresentados, que permitem o procedimento de compreender a totalidade do objeto aqui proposto a partir do movimento de contato inicial com este pelo concreto - carregado de variadas determinações que caracteriza a unidade de diversos - para suceder ao processo de abstração - que se configura pela capacidade racional de quem pesquisa - a fim de conhecer o concreto a partir do concreto pensado. Afinal, é o que permite “a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (Netto, 2011, p. 25).

Em outras palavras, pressupõe-se teórico-metodologicamente do materialismo histórico dialético em que inicia-se a compreensão pela aparência material do objeto, em sua particularidade, o captando pelo pensamento, para - a partir da reflexão dialética incessante em vias de captar, igualmente, a sua essência - retornar a realidade com a densidade do concreto pensado a fim de se captar suas relações mais gerais, pois “na investigação, o sujeito ‘tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas’ (Marx, 1968, p. 16)” (Netto, 2011, p. 25). E é este retorno para a realidade, “é esta ‘viagem de volta’ que caracteriza, segundo Marx, o método adequado para a elaboração teórica” (Netto, 2011, p. 43).

Nos Grundrisse, Marx (2011, p. 54-5) enfatiza que o método da economia política cientificamente correto é o que considera que “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação”, além disso, “as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento”, por isso, “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de

gênese do próprio concreto”. Calha, portanto, a partir deste momento, a exposição do que se foi apropriado mentalmente acerca dos fundamentos das relações sociais de sexo, raça e classe na particularidade brasileira.

2. OS FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

“Na verdade, há passados que são determinantes, que são constitutivos. E, há passados que ficaram irrelevantes” (Ianni, 2011, p. 400). Para compreender o debate contemporâneo (2014-2023) do Serviço Social a respeito dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira é necessário retomar os passados determinantes que constituem, similamente, os fundamentos particulares das relações sociais de sexo, raça e classe no Brasil.

Por fundamentos, entendem-se os elementos objetivos e subjetivos que sustentam a (re)produção das relações sociais de sexo, raça e classe. O que, na presente dissertação, significa compreender, especialmente, a divisão social, sexual e racial do trabalho e o patriarcado, racismo e capitalismo. Já por relações sociais, entende-se “determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade” (Yazbek, 2009, p. 3). Em outras palavras,

(...) a relação social pode ser assimilada a uma ‘tensão’ que perpassa a sociedade; tensão esta que se cristaliza, paulatinamente, em desafios em torno dos quais, para produzir sociedade, para reproduzi-la ou “inventar novos modos de pensar e agir”, os seres humanos estão em confronto permanente. Esses são os desafios constituintes dos grupos sociais. Estes últimos não são dados de antemão, criam-se em torno desses desafios pela dinâmica das relações sociais. Finalmente, as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: elas são consubstanciais. (Kergoat, 2002, p. 49)

O que, no contexto abordado, trata-se dos fundamentos particulares das relações sociais de sexo, raça e classe. Para tanto, apresenta-se, de início, as determinações de sexo, raça e classe na divisão social do trabalho pela relação histórica entre trabalho, dominação e exploração. Em seguida, elenca-se a gênese das relações sociais de sexo e raça na formação sócio-histórica brasileira associadas à acumulação primitiva e colonização. Por fim, evidencia-se as relações sociais de sexo, raça e classe - sua conformação na superpopulação relativa e no

pauperismo - como fundamento da “questão social” no Brasil pela lei geral de acumulação capitalista.

2.1. TRABALHO, DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO: AS DETERMINAÇÕES DE SEXO, RAÇA E CLASSE NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A presente dissertação, possui como objetivo central a análise da compreensão contemporânea do Serviço Social no Brasil acerca da “questão social” na particularidade brasileira, a partir do entendimento que esta se fundamenta pela divisão social do trabalho considerando suas determinações de sexo, raça e classe. Cabe, portanto, o destaque de que se o trabalho na formação sócio histórica brasileira está associado à dominação e exploração, este estado não deve ser naturalizado. Ao contrário, este deve ser contextualizado pelos processos de dominação e exploração que se associaram à divisão social do trabalho no decorrer da história da humanidade, possuindo, especialmente, a expropriação e a violência como mediadoras. Inclusive, no que diz respeito à expropriação dos saberes e a violência direcionada às populações de mulheres e originárias de África e das Américas, nisto, incluído o Brasil. Se o trabalho escravizado e assalariado no Brasil estão, respectivamente, associados a desumanização das pessoas escravizadas e do conjunto da classe trabalhadora - pela dominação e exploração que caracterizam suas (sobre)vivências - destaca-se que estas não são as únicas possibilidades da (re)produção humana. Nestes exemplos, “o indivíduo aparece como que desprendido dos laços da natureza, que em épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado, delimitado” (Marx, 2020, p. 335).

O que torna o conjunto de seres humanos singulares aos demais animais, em geral, é a sua constituição enquanto ser social, é a relação ontológica do ser humano que se integra com a natureza por via do trabalho. Nesse sentido, o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 2020, p. 421). No decorrer da história da humanidade, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho são impulsionadas diferentes forças produtivas e relações de produção a depender do contexto temporal e territorial. O trabalho, sendo a fonte de toda riqueza, a partir do momento que socialmente se

desenvolve e se organiza possibilitando seu excedente, gera o elemento objetivo da permissão da divisão da sociedade em classes - especificamente, da apropriação privada do excedente pelos que não trabalham referente a riqueza socialmente produzida pelos que trabalham - de modo que Marx e Engels (2012, p. 30) comentam que “até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes”. Em outros termos, “à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (e, com ela, o volume do excedente), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros - instaurando a divisão social do trabalho” (Netto; Braz, 2006, p. 59).

Apesar do objeto de estudo de Marx ser o modo de produção capitalista - em um sentido de pesquisa científica em que a finalidade é a liberdade, afinal, este junto a Engels (2007, p. 535) critica o fato de que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, porém, o que importa é transformá-lo” - o autor expõe níveis de abstração que permitem compreender os modos de produção anteriores existentes e os que podem vir a serem construídos pela humanidade por meio de categorias que “correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade” (Marx, 2008, p. 61), tais como “revolução social”, “relações de produção” e “forças produtivas”, já que a centralidade de sua análise está no trabalho, em seu fundamento ontológico.

De maneira mais geral, essa contradição explica a existência da história como uma sucessão de modos de produção, já que leva ao colapso necessário de um modo de produção e à sua substituição por outro. E o binômio forças produtivas/relações de produção subjaz, em qualquer modo de produção, ao conjunto dos processos da sociedade, e não apenas ao processo econômico. (Bottomore, 1988, p. 254)

Coutinho (2010, p. 31) ao discorrer acerca da economia e as categorias filosóficas afirma que “o critério para avaliar a cientificidade de uma filosofia do social reside”, justamente, “no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”. Nesse sentido, no prefácio de contribuição à crítica da economia política, Marx (2008) expõe, de forma sintética, a relação entre as forças produtivas e as relações de produção, além das condições para uma época de revolução social, contudo, tal compreensão perpassa diferentes escritos do conjunto de sua obra. Em suas palavras:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (Marx, 2008, p. 47)

Marx, junto a Engels, relata novamente sobre esta relação entre forças produtivas, relações de produção e época de revolução social - com enfoque acerca do modo de produção capitalista - no manifesto do partido comunista quando afirmam:

Há décadas, a história da indústria e do comércio é tão somente a história da sublevação das modernas forças produtivas contra as relações de produção modernas, contra as relações de propriedade que compõem a condição vital da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, recorrentes de tempos em tempos, põem em xeque a própria existência de toda a sociedade burguesa de forma cada vez mais ameaçadora. (...) As forças produtivas à sua disposição deixam de servir de estímulo às relações de propriedade burguesas; elas se tornaram demasiado poderosas para tais relações, que passam a inibir. E tão logo superada essa inibição, as forças produtivas mergulham em desordem o conjunto da sociedade, pondo em risco a existência inclusive da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para comportar a riqueza que elas próprias geraram. (Marx; Engels, 2012, 'p. 34-5)

Citada tal relação, cabe então especificar o que seria cada uma destas categorias. Em primeiro lugar, as forças produtivas dizem respeito ao conjunto de elementos materiais e humanos necessárias para a produção, para o processo de trabalho, tais como os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho (Netto; Braz, 2006), “o desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado” (Bottomore, 1988, p. 254).

As forças produtivas, portanto, não são determinadas isoladas do contexto territorial e temporal em que estão inseridas, segundo Netto e Braz (2006, p. 59), “as

forças produtivas operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens”, ou seja, “as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as relações de produção”. Se as forças produtivas ao mesmo tempo em que podem tensionar a determinação das relações sociais de produção são determinadas por estas, as últimas se determinam pela dinâmica da propriedade dos meios de produção fundamentais de determinado contexto. Assim, as “relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas” (Bottomore, 1988, p. 254), dizendo respeito à organização de elementos da realidade tais como propriedade, trabalho e demais processos sociais.

É o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção que - diz respeito ao acirramento entre ambas a partir da sua não correspondência, quando a última entrava o desenvolvimento da primeira, não possibilitando a criação de novas relações de produção que potencializam as forças produtivas - se configura como o fator objetivo para uma época de revolução social. Contudo, este fator não é o único. A teoria social de Marx aponta como mediação necessária para o desenvolver de um processo revolucionário - em uma época de revolução social - o fator subjetivo da consciência de classe e da organização política da classe que em determinado modo de produção é dominada e explorada, e por isso, se caracteriza como a classe revolucionária.

A perspectiva materialista-histórica-dialética consiste, portanto, na compreensão de uma época de revolução social a partir da “contradição imanente que só se torna manifesta em um ‘certo estágio de seu (das forças produtivas) desenvolvimento’, quando as ‘relações de produção se convertem em obstáculos’ a esse desenvolvimento” (Bottomore, 1988, p. 423). Além disso, elenca a luta de classes como a definidora desta época de revolução social, que pode vir a se tornar um processo revolucionário desencadeando diferentes resultados revolucionários a depender da ação humana das classes antagônicas e de sua correlação de forças. Somente a capacidade organizativa de cada classe pode nortear as possibilidades do desenvolvimento de uma época de revolução social.

No sentido de compreender criticamente a particularidade brasileira pelas determinações de sexo, raça e classe na divisão social do trabalho é incontestável a

centralidade da categoria trabalho para a perspectiva adotada nesta dissertação. Especialmente, pelo caráter ontológico do trabalho na tradição marxista. Como sinalizado acima pelas contribuições de Marx (2008, 2012 e 2020) e Engels (2007, 2012 e 2020), entretanto, é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida em diferentes contextos históricos que distancia a humanidade do sentido do trabalho como meio de satisfação de suas necessidades. Ademais, são as determinações da divisão social do trabalho que permitem a compreensão das desigualdades sociais de determinada formação sócio histórica, pois são os fundamentos das primeiras que expressam as últimas. Em última instância, apenas o projeto societário que pauta a construção de um modo de produção que resgata o trabalho em seu sentido ontológico que permite a possibilidade de uma realidade em que a (re)produção da vida reflita na humanização da sociedade.

Lessa (2012b) ao resgatar a teoria social de Marx a fim de responder o questionamento acerca de qual centralidade e qual trabalho se trata, reforça que “o fato de vivermos em uma quadra histórica de agudas transformações na forma imediata do trabalho abstrato, não devem nos conduzir à confusão (...) entre trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens e trabalho abstrato, alienado pelo capital” (Lessa, 2012, p. 31). Ora, estima-se que o trabalho no sentido ontológico date de dez milhares de anos e o gérmen do trabalho aos moldes capitalistas não ultrapasse cinco séculos. O resgate das contribuições marxianas e marxistas acerca do significado da divisão social do trabalho e de suas determinações sexuais e raciais é, nesse sentido, fundamental.

Engels (2020) demonstra “o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” de forma que o trabalho é não só a fonte de toda a riqueza como “ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 2020, p. 421) e, similarmente, as próprias sociedades. O que diferencia substancialmente o ser humano do restante dos animais, desse modo, é a sua relação com a natureza pelo trabalho, afinal, “só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho” (Engels, 2020, p.

431). Lukács (1978) reforça esta concepção ao discorrer sobre as bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem atribuindo ao trabalho o desenvolvimento histórico da humanidade em que “os homens se auto criaram como homens através do trabalho” (Lukács, 1978, p. 14). Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 33):

(...) para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (...) O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (Marx; Engels, 2007, p. 33)

No processo do trabalho como mediador da relação entre o ser humano e o restante da natureza - a fim de satisfazer as necessidades -, o próprio processo de trabalho se complexifica pela complexificação das necessidades - sociais - do ser humano, o que leva ao desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Uma tal diferenciação é já uma forma relativamente aperfeiçoada de divisão do trabalho. Essa divisão, todavia, é a consequência mais elementar do desenvolvimento do próprio trabalho. Mesmo antes que o trabalho houvesse atingido sua explicitação plena e intensiva - digamos, mesmo no período da apropriação dos produtos naturais -, esse fenômeno da divisão do trabalho já se manifesta na caça. Digna de nota, para nós, é aqui a manifestação de uma nova forma de posição teleológica; ou seja, aqui não se trata de elaborar um fragmento da natureza de acordo com finalidades humanas, mas ao contrário um homem (ou vários homens) é induzido a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado. Já que um determinado trabalho (por mais que possa ser diferenciada a divisão do trabalho que o caracteriza) pode ter apenas uma única finalidade principal unitária, torna-se necessário encontrar meios que garantam essa unitariedade finalística na preparação e na execução do trabalho. Por isso, essas novas posições teleológicas devem entrar em ação no mesmo momento em que surge a divisão do trabalho; e continuam a ser, mesmo posteriormente, um meio indispensável em todo trabalho que se funda sobre a divisão do trabalho. Com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia. Ou seja: nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens tornam-se conscientes desses conflitos e neles se inserem mediante a luta. (Lukács, 1978, p. 9)

Se é no desenvolvimento da divisão social do trabalho que se desenvolvem os processos de dominação que respaldam socialmente os processos de exploração do

trabalho cabe então, problematizar acerca das determinações sexuais e raciais que constituem os referentes processos. O desenvolvimento da divisão social do trabalho está relacionado ao processo de construção histórica da diferenciação entre os sexos, na “construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p. 47), especialmente, no âmbito da família, em que estipula-se a divisão sexual do trabalho. Parte-se do entendimento de que “as diferenças pertencem ao reino da natureza, por mais transformada que esta tenha sido pelo ser humano” (Saffioti, 2015, p. 81), enquanto a desigualdade social desenvolvida a partir de processos de dominação e exploração pautados na diversidade humana pertencem às sociedades “que naturaliza(m) atribuições sociais, baseando-se nas diferenças sexuais”, (Saffioti, 2015, p. 81), por exemplo.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 36), a divisão social do trabalho desenvolve-se, inicialmente, pela divisão sexual do trabalho no âmbito da família, em que “está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem”. Isto porque “corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo” (Saffioti, 2015, 61). Nessa concepção, o gérmen da divisão social do trabalho coincide com a própria gênese da divisão sexual do trabalho em que “a escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade (...) segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia” (Marx; Engels, 2007, p. 36).

Engels (2012), ao dissertar acerca da origem da família, da propriedade privada e do Estado, demonstra como a existência da família monogâmica está associada a escravização de um sexo pelo outro de modo que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 2012, p. 87). Nessa perspectiva, a finalidade da família consiste na dinâmica de controle dos corpos das mulheres, no que diz respeito à sexualidade e a reprodução, em vias de regular tanto a herança da propriedade privada quanto a reprodução da força de trabalho. De forma que “o controle sobre o corpo e a sexualidade feminina via monogamia passa a assegurar a prole aos homens, o que lhes garante força de trabalho e herdeiros legítimos” (Cisne e Santos, 2018, p. 58). O fundamento da família monogâmica, assim, baseia-se em aspectos econômicos, associado à

determinação sexual da divisão social do trabalho, afinal, “esse processo foi mediado por meio da violência, da propriedade privada e da subserviência das mulheres aos homens” (Cisne e Santos, 2018, p. 57).

Ao contrário da dinâmica comunitária pela divisão do trabalho de forma coletiva em que “a distribuição de tarefas entre as pessoas não correspondia a uma divisão do poder, não tinha por pressuposto nem a exploração do homem pelo homem, nem qualquer hierarquia fundada pela propriedade privada” (Lessa, 2012a, p. 19), a partir da instauração da família monogâmica “o governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social” (Engels, 2012, p. 97).

Ao tratar acerca da origem da família monogâmica, Lessa (2012a) aponta que em todas as sociedades de classes “a exploração do homem pelo homem impôs a família monogâmica como substituta da antiga família comunal. E, em todas elas, novamente sem nenhuma exceção, essa alteração se deu pela conversão, de coletivas a privadas, das tarefas mais imediatamente relacionadas com a reprodução biológica” (Lessa, 2012a, p. 26). Em outras palavras, “a perspectiva coletiva e igualitária vai sendo substituída pela lógica privada e individualista com a família monogâmica” (Cisne e Santos, 2018, p. 56). É o desenvolvimento da família monogâmica, então, que configura a gênese de novas relações sociais na transição do trabalho de coleta para o trabalho explorado. Ora, “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (Lessa, 2012a, p. 31).

Saffioti (1987), nesse sentido, aponta que o domínio do homem sobre a mulher se estabeleceu há cerca de seis milênios. Para além desta dominação milenar, o patriarcado estabelece, concomitantemente, por meio da violência, processos de exploração. “A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces” (Saffioti, 2015, p. 113). De forma que “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” (Saffioti, 1987, p. 50). A origem deste fenômeno, da gênese do patriarcado, pode ser verificada no desenvolvimento da divisão social do trabalho em que “nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana),

criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente às mulheres” (Saffioti, 2000, p. 72). A inferiorização social das mulheres, dessa maneira, pelas relações sociais de sexo, diz respeito a uma simbologia social associada às representações nos processos concretos em que pela divisão sexual do trabalho, as mulheres participam “quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor(a) de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita” (Saffioti, 2015, p. 133).

Cisne e Santos (2018, p. 25) - ao partirem do entendimento de que as relações sociais possuem como base o trabalho - assertam que “são essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas”. Neste sentido, a compreensão da divisão social do trabalho associado aos processos de dominação e exploração direcionados à população de mulheres no decorrer da história da humanidade é fundamental. “O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres” (Cisne e Santos, 2018, p. 43).

São os antagonismos e hierarquias desenvolvidos na concepção biologicista do que é e deve ser mulher pelo patriarcado que permitem a dominação e exploração das mulheres, especialmente, no âmbito privado, do cuidado, da subordinação, da família, na conformação da divisão sexual do trabalho e na (re)produção de relações sociais de sexo. Afinal, “ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o ‘modelo’ patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação” (Cisne e Santos, 2018, p. 43). A divisão sexual do trabalho, assim, ao organizar o trabalho e, logo, determinar a divisão social deste, por meio de princípios hierarquizadores e separadores do que é papel das mulheres e dos homens, expressa no decorrer de diferentes modos de produção da história da humanidade as desigualdades entre esses grupos sociais. De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 65) “é com base nessa divisão, portanto, que as normas são determinadas e construídas, não são as normas que constroem as desigualdades, embora ajudem na sua naturalização e reprodução”.

“Para tanto, é importante compreendermos a divisão sexual e racial do trabalho para que possamos entender que as opressões racistas e patriarcais possuem uma base material que tem, como fim, a manutenção de uma sociedade pautada na exploração” (Cisne e Santos, 2018, p. 62). Pontuado o patriarcado em seu caráter histórico da desigualdade social entre homens e mulheres pela construção do gênero feminino e masculino nas relações sociais de sexo que dizem respeito à determinação sexual da divisão social do trabalho, pontua-se, então, acerca do racismo na construção da raça nas relações sociais de raça que dizem respeito a determinação racial da divisão social do trabalho.

Se a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho se caracterizam como fenômenos milenares, a ideia de raça desenvolvida para a divisão racial do trabalho se configura como secular. Fato que não reduz, contudo, a importância desta como fundamento das relações sociais vigentes. A origem da divisão racial do trabalho, datada de cerca de cinco séculos, está associada ao processo de colonização e expansão do poder de países europeus que se pauta na dominação e exploração de outros continentes, tais como as Américas e África. Nesse sentido, a origem da divisão racial do trabalho, à nível mundial, está associada ao momento de acumulação primitiva de capital que coincide com a origem da determinação racial da divisão social do trabalho, na particularidade da formação sócio histórica brasileira, pela colonização.

É a origem da divisão racial do trabalho que permite compreender o racismo e as relações sociais de raça de forma que, por exemplo, as origens da escravidão das populações de África e Américas, especialmente negras, assentadas no racismo, possuiu finalidade econômica. No sentido de que “a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão” (Williams, 1975, p. 12).

As circunstâncias forçaram os europeus a organizar gigantescas explorações de açúcar, tabaco, algodão e minérios nos três continentes. (...) Nelas, forçado ainda pelas circunstâncias, instalou o trabalho escravo. Como se explica que esta forma de trabalho, desaparecida desde o século V, ressuscitasse agora? Essas gigantescas explorações eram um empreendimento capitalista e, como tal, buscavam o máximo de lucro. (...) Que mão-de-obra enviariam para as suas explorações? Só podia ser a escrava. (...) A partir desta época os europeus começaram a ter insônia. Só voltariam a dormir quando resolvessem dois problemas: 1o) Como defender tamanha riqueza?; 2o) Como justificar-se por tanto sofrimento infligido a tanta gente? (Santos, 1980, p. 22)

A escravidão de grupos sociais já havia ocorrido em momentos da história da humanidade anteriores ao século XV sem o elemento do racismo moderno. No entanto, com a colonização europeia visando a dominação-exploração das populações de África e Américas, o elemento do racismo se associa à escravidão no sentido de ser “uma modificação correspondente no suprimento de ‘mão-de-obra’”. O fato fundamental foi ‘a criação de uma organização social e econômica inferior de exploradores e explorados’” (Williams, 1975, p. 28). Dessa forma, foi “no limiar da época moderna, a partir dos anos 1400, que o racismo dos povos europeus amadureceu, passando a se basear na característica mais notável dos outros: a cor da pele” (Santos, 1980, p. 21).

O racismo como arma ideológica de dominação e exploração (Moura, 1994) permite que hajam falsas justificativas não só aceitas, como naturalizadas, para que ocorra a superexploração da população do “novo mundo” pelo “velho mundo” - desde 1492 por meio do saque, roubo, tráfico e mão-de-obra escravizada - até atualmente com a população negra ocupando as posições mais complexificadas em termos de subordinação da divisão racial do trabalho no sentido de que “basta examinar as estatísticas para se verificar que os negros estão nas ocupações menos prestigiadas e mais mal remuneradas, que apresentam graus baixos de escolaridade, que não participam do poder político” (Saffioti, 1987, p. 51). Do mesmo modo, González e Hasenbalg (1982, p. 92-3) afirmam acerca do mundo do trabalho, que “constata-se uma concentração desproporcional de não-brancos nos setores agrícolas, indústria de construção civil e prestação de serviços, que englobam as ocupações menos qualificadas e pior remuneradas”. Em síntese de Saffioti (1987, p. 55):

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças - como as de sexo e raça - sobre as quais seus portadores não têm controle. Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável.

Ainda, no vigésimo quinto capítulo do *Capital*, sobre a teoria moderna da colonização, Marx (2017, p. 836) discorre que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas”. O que auxilia a compreender

o racismo quando acrescenta em nota de rodapé da mesma página que “um negro é um negro”, porém, “somente sob determinadas condições ele se torna escravo”. Ou seja, assim como as relações sociais de sexo, as relações sociais de raça não são naturais ao ser humano. Pelo contrário, as últimas “sob a forma atual, baseado na cor da pele, é filho do colonialismo e atingiu o seu extremo com o aparecimento do capitalismo” (Santos, 1980, p. 39).

Em resumo, são as determinações de sexo, raça e classe desenvolvidas historicamente no âmbito da divisão social do trabalho e legitimadas ideologicamente pelo patriarcado, racismo e classismo que estabelecem as relações sociais de sexo, raça e classe na formação sócio-histórica brasileira, caracterizando os fundamentos de sua particularidade. Cabe, pois, neste momento, abordar a acumulação primitiva e a colonização na formação sócio-histórica brasileira para resgatar a gênese das relações sociais de sexo e raça neste território.

2.2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: A GÊNESE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E RAÇA NO BRASIL

O exercício de categorizar as relações sociais de sexo e raça na realidade brasileira, passa, necessariamente, pela recuperação de seus fundamentos a partir da formação sócio-histórica do Brasil. Em outras palavras, passa, pelo resgate da gênese destes no território brasileiro em um estudo mais amplo relacionado a assim chamada acumulação primitiva e a colonização. Nesse sentido, destaca-se, o aspecto relacionado aos limites próprios da delimitação da presente pesquisa em que as relações sociais de sexo - apesar de dizerem respeito aos processos de dominação e exploração que atingem, especialmente, a população de mulheres e LGBTQIAPN+ (sigla que abrange a diversidade sexual e de gênero de pessoas para além da lógica cisheteropatriarcal, tais como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transgêneros/Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Panssexuais, Não-binárias, etc), o enfoque é dado as mulheres. O mesmo equivale às relações sociais de raça que, no Brasil, atingem, especialmente, as populações negras (o que abrange pessoas pardas e pretas) e indígenas. Contudo, o enfoque, similarmente, é nas populações negras. Ou seja, a abordagem do trabalho se dá pela realidade das populações negras e de

mulheres, apesar das relações sociais de sexo e raça abrangerem demais segmentos citados - relacionados a “questão da sexualidade” e da “questão étnica” - que se pretende aprofundar em futuros trabalhos.

Discorre-se acerca da formação sócio-histórica brasileira a partir da colonização, pois este acontecimento é o marco inicial da dominação e exploração dos povos originários e seus territórios conformando o que se conhece hoje por Brasil. A invasão portuguesa em 1500 está relacionada às grandes navegações europeias em que o “velho mundo” vê nos povos e territórios do “novo mundo” a possibilidade de expandir seus poderes e acumular riqueza, pela dominação e exploração dos últimos pelos primeiros. Relação esta que diz respeito a assim chamada acumulação primitiva que Marx (2017, p. 785) aponta como “prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Ainda, reforça que “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (Marx, 2017, p. 786). Dessa forma, “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2017, p. 786).

Processo histórico este que se inicia na Europa a partir do século XV - ao qual data a invasão das Américas - a fim de alavancar a constituição da burguesia e revolucionar as relações de produção deste continente. “Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (Marx, 2017, p. 829). O que se relaciona com a colonização brasileira, ao passo que é a riqueza socialmente produzida nas colônias e apropriada privadamente pelas metrópoles que viabiliza o impulsionamento da propriedade privada dos meios de produção à nível mundial. Além disso, destaca-se que aliado ao trabalho assalariado que se consolida no “velho mundo” no mesmo século se abole a escravidão em países do “novo mundo”, tal como o Brasil. Dessa forma, não só os camponeses europeus foram expropriados, “toda a série de pilhagens, horrores e opressão que acompanha a expropriação violenta do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII” (Marx, 2017, p. 799) pode ser verificada - respeitadas as diferentes e particulares características e determinações -

nos processos de dominação e exploração direcionados aos povos originários das Américas e de África. Em síntese:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (...) Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (Marx, 2017, p. 821)

Se são estes processos que revelam “nas colônias, a verdade sobre as relações capitalistas da metrópole” (Marx, 2017, p. 836), para viabilizá-los, a determinação das relações sociais de sexo e raça é fundamental. Afinal, desde a invasão portuguesa a formação das classes sociais no Brasil caracteriza-se por uma construção histórica centrada nas relações sociais de sexo e raça. Entre 1500 e 1549, o Brasil é marcado pelo início de genocídios, estupros e demais violências direcionadas aos povos originários que permanecem até os dias atuais. É no processo de colonização do Brasil por Portugal que se verifica a gênese do patriarcado e do racismo imposto pelas concepções patriarcais e raciais trazidas do “velho” para o “novo” mundo. Exemplo disso é o fato que:

O combate à nudez, o casamento heterossexual, a monogamia, a recusa às práticas homoeróticas e as noções de parentesco foram elementos introjetados pelos portugueses via coerção e consenso. De um lado, podemos evidenciar a figura do homem branco europeu e seu contato com as mulheres indígenas por meio de estupros violentos e conquistas nada românticas. De outro, a Igreja Católica com suas tentativas de evangelização que passavam pelo batismo, catecismo e o casamento formalizado pela figura de um padre. Antes disso, os comportamentos sexuais eram diversos. Relatos históricos dos colonizadores indicam a existência de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Não havia uma noção formal de monogamia e, conseqüentemente, de adultério. A relação dos povos indígenas com o corpo também expressava essa diversidade. Suas formas de pinturas corporais, acessórios e indumentárias variavam e não havia um tabu pré-estabelecido sobre a nudez. O comportamento referente ao que hoje chamaríamos de homossexualidade presente entre povos indígenas foi severamente rechaçado pelos representantes da Coroa que consideravam a prática um crime de lesa-pátria. Para coibir esse comportamento, a Coroa portuguesa instaurou o “Tribunal do Santo Ofício”, responsável pela “Inquisição” no país, e condenou a chamada “sodomia”. (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 87)

Além disso, “os processos de transição a modos de produção historicamente particulares na América Latina, após a invasão colonial em 1492, foram engendrados a partir da imposição colonialista e interromperam o desenvolvimento próprio dos modos de produção dos povos originários” (Souza, 2020, p. 64). De forma que a divisão social do trabalho imposta a partir deste momento histórico baseia-se em determinações de sexo, raça e classe. Em suma, tem-se o patriarcado, especialmente, pelo âmbito da família e do controle político do gênero e da sexualidade (Federici, 2017), determinando a divisão sexual do trabalho em que mulheres e homens ocupam posições diferenciadas no âmbito da produção e da reprodução da vida social.

“E a realidade opressora lhe aparece: é escravo e escravo em terra estranha!” (Reis, 2018, p. 116). Similarmente, o racismo é imposto como legitimador da dominação e exploração dos povos originários, em um primeiro momento (1500-1549) da divisão racial do trabalho, que a partir do escravismo pleno (1550-1850) abrange populações negras sequestradas. Afinal, “o negro, também, teria seu lugar, embora não o tivesse pedido: sob o sol escaldante das plantações de cana-de-açúcar, fumo e algodão do Novo Mundo” (Williams, 1975, p. 8). Corato (2020, p. 43-4), a esse respeito argumenta que “não sendo possível transpor as relações sociais e as forças produtivas advindas da Europa, bem como havendo a nula viabilidade em aceitar as relações já existentes, acabaram sendo estabelecidas, para atender aos interesses lucrativos de Portugal, novas relações” e conclui que “as colônias contribuíram enormemente para o processo de acumulação primitiva de capitais, num primeiro momento, fazendo girar a economia do capital mercantil mundializado sob a hegemonia portuguesa”.

De acordo com Moura (2014, p. 66) o escravismo que “se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente poderia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista”, em síntese, “um era dependente do outro, e se completavam”. Segundo Souza (2020, p. 47) “os detentores desse capital são aqueles que, direta ou indiretamente, drenaram as riquezas produzidas nas colônias e, do mesmo modo, comandaram o processo produtivo nas metrópoles”.

Nesse sentido, reforçam Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 93) que a colonização brasileira se insere “numa corrida acelerada pelo poder mundial” em que:

(...) os países europeus investiram na navegação como forma de acelerar os fluxos comerciais. O objetivo consistia em estabelecer relações oportunistas favoráveis à pilhagem de bens primários para as economias europeias, e o Brasil assume exatamente esse papel. (...) Por mais sádico que se apresente, a escravidão negra tem um componente fundamental: é o modo ideal de extração de riqueza que, combinado a outros, sustentará a acumulação primitiva de capital na Europa. Acresce à escravidão a dinâmica de ocupação e do uso da terra no lugar onde se valeu da monocultura e da grande propriedade como formas de ampliar a produtividade. (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 93)

A determinação racial da divisão social do trabalho imposta a partir da colonização conforma desde então, no Brasil, o fato de que falar de “raça” é falar de classe. Ou melhor, é falar que “da colonização, apenas o racismo, a brutalidade e a miséria nasceram” (Souza, 2020, p. 45). Corato (2020, p. 39) pontua que o “ocorrido entre 1500 e 1888, nos permite evidenciar as consequências desse passado que excluiu a população negra na participação da riqueza socialmente produzida, fazendo com que essa parcela componha o maior número de pobres no Brasil” até os dias atuais. Nas palavras de Almeida (2019, s. p.), “classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados”. Acerca da relação entre a assim chamada acumulação primitiva, a colonização e os processos de dominação e exploração direcionados às populações originárias das Américas e de África, Almeida (2019) contribui no debate sobre a raça na história da divisão social do trabalho, em que:

(...) a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (Almeida, 2019, s. p.)

Ou seja, “a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África” (Almeida, 2019, s. p.). Nesse contexto, portanto, as populações negras são roubadas “na África para

trabalhar nas terras roubadas dos índios na América” (Williams, 1975, p. 13). O que, no Brasil, a partir de 1550 caracteriza a (re)configuração das relações sociais de raça. Ou melhor, da divisão racial do trabalho com a emergência do escravismo que perdurará até os anos 1850 como pleno e, após, ainda em 1888 como escravismo tardio (Moura, 2014). Períodos de escravismos estes que, ao estarem inseridos na dinâmica mundial da assim chamada acumulação primitiva em territórios colonizados, relacionam-se com os processos de dominação e exploração das populações das metrópoles. Contudo, diferenciam-se das últimas ao passo que “se o homem livre produzia mercadoria, o escravo era também mercadoria e poderia ser vendido juntamente com o saco de café por ele produzido” (Moura, 2014, p. 49). Dessa maneira:

(...) o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais. (Moura, 1994, p. 1.)

Williams (1975, p. 34) afirma que a “escravidão, de maneira alguma, denotava, em qualquer sentido científico, a inferioridade do negro. Sem ela, o grande desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar das [Américas e] Antilhas, entre 1650 e 1850, teria sido impossível”. Dessa maneira, o racismo é desenvolvido para legitimar a escravização de populações de África nas Américas com o objetivo da transferência de riquezas extraídas e produzidas nas colônias para as metrópoles. Neste caso, respectivamente, Brasil e Portugal. “Deu-se, por conseguinte, uma deformação racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão” (Williams, 1975, p. 11) desenvolvida no contexto da acumulação primitiva de capital.

Não por acaso, segundo Moura (1994, p. 2), “o racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes

cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de ‘raças eleitas’”. Em síntese, é a determinação racial na divisão social do trabalho estabelecida no processo de colonização brasileira relacionada a assim chamada acumulação primitiva que caracteriza a gênese do racismo no Brasil, logo, das relações sociais de raça.

Do mesmo modo é o contexto de colonização e da assim chamada acumulação primitiva que estabelece a determinação sexual na formação sócio-histórica brasileira. De forma que a invasão portuguesa apresenta - conjuntamente ao racismo - o patriarcado associado à divisão social do trabalho imposta a partir de 1500. Assim, de acordo com Cisne e Santos (2018, p. 62) a divisão sexual do trabalho estabelece dois princípios organizadores “a ‘hierarquia’, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a ‘separação’ entre o que é trabalho do homem e da mulher”, assim, “não se trata apenas de trabalhos diferentes segundo o sexo, mas hierarquicamente distintos e assimétricos, que se desdobram e se expressam nas desigualdades existentes”.

A partir da colonização brasileira se impõe a lógica das relações sociais de sexo em que uma “expressão da propriedade privada assenta-se na família, em que mulheres e filhos estão sob a posse do homem” (Nogueira, 2018, p. 16) da casa grande. Contudo, destaca-se as primeiras expressões patriarcais em solo brasileiro constituindo-se pelo estupro e demais violências direcionadas às mulheres indígenas pelos colonizadores que, a partir de 1550, passam a abranger as mulheres negras sequestradas de África. Desde os primórdios da formação sócio-histórica brasileira as relações sociais de sexo particularizam-se, portanto, pelas determinações raciais. Afinal, as realidades das mulheres brancas, indígenas e negras diferenciam-se pela relação destas nos processos de dominação e exploração de classe que, no Brasil, estrutura-se no racismo. A este respeito,

Nota-se como as relações patriarcais e racistas só se constituíram produzindo múltiplas formas de opressão e de exploração, que tinham como eixo o poder e autoridade formados em torno do homem-branco-heterossexual-cisgênero-proprietário. Mulheres brancas tiveram acesso ao poder e aos produtos do trabalho de maneira desigual em relação aos homens. Homens e mulheres negras não usufruíam o fruto do seu trabalho em virtude da escravidão. No que se refere a estas, o corpo e a sexualidade das mulheres negras estavam expostos às volúpias dos seus senhores. Sendo assim, resguardadas a diversidade dessas experiências, mulheres brancas e negras tiveram sua vida atravessada por desigualdades que marcaram as formas de desenvolvimento da divisão sexual do trabalho. (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 92)

Se o racismo se utiliza de características físicas pautadas na diversidade étnico e racial para legitimar a dominação e exploração de pessoas negras e indígenas, o patriarcado se utiliza de características físicas pautadas na diversidade sexual e de gênero para legitimar a dominação e exploração de mulheres e LGBTQIAPN+. Segundo Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 61) o patriarcado “busca explicar a sociedade a partir das diferenças biológicas dos sujeitos e, mecanicamente, opera um conjunto de dualidades: masculino/feminino, forte/fraco, racional/emocional, agressivo/delicado”, assim, “partir das diferenças biológicas para explicar as desigualdades socialmente construídas não é suficiente, mais do que isso, expressa uma visão de mundo centrada na lógica sexista”. Ou seja, é necessário compreender as diferenças sociais entre homens e mulheres não como algo natural, mas como resultado da construção histórica do patriarcado, em especial, no âmbito da família. Nogueira (2018, p. 18) reforça que “a divisão do trabalho na família foi um momento histórico decisivo (...) de que a divisão sexual do trabalho constitui a divisão social do trabalho que se expressa nas relações estabelecidas entre os homens e as mulheres na produção e reprodução social”, ainda, “a apreensão da divisão sexual do trabalho nos proporciona identificar que o modo como cada sociedade organizava a sua produção e a sua reprodução social determinava qual o papel que os homens e as mulheres desempenhavam”.

O que no Brasil passa a se diferenciar substancialmente com a colonização que impõe os valores patriarcais da família monogâmica advindos do “velho” para o “novo” mundo. Modelo familiar este que “encontra sua gênese, como um aspecto decisivo, na organização da sociedade de classes que, por sua vez, foi sendo tecida por meio da violência e do trabalho explorado e alienado que constituem a propriedade privada” (Cisne; Santos, 2018, p. 57). Em outras palavras, entende-se, tal como Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 87), que o “processo de colonização como indutor do desenvolvimento das relações patriarcais de gênero, haja vista que estas passaram a materializar-se, desde então, nas formas de produção e reprodução social”, afinal, “os povos originários tiveram, em grande parte, suas formas de organização familiar e social solapadas pelo modo de vida europeu, no qual o patriarcado já constituía uma experiência concreta”.

No contexto do Brasil colonial, as relações de sexualidade e de gênero eram amplamente organizadas pela hegemonia intelectual e moral do cristianismo e, mais concretamente, da Igreja Católica da

época. A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente. É claro que, por essas bandas, nem sempre foi assim. Antes de estas terras serem decretadas propriedade de Portugal, formas muito diversas de organizar a sexualidade e o gênero se desenvolveram por aqui. Por volta de 1500, estima-se que cerca de 300 povos ocupavam praticamente todo território, em especial o litoral. Assim, havia uma diversidade de povos que tinham práticas, costumes, culturas e linguagens variadas. Tais povos não estavam necessariamente isolados, pois muitos se articulavam e formavam redes de trocas comerciais. (Nogueira, Pereira e Toitio, 2020, p. 83)

Saffioti (2013, p. 246) após discorrer acerca dos aspectos da formação da economia brasileira - em que o processo de colonização estabelece uma economia colonial dependente no Brasil - afirma que o que se constituía como universal na posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial “quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, era a (...) completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para a submissão”. Além disso, acerca da instrução feminina na Colônia e no Império, a autora reforça que “o princípio da segregação sexual, integrante da tradição ibérica e validado pela Igreja Católica, iria, assim, pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural” (Saffioti, 2013, p. 267).

Concebe-se, portanto, a origem das relações sociais de sexo e raça no Brasil pela gênese das determinações de sexo, raça e classe da divisão social do trabalho na particularidade brasileira a partir da colonização relacionada à acumulação primitiva. Apresentados os destaques gerais durante os três momentos da invasão portuguesa de início da colonização (1500-1549), do escravismo pleno (1550-1850) e do escravismo tardio (1851-1888), é possível avançar acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo como fundamento da “questão social” no Brasil a partir da interpretação da acumulação capitalista, superpopulação relativa e pauperismo na particularidade deste país.

2.3. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E PAUPERISMO: AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE COMO FUNDAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL

Para evidenciar as relações sociais de sexo, raça e classe - sua conformação na superpopulação relativa e no pauperismo - como fundamento da “questão social” na particularidade brasileira pela lei geral de acumulação capitalista é necessário dar especial atenção aos acontecimentos do século XIX no Brasil que, não só conformam a transição do escravismo pleno (1550-1850) para o escravismo tardio (1850-1888), como, similarmente, expressam a ascensão do modo de produção capitalista neste país. Afinal, é neste século, que se desenvolve a condição de dependência no que tange à sua localização na periferia da dinâmica mundial capitalista. Destaca-se, neste sentido, a série de medidas legais que legitimam a transição entre esses momentos históricos na sociedade brasileira, conformando a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na superpopulação relativa e no pauperismo na particularidade da acumulação capitalista no Brasil.

Moura (2014) pontua o fato da chegada da Coroa Portuguesa (1808) e da Proclamação da Independência (1822) - apesar de sinalizar o fim da colonização propriamente dita - não caracterizar alterações substantivas no escravismo caracterizado como pleno neste período. Ao contrário, são nos anos 1850, com a proibição do tráfico internacional de escravos, pela Lei Eusébio de Queirós que “concretamente surgirá o embrião de uma burguesia epidérmica que nasce muito tarde como classe e que não podia desempenhar aquelas funções dinamizadoras atribuídas a uma burguesia clássica nos moldes europeus” (Moura, 2014, p. 78). Ainda, pontua acerca da subalternidade da burguesia nascente em que se configura “uma burguesia auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra” (Moura, 2014, p. 79). Nessa fase tardia, à medida que o escravismo se moderniza, o Brasil se endivida e torna-se dependente. Nas palavras de Moura (2014, p. 86):

Uma das características mais importantes dessa segunda parte do escravismo brasileiro, que denominamos de tardio, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas

emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno, quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês. (Moura, 2014, p. 86)

A transição do escravismo para o capitalismo no Brasil, nesse sentido, se relaciona ao contexto de hegemonia do Imperialismo Inglês e na consequente condição dependente e periférica que o país assume desde os primórdios do modo de produção capitalista no território brasileiro. O que é acompanhado “por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandam o mercado capitalista mundial” (Moura, 2014, p. 87).

Acerca das estratégias de dominação do escravismo tardio, Moura (2014) aponta que os senhores de escravos mantêm os privilégios de classe na transição para o capitalismo por mecanismos políticos com destaque para a Lei da Terra (1850) em que objetiva-se “através dessa estratégia de modernização, conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição” (Moura, 2014, p. 111).

Enquanto o escravismo tardio descamba no capitalismo dependente (Moura, 2014, p. 122), legislações tais como “Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei que extingue a pena do açoite (1886), Lei que proíbe a venda separada de escravos casados (1869) e outras” se estabelecem a fim de “proteger o escravo como mercadoria valorizada pela impossibilidade de sua reposição como antigamente”. Além disso, a abolição da escravidão pela Lei Áurea (Brasil, 1888) seguida da Lei Glicério (Brasil, 1890) - que dá continuidade a política migratória - demonstram a presença de elementos eugênicos no projeto de embranquecimento da população brasileira no contexto pós-abolição. É na transição do escravismo para o capitalismo, que “as elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não branco de um modo geral” (Moura, 2014, p. 151), assim, “o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão” (Moura, 2014, p. 151).

Moura (1977) discorre acerca da trajetória da população negra no Brasil que no século oitocentista diz respeito ao ponto de partida da escravidão à marginalização como ponto de chegada. Assim, “o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi integrado em uma economia de miséria” (Moura, 1977, p. 35). “Quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão” (Moura, 1977, p. 17), é este o “julgamento quase geral em todas as regiões nas quais o negro entrou como escravo e, no momento, disputa com o branco e/ou outras etnias o mercado de trabalho em nossa sociedade” (Moura, 1977, p. 17). Nesse contexto, o autor pontua como as relações raciais se transformam para conservar a determinação racial da divisão social do trabalho no país.

Se no escravismo o negro serve aos interesses dos senhores ocupando o centro da produção com a exploração da mão-de-obra escravizada, na medida em que a sociedade competitiva e o trabalho assalariado se desenvolvem no Brasil, a população negra é tensionada às margens desse processo no intuito de se desenvolver grandes massas de trabalhadores miseráveis e disponíveis para a lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017). Neste processo, a política de imigração de trabalhadores europeus possui papel ímpar, afinal, alia-se ao intuito da periferia absorver a superpopulação relativa advinda de países do capitalismo central - que, neste momento, já enfrentam as primeiras crises capitalistas -, ao mesmo tempo que se estabelece uma política de branqueamento da população brasileira. “O surto imigratório se espalhou por diversas províncias do país e alinhou ao concomitante apagamento da mão de obra negra como detentora de habilidades para o trabalho assalariado” (Fagundes, 2022, p. 97). A este respeito, contribui Souza (2020, p. 56-7):

No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, o racismo teve larga influência, atribuindo à população negra e indígena a responsabilidade pelas mazelas sociais, justificando a condução política do Estado de “importar” imigrantes europeus para “branquear” a Nação e, assim, alcançar as condições para o desenvolvimento. Esse processo racista atribuiu à população negra, recém-saída da escravidão, a responsabilidade por sua condição miserável, associando-a a preguiça, a menor capacidade intelectual, etc. (...) O que, no fundo, buscava-se era cristalizar, ideologicamente, a divisão do mundo feita anteriormente pela colonização: nações onde a maioria da população era de “raças inferiores” precisavam se manter vinculadas àquelas de “raças superiores”, e toda a sua riqueza (terras e a força de trabalho) deveria ser apropriada e explorada pelos descendentes diretos europeus. (Souza, 2020, p. 56-7)

Moura (1977, p. 33) questiona, então, “o que sobrou para o ex-escravo neste quadro?”, e, responde, que “exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada”, em síntese, “esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão”. Ainda, acerca da finalidade da transição das relações sociais de raça no que tange ao negro, de bom escravo a mau cidadão, Moura sintetiza (1977) que:

(...) a existência do negro marginalizado por questões sócio-econômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver a sua problemática, mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do mau cidadão negro. Imagem que é apenas uma racionalização negativa, plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier. (Moura, 1977, p. 47)

Fagundes (2022, p. 38) ao discorrer acerca da transição do trabalho escravizado ao trabalho assalariado afirma que “a relação entre escravidão e capitalismo consiste na compreensão da primeira como parte da formação da economia capitalista mundial, no pré-XIX, como acumulação primitiva do capitalismo central e, ao longo do século XIX, enquanto acumulação capitalista dependente”. O autor reforça os elementos abordados por Moura (2014) quando refere-se ao Estado como mediação política opressora ao considerar os acontecimentos jurídico-políticos na desagregação do regime escravista de forma que estes “construíram a desagregação do sistema escravista a partir da manutenção das elites senhorial e cafeeira enquanto classe dominante e inserção subordinada do negro no regime de trabalho assalariado” (Fagundes, 2022, p. 82), ademais, “configurou com a inauguração de uma sociedade de classes com a compulsória localização do negro liberto no exército industrial de reserva” (Fagundes, 2022, p. 82).

São estes movimentos que contribuem para a conformação entre as relações sociais de raça e classe na formação da classe trabalhadora brasileira de modo que o negro escravizado é convertido em primeira força do exército industrial de reserva pelo racismo por meio, por exemplo, do projeto de embraquecimento da população brasileira (Fagundes, 2022). Mais que isso, “o contingente de trabalhadores negros

ausentes dos postos de trabalho age no sentido de regular negativamente o valor da força de trabalho” (Fagundes, 2022, p. 154). Souza (2020, p. 61), nesse sentido, ao discorrer acerca do renascer do escravismo, o parto do capitalismo e seu sustentáculo perene sustenta que “a hierarquização entre os expropriados baseada na raça, cor da pele ou etnia é fundamental à realização (...) do rebaixamento do valor da força de trabalho”.

A realidade da população negra no pré-abolição e na pós-abolição sofre influência do padrão de dominação burguesa vigente. Com isso, é previsto captar à forma como esses homens e mulheres foram estruturalmente transportados dos postos de trabalho - ocupados por negros libertos ou escravizados - e incluídos em uma zona de desemprego e subemprego permanente. (Fagundes, 2022, p. 104)

Quando se analisa a correlação entre patriarcado e capitalismo na formação da classe trabalhadora brasileira similar conclusão é realizada visto que “a marginalização de grandes contingentes femininos do sistema dominante de produção de bens e serviços transforma-os em força de trabalho potencial para esse sistema e, portanto, em reguladores dos salários da mão de obra efetivamente nele empregada” (Saffioti, 2013, p. 335). Ora, “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (Marx, 2017, p. 712).

Em síntese de Fagundes (2019, p. 1) - acerca das raízes do proletariado negro e o exército industrial de reserva no capitalismo dependente brasileiro - “os acontecimentos presentes na gradual desagregação da escravidão acabam por gerar uma localização compulsória do futuro negro liberto no exército industrial de reserva da iminente sociedade de classes e trabalho assalariado”. Noutros termos, “sendo a população excedente constitutiva hegemonicamente pelo contingente populacional negro, é essa população produto necessário para a acumulação de capitais e também sua alavanca de reprodução” (Fagundes, 2019, p. 8). O que Moura (1988) já havia sinalizado ao apontar a composição da grande franja de marginalizados que se é exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substitui o escravismo no Brasil.

Pereira e Sampaio (2018, p. 444) reforçam acerca das relações sociais de raça e classe na formação da classe trabalhadora brasileira em que “a constituição da classe trabalhadora brasileira possui não apenas a exploração própria do capitalismo, mas é marcada por um profundo processo de subalternização

demarcado pela escravização e pelo racismo”, afinal, “além de compor o segmento mais baixo da superpopulação relativa, [são] reduzidos ao pauperismo como ‘peso morto do exército industrial de reserva’”.

As pontuações acima - tanto a respeito da transição do escravismo para o capitalismo no Brasil, quanto no que tange a correlação entre raça e classe - vão ao encontro da compreensão acerca da lei geral de acumulação capitalista. Afinal, Marx (2017, p. 705) ao dissertar a respeito da produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva afirma que a “acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Em resumo:

(...) se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (Marx, 2017, p. 707)

Ainda ao tratar da lei geral de acumulação capitalista, Marx explicita as diferentes formas de existência da superpopulação relativa, sendo elas: flutuante, em que “nos centros da indústria moderna (...) os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume, de modo que, em linhas gerais, o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção” (Marx, 2017, p. 716); latente, que flui “continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude” (Marx, 2017, p. 718); e, estagnada, que “forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível” (Marx, 2017, p. 718).

Destaca-se a última nas relações sociais de sexo, raça e classe no Brasil, de forma que na superpopulação relativa estagnada a “condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (Marx, 2017, p. 718). A esse respeito contribui Gonzalez (2020, s. p.) quando afirma que “o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentemente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra”.

Aqui, apontamos a persistência significativa do racismo em torno do valor da força de trabalho. A forma como se estrutura a localização da população negra no tecido social brasileiro, assim como a existência de um volumoso exército industrial de reserva, implicam negativamente a elaboração desse valor. Visto que acaba por ser socialmente permitido remunerar abaixo do valor normal esse quantitativo de pessoas, da mesma forma que o que se é considerado normal não apresenta características que permitam plena reposição do desgaste da força de trabalho e, com isso, superação do seu desgaste diário. Portanto, percebemos como racismo estrutural se relaciona ao regime da superexploração da força de trabalho. (Fagundes, 2022, p. 172).

Marx (2017, p. 719) ainda recorre a categoria do pauperismo para descrever “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa”. Nesta esfera reside o lumpemproletariado e as massas da classe trabalhadora diante da miséria capitalista, com destaque para a população negra e de mulheres. O que é congruente a compreensão do desenvolvimento das relações sociais de sexo e raça no Brasil a partir dos dados apresentados - nos pressupostos teórico-metodológicos do presente trabalho - acerca da realidade contemporânea da classe trabalhadora brasileira quando se aborda, por exemplo, o índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo (Saboia; Netto; Villacorta, 2023). Em última instância, a “acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (Marx, 2017, p. 721).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial

de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (Marx, 2017, p. 719)

É esta compreensão marxiana sobre a lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017) que referencia o entendimento marxista acerca da “questão social”. Ianni (1989, p. 145) ao dissertar sobre a “questão social” afirma que esta “tem sido objeto de interpretações divergentes” o que mostra como ela própria “está na base dos movimentos da sociedade”. Sobre tais interpretações Netto (2001, p. 44) entende que a partir de 1850 a expressão “questão social” caminha em direção ao pensamento conservador a fim de se naturalizarem as manifestações imediatas desta, como se fossem, “características inelimináveis de toda e qualquer ordem social. (...) De fato, no âmbito do pensamento conservador - a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora”. No entanto, o contexto pós-1848 propiciou às vanguardas da classe trabalhadora a passagem da consciência de classe em si para classe para si e é a partir disso que “o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador” (Netto, 2001, p. 45).

Ianni (1989, p. 147) ainda aponta que “a sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais” e que “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Nesse sentido, para o autor, “o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural”, ainda que este se apresente por “diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais” (Ianni, 1989, p. 147). Similares contribuições são desenvolvidas por Iamamoto (2001). Para a autora, a “questão social” “é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe” (Iamamoto, 2001, p. 10). Sobre o que Ianni (1989) aponta acerca do significado estrutural da “questão social”, Iamamoto (2001, p. 10) reafirma o caráter constitutivo desta nas “relações sociais capitalistas” e aprofunda o fato de que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (Iamamoto, 2001, p. 16)

Em outras palavras, a “questão social” se gesta e (re)produz na arena do conflito de classes sociais específicas, as classes contextualizadas nas relações sociais do modo de produção capitalista, a partir da dominação do conjunto de sujeitos que tem a sua força de trabalho explorada em troca do assalariamento, para que o trabalho coletivo seja apropriado de forma privada pela classe dominante que explora por deter os meios de produção, a partir dos processos de expropriação da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2017). Dessa forma, “a estrutura da produção cria a superestrutura em qualquer modo de produção. Nisso, expressa-se o fato de não existir exploração sem dominação, ou seja, sem a criação de relações de poder” (Souza, 2022, p. 36). A separação da propriedade dos meios de produção da classe que produz é o fundamento que dinamiza a riqueza privada da classe que se apropria destes, de modo que, “capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de produção capitalista é um processo de relações sociais entre classes” (Iamamoto, 2014, p. 59).

Seguindo a perspectiva crítico-dialética, Netto (2001, p. 42) enfatiza que é na dinâmica capitalista que se têm “pela primeira vez na história registrada, [o fato de que] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Iamamoto (2001) e Netto (2001), convergem na assertiva de que é a compreensão marxiana da lei geral de acumulação capitalista que permite analisar a “questão social”. A primeira autora afirma que “em síntese, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista”, assim, gera-se “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade

capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15-6). O segundo autor reforça que “a análise marxiana da ‘lei geral da acumulação capitalista’ (...) revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios”, ainda, “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’”, reforçando que “a ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo” (Netto, 2001, p. 45).

Destaca-se que a “questão social” se refere essencialmente ao aspecto econômico de exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, mas, ao mesmo tempo, ao aspecto político de conflito entre capital e trabalho no âmbito da luta de classes. Assim, é fundamental entender a “questão social” como Iamamoto (2001 e 2015) no sentido de que esta é “condição inerente do modo de ser do sistema capitalista, ou seja, não existe capitalismo sem questão social”. Considerando, assim, “a dimensão política e histórica como componentes indissociáveis na definição da questão social, entendendo-a não só como desigualdade, mas também como rebeldia” (Costa; Rafael, 2021, p. 79). Cabe, pois, reconhecer a racionalidade e historicidade da teoria social marxista, em que “o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais-histórico-econômicas de produção específicas” (Iamamoto, 2001, p. 11). Ou seja, considerar o método materialista histórico dialético a fim de se realizar as mediações das relações sociais na particularidade brasileira.

Resgata-se, nesse sentido, as contribuições de Saffioti (1987) acerca da relação simbiótica do “patriarcado-racismo-capitalismo” no Brasil a fim de colaborar no entendimento das determinações da “questão social” na particularidade deste território, especialmente, na “tendência estrutural do capitalismo à desigualdade de raça e de gênero” (Gonçalves, 2011, p. 127). O conjunto da obra de Saffioti possui contribuição ímpar no que tange às relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo. Para a socióloga, a simbiose do “patriarcado-racismo-capitalismo” diz respeito ao “cuidado para não privilegiar nenhum dos três momentos da tríade como essencialmente predominante, ou seja, do raciocínio da priorização de um dos sistemas de dominação-exploração”, pois segundo sua obra, “a fusão que, de fato, ocorre entre elas acaba sendo tão

profunda (...) [que nenhum deles pode operar autonomamente] (Lovatto, 2011, p. 116).

Ademais, quando Saffioti (1987) comenta acerca dos processos de “dominação-exploração”, a autora “chega à formulação de que exploração e dominação são duas faces do mesmo processo e que não existe, de um lado, a exploração capitalista e, de outro, a dominação patriarcal [e/ou racista], afinal uma se alimenta da outra” (Motta, 2022, s. p.). Contudo, “ainda que dê indícios para a análise articulada de gênero [raça] e classe, (...) ela ainda trabalha com a questão da classe, partindo da análise do modo de produção capitalista como o primordial” (Motta, 2022, s. p.). Assim, o que se torna presente em seus estudos é “a análise da imbricação entre as determinações de classe, de gênero e de raça” em que “não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais correndo paralelamente. Ao contrário, estas três contradições entrelaçadas pelo nó sustentam a manutenção do sistema capitalista” (Gonçalves, 2011, p. 120). Acerca do patriarcado e do racismo - ambos fenômenos histórico-sociais com consolidação anterior a emergência do modo de produção capitalista - a socióloga reforça sobre a relação simbiótica, que se retroalimenta:

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças - como as de sexo e de raça - sobre as quais seus portadores não tem controle. Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável. (Saffioti, 1987, p. 55)

O que vai ao encontro da concepção acerca da “questão social”, a partir da compreensão marxiana da lei geral de acumulação capitalista, mas no sentido de que “convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica, ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória”, pois, “se o patriarcado e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos” (Saffioti, 1987, p. 62). A relação sócio-histórica entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade da

realidade brasileira permite vislumbrar a divisão social do trabalho em suas determinações de sexo, raça e classe neste território, entendendo a conformação da classe trabalhadora e da superpopulação relativa, que possui, obviamente, classe, mas, similarmente, sexo e raça determinados pelos processos de “dominação-exploração” aqui citados.

Gonçalves (2018) afirma que a “questão racial” é um dos nós da “questão social”, pois, ao considerar a formação sócio-histórica brasileira “a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). Elpídio e Valdo (2022, p. 320) afirmam que “a questão racial, vista como elemento estrutural, é parte do processo da formação social e do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, em sua particularidade, e compõem a dinâmica das relações sociais de produção e reprodução do capital”. É nessa perspectiva que Saffioti (1987) “em uma rigorosa análise, afirmou que o modo de produção capitalista potencializa a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo”, e, ainda,

Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada”. Isto não significa que estes caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo a necessidade e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade”. (Gonçalves, 2011, p. 125)

Souza (2021 e 2022) explica que, para além de explicações genéricas, as determinações da “questão social” no Brasil tratam-se, especialmente, de sua conexão com os elementos histórico-estruturais que dizem respeito aos processos de dominação-exploração de um capitalismo dependente que fazem “emergir contradições suplementares à dinâmica geral da acumulação do capital” (Souza; Teles, 2021, p. 51). Nesse sentido, “a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia e, por isso, é necessário entender o racismo estrutural como chave explicativa das contradições entre capital e trabalho no Brasil” (Souza; Teles, 2021, p. 51). Pois, “uma tendência nuclear do capitalismo dependente latino-americano é a exacerbação da lei geral da

acumulação capitalista” (Souza, 2022, p. 34).

Retomando a ideia do enovelamento das relações sociais de sexo, raça e classe de Saffioti (1987), Souza e Teles (2021) contribuem nessa lógica quando afirmam que “a mediação do racismo estrutural é fundamental, pois se constitui como um organizador necessário para as relações desiguais. (...) [que] naturaliza a brutalidade da sociedade burguesa como normalidade, sendo o fornecedor das justificativas ideológicas necessárias à subordinação da classe trabalhadora”, além disso, “o sexismo também é produto da reelaboração das relações patriarcais, sob o capitalismo (...) [e] constitui-se como engrenagem fundamental para a organização da desigualdade, fundada pela propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho” dessa forma se revelam “as conexões histórico-estruturais da opressão e da dominação de raça e gênero/sexo” (Souza; Teles, 2021, p. 54). Em síntese, para as autoras:

(...) entender a história do trabalho subordinado à lei do valor requer considerar sua divisão social, sexual e racial, a qual: por um lado, determina o potencial de extração de mais-valia; por outro lado, desdobra-se em contradições que se apresentam no cotidiano e no nível da aparência, como processos desvinculados da estrutura produtiva. Neste ínterim, as desigualdades são mistificadas e naturalizadas, o que expressa a complexidade do processo, em tela, e o próprio movimento das classes detentoras do poder econômico e político na elaboração dos seus mecanismos de dominação. (Souza; Teles, 2021, p. 57)

Cisne e Soares (2022, p. 338), ao analisarem a “questão social” no Brasil contemporâneo, reforçam que “não podemos negar a existência das relações sociais de sexo nas relações de classe, tampouco, o contrário. No Brasil, a história das classes sociais é indissociável da colonização escravista e patriarcal” e complementam que “as relações sociais de sexo e raça se imbricam, dialeticamente, com a classe e conformam uma totalidade una e indivisível para compreensão da desigualdade social que estrutura a sociedade brasileira e os conflitos políticos que dela decorrem” (Cisne; Soares, 2022, p. 338). No que tange a conformação da “questão social” nesta particularidade, as autoras afirmam que esta “não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista” (Cisne; Soares, 2022, p. 338). Exemplo de Saffioti (1987, p. 46) neste sentido é o fato de que

“dentre as famílias mais miseráveis cabe lembrar as chefiadas por mulheres, cujos salários são, em média, muito inferiores aos masculinos”.

Costa e Rafael (2021) defendem que patriarcado e racismo são componentes estruturais do capitalismo no país, e, logo, da “questão social”, pois:

A análise histórico-econômica deste modo de produção, demonstra que tais desigualdades são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja, existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros. As relações sociais de gênero/sexo e raça/etnia, que invadem todas as dimensões dos sujeitos que as vivenciam, possuem uma origem material de existência, por mais que não se limite a mesma. No capitalismo, essa origem está relacionada ao processo de organização e divisão do trabalho que é social, sexual e racial. Ao organizarmos o acesso ao trabalho, que é a base material de existência de qualquer sociedade e modo de produção, utilizando de critérios como sexo/gênero e raça/etnia, produzimos sistemas de dominação-exploração que estruturam as relações sociais e econômicas. As consequências de uma divisão sexual e racial do trabalho é a produção de fenômenos como o patriarcado e o racismo. (Costa; Rafael, 2021, p. 90)

Ferreira e Fagundes (2021) corroboram ao entendimento da divisão social do trabalho em suas determinações de sexo, raça e classe como indissociáveis para o entendimento da conformação da “questão social” no Brasil, de forma que:

(...) mulheres, pessoas não heteronormativas e racializadas, bem como a juventude (dadas as diferenças de maturidade e desenvolvimento já indicadas), ocupam as primeiras filas do exército industrial de reserva, configurando uma estratégia da diferença inscrita na lei do valor. É por meio da produção destas diferenças e suas formas alienantes que o capital busca naturalizar o fato de, apesar de toda a riqueza produzida, haver uma ameaça constante à reprodução de uma parcela sobrando crescente da humanidade relativamente às necessidades da acumulação capitalista. Por isso, mais do que nunca, enquanto o capital opera a diferença, separa e divide, a estratégia mais consequente de enfrentamento às mazelas advindas desta realidade consiste em integrá-las em uma perspectiva emancipatória unitária. Uma integração que não subordine uma à outra, mas as integre dialeticamente. (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 72)

Similarmente, contribuições de Gonzalez (2020) colaboram para o exercício dialético de compreender as relações sociais de sexo, raça e classe na realidade brasileira. Segundo a autora, se considera natural “o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa”, ainda, “no que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma

função com relação ao homem, e a aceitação de que ‘está tudo bem’” (Gonzalez, 2020, s. p.). Ao comentar acerca do lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações sociais de raça, Gonzalez (2020, s. p.) reforça que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho”. Nas palavras de Cisne e Santos (2018, p. 67): “a mulher negra, portanto, inserida em relações patriarcais e racistas, encontra-se na pior escala social, ocupando, por exemplo, os postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados, e expostas a maiores situações de violência”.

Acerca da determinação sexual na divisão social do trabalho no capitalismo brasileiro, Souza-Lobo (2021, p. 282) contribui, ao dissertar acerca da realidade das mulheres trabalhadoras, sinalizando que “há tarefas masculinas e tarefas femininas na sociedade configurando verdadeiras culturas profissionais sexuadas”, e, “apesar da crescente escolarização das mulheres, suas possibilidades de carreira são mais restritas e seus rendimentos são inferiores” de modo que “o processo de terceirização da economia atinge especialmente o trabalho feminino”. Assim, a inserção das mulheres na divisão social do trabalho “reproduz as tendências já apontadas da divisão sexual do trabalho. O detalhamento desta distribuição é indicativo: os setores que absorvem com mais intensidade o trabalho feminino no Brasil são o de prestação de serviços e o social. Aliás, setores não valorizados socialmente por meio dos salários” (Souza-Lobo, 2020, p. 283). O que vai ao encontro das contribuições de Saffioti (2013, p. 343) ao discorrer acerca da força de trabalho feminina em que “a marginalização de enormes contingentes femininos do sistema produtivo de bens e serviços favoreceu, evidentemente, a acumulação capitalista”, pois, “o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior quantum de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos” (Saffioti, 2013, p. 343).

No sentido da exposição acima, a pesquisa busca evidenciar as relações sociais de sexo, raça e classe - sua conformação na superpopulação relativa e no pauperismo - como fundamento da “questão social” na particularidade brasileira pela lei geral de acumulação capitalista, pautada na compreensão de que “o racismo e o patriarcado não nasceram no campo das ideias, mas são historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne; Santos, 2018, p. 76). Noutros termos: “as classes sociais, a propriedade privada e a forma

mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais, por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social” (Cisne; Santos, 2018, p. 76).

Em síntese, o segundo capítulo desta dissertação objetiva apresentar os fundamentos das relações sociais de sexo, raça e classe na particularidade brasileira. Primeiramente, com o resgate histórico do trabalho associado aos processos de dominação e exploração pelas determinações de sexo, raça e classe na divisão social do trabalho. Em seguida, pela exposição do processo de colonização na formação sócio-histórica brasileira em que, neste território, a gênese das relações sociais de sexo e raça estão associadas a assim chamada acumulação primitiva. Por fim, evidencia as relações sociais de sexo, raça e classe como fundamento da “questão social” no Brasil pela lei geral de acumulação capitalista. Assim, a partir dos apontamentos acerca da conformação da classe trabalhadora brasileira pela relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na caracterização das desigualdades sociais no Brasil, cabe, então, sinalizar o debate do Serviço Social acerca dos fundamentos da “questão social”.

3. OS FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” EM DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Embora o capítulo anterior adiante o destaque de abordagens com as quais o Serviço Social brasileiro vêm debatendo a “questão social” — com destaque para a importância das contribuições de Iamamoto (2001) e Netto (2001) —, o presente capítulo visa dar ênfase as contribuições que, a partir deste arcabouço teórico-metodológico, relacionam as determinações de sexo, raça e classe na particularidade brasileira. O aprofundamento do debate acerca da “questão social” — com ênfase nas relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo — não caracteriza a negação do acúmulo do debate do Serviço Social brasileiro sobre esta questão. Ao contrário, aprofundar significa que é a partir deste arcabouço teórico-metodológico que se torna possível avançar na compreensão das demais determinações abordadas na agenda de pesquisa contemporânea da categoria profissional.

De acordo com Iamamoto, Raichelis e Bravo (2021, p. 284), “a pesquisa sobre a classe trabalhadora reconhecendo sua diversidade e suas particularidades internas (...) é um desafio ainda presente”. De forma que é necessária a superação da “abordagem dos sujeitos (...) para além dos recortes estabelecidos pelas políticas públicas, em favor de sua condição e experiência de classe, fruto da inserção na divisão social do trabalho e do processo de formação política, enquanto sujeito coletivo indissociável da (...) ‘questão social’” (Iamamoto; Raichelis; Bravo, 2021, p. 284).

Partindo do pressuposto que a dinâmica da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo dá luz a fundamentação da “questão social” - estando presente na gênese do Serviço Social brasileiro enquanto uma profissão convocada a intervir neste âmbito —, cabe, então, neste momento, o resgate do debate acerca de seus fundamentos realizado pela categoria profissional no Brasil. Assim, torna-se possível analisar de que forma o Serviço Social brasileiro aborda e compreende na cena contemporânea as relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação da “questão social” pela produção de conhecimento da última década (2014-2023).

3.1. “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL: RESGATE DO DEBATE ACERCA DE SEUS FUNDAMENTOS

Nos estudos dos Fundamentos do Serviço Social, a compreensão de um elemento torna-se primordial em detrimento dos demais, este é o ponto de partida, a razão de ser, o fundamento histórico da profissão. Trata-se da assimilação dos fundamentos da “questão social”, questão “incontornável” (Netto, 2001), se pretende-se não só perceber sua relação orgânica com o Serviço Social, mas, similarmente, apreender as relações sociais as quais o conjunto dos sujeitos, para além da categoria profissional, se situam no cenário histórico vigente.

Esta compreensão preliminar é a que permite avançar na “relação incontornável” (Netto, 2001) com o Serviço Social, alinhada às produções da categoria profissional que explicitam tal debate, especialmente em Iamamoto (1998, 2001, 2014 e 2015) e Netto (2001, 2009, 2015 e 2021), a fim de fortalecer a formação e atuação profissional em uma perspectiva crítica alinhada ao Projeto Ético-Político. Noutros termos, parte-se do entendimento que a “questão social” se explica sem o Serviço Social, porém o segundo não se explica sem a primeira. Se para Marx (2008, p. 47), “as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano”, na perspectiva desta pesquisa, o Serviço Social não se explica por si mesmo, nem pela evolução geral e simplista da carestia, pois “essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” na sociedade “patriarcal-racista-capitalista” consolidada.

Assim, é a partir deste propósito que a questão social assume prioridade ontológica no projeto de formação profissional do Serviço Social, visto que ela carrega consigo a chave histórica e, ao mesmo tempo, heurística para entendermos as lógicas política e econômica que gestaram em finais do século XIX no mundo e no início do século XX no Brasil, as condições sócio-históricas para o surgimento de uma profissão particular como a nossa. Portanto, sem a explosão da questão social e dos processos políticos e sociais a ela vinculados no qual se destaca a refuncionalização do Estado, nos termos de Netto (1996), não haveria condições objetivas e subjetivas para que as políticas sociais se constituíssem e com elas, a necessidade de um determinado profissional. Foi [e ainda é] a existência das expressões da questão social que justificaram [e justificam] e legitimaram [e legitimam], não somente o significado social da profissão, mas também seu lugar e particularidades na divisão social e técnica do trabalho. (ABEPSS, 2021a, p. 248)

Compreende-se por fundamentos da “questão social” os elementos objetivos e

subjetivos que dão base - noutros termos, fundamentam - a sua existência na sociedade. Nesse sentido, destaca-se como fundantes da “questão social”, o elemento econômico da exploração inerente ao modo de produção capitalista e o elemento político de contestação das lutas sociais diante desta realidade. Elementos estes que se relacionam diante do elemento social das desigualdades presentes neste contexto. O que, na particularidade brasileira, significa compreender a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da lei geral de acumulação capitalista no país - como apontado no segundo capítulo - e as contestações políticas frente às desigualdades sociais que esta relação gera. Em síntese, “é importante que os fundamentos da chamada ‘questão social’ sejam buscados na contradição capital versus trabalho” (Guerra, 2019, p. 38).

Já por fundamentos do Serviço Social entendem-se os elementos históricos que dão base - ou melhor, fundam - a profissão a partir dos fundamentos postos na própria vida social e na realidade brasileira e, assim, propiciam a gênese e desenvolvimento deste trabalho profissional específico na divisão social e técnica do trabalho no Brasil. Similarmente, os fundamentos teórico-metodológicos são essenciais a fim de interpretar e intervir nessas relações sociais as quais a profissão se insere. Em síntese, “quando pensamos nos fundamentos do Serviço Social estamos pensando nas bases históricas e teóricas nas quais foi se construindo a profissão, inserida na trama das relações sociais, na trama da história” (Moljo; Carvalho; Oliveira; Péres, 2023, p. 23). Nesse sentido, “as dimensões históricas, teóricas e metodológicas passam a ser reconhecidas como formas indissociáveis e complementares nessa concepção de fundamentos do Serviço Social” (Guerra; Lewgoy; Moljo; Serpa; Silva, 2019, p. 12). Segundo Guerra (2019, p. 37),

(...) entende-se que os fundamentos do Serviço Social só podem ser buscados na concepção de homem e mundo da ontologia do ser social. Nós, assistentes sociais, como seres prático-críticos encontramos a base de fundamentação da profissão na realidade social que engendra as particularidades do capitalismo em diferentes estágios e sua complexificação nos diferentes modelos de produção adotados na direção da preservação do sistema. Essa abordagem traz subjacente uma clara concepção de realidade social, homem, mundo, história, que tem a contradição como parte do tecido social que a constitui. Nisso se assentam os fundamentos do Serviço Social ao interpretar o trabalho como o ato fundante do ser social e protoforma da práxis (esta, como o conjunto das reais objetivações do ser social: ciência, arte, política, ética, educação, direito, etc.), a

história como processo de produção e reprodução da vida material e espiritual, a relação teleológica (como o estabelecimento de finalidades e escolha de meios) e as causalidades (condições causais), o antagonismo das classes sociais, suas lutas e formas de resistência, a questão social e suas expressões históricas. Assim é que ter a realidade social como fundamento significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história.

Reivindicar o debate dos fundamentos significa reivindicar o debate que alcance, para além da aparência, a essência dos processos sociais em questão. “É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia mencionada [história/teoria/método] anteriormente que inaugura o debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social” (Guerra, 2019, p. 27). Entende-se, nesse sentido, que a relação entre os fundamentos da “questão social” e os fundamentos do Serviço Social perpassa a mediação do Estado e das políticas sociais pela “modalidade sócio-histórica através da qual o Estado enfrenta a ‘questão social’ em momentos historicamente determinados visando a manutenção da ordem burguesa” (Guerra; Ortiz; Valente; Fialho, 2007, p. 7).

No que diz respeito à gênese da profissão, é no contexto do capitalismo monopolista com a efervescência e o acirramento das expressões da “questão social” que o “Estado assume o papel regulador na condução de políticas econômicas e sociais. A questão social é, portanto, a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento” (Yazbek, 2019, p. 50). Destaca-se, entretanto, que:

(...) a “questão social”, por si só, não funda diretamente o Serviço Social. Ela somente fornece a base para o surgimento da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado, mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o assistente social. Esta dinâmica que possibilita a emergência do Serviço Social na fase monopolista do capitalismo, refuncionaliza as ações do Estado, compelindo-o a intervir na “questão social” de maneira direta, contínua e sistemática, via políticas sociais. E finalmente, há que se reafirmar que a busca por saturar o termo “questão social” de suas determinações sócio-históricas não se prende a uma preocupação nominalista. Ao contrário, é exatamente na sua condição política, como objeto de disputas de diferentes projetos de sociedade, que a “questão social” se constitui num objeto de estudos relevante para o Serviço Social. (Guerra; Ortiz; Valente; Fialho, 2007, p. 8)

A “questão social” é, nesse sentido, fundamento do Serviço Social. O acúmulo teórico-metodológico da categoria profissional após o processo de renovação no Brasil com os avanços referentes à vertente da intenção de ruptura (Netto, 2015) enfatiza que a compreensão da “questão social” é central para a compreensão do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 2021a). Centralidade que se expressa, no âmbito da formação profissional, na lógica curricular dos núcleos de fundamentação conformados a partir das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), que “são legatárias, expressa o perfil profissional que se pretende formar para o desenvolvimento de ações e de respostas técnico-profissionais compatíveis com os princípios e interesses de classe que nosso projeto ético-político pressupõe” (ABEPSS, 2021a, p. 247).

Grande esforço da profissão no Brasil, na perspectiva crítica do processo de renovação, direcionou-se a responder o questionamento de “como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?” (Iamamoto, 2001, p. 14). Diante dos resultados de debates e pesquisas coletivas, consensuou-se que se “parte da análise do significado da ‘questão social’ no âmbito mesmo da acumulação capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 11). O consenso acerca da “questão social” relacionada à lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017), contudo, não se caracteriza como uma concepção corrente no Serviço Social brasileiro desde a sua gênese. Visto que, nas décadas iniciais da profissão no Brasil, as expressões desta questão são hegemonicamente consideradas como “problemas sociais” advindos dos indivíduos atendidos pelo Serviço Social (Iamamoto, 1995).

É necessário, portanto, o resgate do contexto do movimento de reconceituação latinoamericano (1965-1975) e do processo de renovação brasileiro (1964-1985) para resgatar de que forma o Serviço Social inicia e desenvolve o debate acerca dos fundamentos do Serviço Social no Brasil. Destacam-se, assim, as contribuições de especial relevância no que diz respeito ao debate dos fundamentos da “questão social” na categoria profissional a partir deste marco. “É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir de meados da década de 1970, de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico” (Netto, 2015, p. 170).

“A renovação dos fundamentos do Serviço Social está imbricada, portanto, à dinâmica mesma da realidade brasileira, estimulando segmentos do espaço

acadêmico e profissional a buscar novos referenciais para iluminar a prática e a formação profissionais” (Simionatto, 2019, p. 89). Apesar de datarem do final dos anos 1950, “as primeiras manifestações públicas, de que se tem conhecimento, no interior do ‘campo social’ que se posicionam contra a manutenção do status quo” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 380) — a partir da atuação profissional de assistentes sociais vinculadas ao desenvolvimento de comunidade —, são somente nos anos 1970 que o Serviço Social brasileiro sistematiza as suas críticas no contexto da autocracia burguesa. Isto, em sintonia com as contestações da realidade brasileira daquele momento e por influência de elementos, tais como, a participação política de assistentes sociais em movimentos sociais, o contato com as expressões da “questão social” no trabalho profissional, o vínculo com forças progressistas no âmbito da universidade e o intercâmbio intencionalmente buscado entre grupos de assistentes sociais brasileiras com as vanguardas do movimento de reconceituação nos encontros latino-americanos de Serviço Social (Batistoni, 2017).

São elementos históricos, políticos e sociais, como os citados acima, que levam ao desenvolvimento do “Método Belo Horizonte”, de 1972 a 1975 na Universidade Católica de Minas Gerais, tanto como expressão do movimento de reconceituação latino-americano no Brasil, quanto como expressão crítica - da intenção de ruptura com o conservadorismo - no processo de renovação brasileiro que se diferencia, nesse sentido, da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo (Netto, 2015). As duas últimas perspectivas citadas, ao contrário da vertente da intenção de ruptura, estavam alinhadas com a autocracia burguesa de forma que os projetos profissionais de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo se alinhavam com os processos de dominação e exploração inerentes ao projeto social mais amplo de modernização do capitalismo no Brasil. Assim, com a intenção de ruptura com o conservadorismo:

(...) o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceituadas, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da reconceituação - por isto, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste Serviço Social crítico no Brasil como herdeiro do espírito da reconceituação:

comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na investigação. (Netto, 2005, p. 18)

A intenção de ruptura com o conservadorismo no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, nesse sentido, está intimamente relacionada com o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, sendo a primeira herdeira do segundo pela articulação internacional da categoria profissional neste continente. Moljo e Silva (2020) demonstram que o movimento de reconceituação (1965-1975) - apesar de se desenvolver de forma particular em diferentes países latinoamericanos - trata-se de respostas da categoria profissional diante de transformações sociais da época que reverberam em uma ampla revisão dos pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social. Iamamoto, Raichelis e Bravo (2021, p. 285) apontam a contribuição deste movimento para o Serviço Social em que a “reconceituação permitiu um distanciamento do significado ingênuo e aparente das atividades exercidas pelos assistentes sociais”, ademais reforçam que:

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, em suas diversas tendências e particularidades nos países, desenvolve essas análises à luz da então emergente teoria da dependência, descobre a dimensão política dessa profissão, avança na tomada de consciência da posição do assistente social na sociedade, busca uma base científica para o Serviço Social e faz adequação das técnicas aos novos propósitos e sujeitos da ação. (Iamamoto; Raichelis; Bravo, p. 284).

Neste movimento, a Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Serviço Social (ALAEITS)⁷ e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) — fundados, respectivamente, em 1965 e 1974 — possuem papel ímpar diante da mediação estratégica que realizam na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. De forma que, neste momento, nota-se a preocupação destas entidades “com o processo de formação, organização e redirecionamento teórico-metodológico da profissão, denunciando, sobretudo, as bases confessionais que deram sustentação à origem e ao desenvolvimento da profissão” (Elpídio, 2021, p. 345). Sendo possível afirmar que também é fruto das articulações da ALAEITS e do CELATS a construção de uma alternativa profissional crítica ao modelo conservador característico da gênese do Serviço Social na América Latina,

⁷ No momento de fundação denominada como Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAEITS).

logo, no Brasil.

Acerca dos momentos de emersão da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro, estes relacionam-se, especialmente, com a entrada da categoria profissional nos anos 1970 como área de conhecimento no âmbito da pós-graduação. Em conjunto com o vínculo aos movimentos sociais progressistas e a articulação latinoamericana do movimento de reconceituação, é a interlocução com o debate crítico presente nas Ciências Sociais e Humanas que permite a profissão se aproximar à tradição marxista no sentido de dinamizar a elaboração teórico-metodológica do Serviço Social. O que permite tanto compreender o significado social da profissão, quanto iluminar a intervenção sócio-profissional. A este respeito Netto (2021, p. 25) aponta, contudo, que a aproximação se deu de forma enviesada com “um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’”.

O denominado “Método Belo Horizonte” caracteriza-se, assim, como o “embrião” da virada do Serviço Social brasileiro, sendo o primeiro momento de emergência da perspectiva de intenção de ruptura com as bases conservadoras da profissão no processo de renovação. De forma que “os impactos desse processo se fizeram visíveis para toda a categoria profissional, no momento em que esse novo projeto de profissão – pautado em um Serviço Social articulado aos interesses históricos da classe trabalhadora – se apresenta no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais [CBAS]” (Paula, 2019, p. 6), reconhecido pelas assistentes sociais, nesse momento de emersão da intenção de ruptura, como o Congresso da Virada de 1979 (ABEPSS; CFESS; ENESSO; 2009), enquanto espaço que propicia o debate científico, a organização política e a sistematização coletiva que se expressam em mudanças significativas nos rumos da categoria profissional. Mesmo que ocorrendo no contexto da autocracia burguesa no Brasil (1964-1985).

Assim, em 1979 o debate da perspectiva crítica se evidencia no III CBAS, “evento conocido como el Congreso de la Virada, en el cual las vertientes críticas y dentro de ellas las marxistas cambiaron el rumbo del congreso proponiendo una nueva agenda teórico-política para la profesión” (Moljo; Silva, 2020, p. 4). Abramides (2017, p. 184) destaca a importância deste congresso para o conjunto de assistentes sociais no Brasil de forma que é definida neste evento a direção social da profissão que se volta aos interesses da classe trabalhadora,

expressando pública e coletivamente a “ruptura com o conservadorismo presente na profissão”.

É também no ano de 1979, anterior ao acontecimento do III CBAS, no contexto da luta pela democratização e efervescência das lutas sociais no Brasil, que a categoria profissional caminha na revisão curricular incorporando as contribuições da intenção de ruptura e do movimento de reconceituação latinoamericano no desenvolvimento de um novo currículo mínimo, pela até então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). A discussão que se inicia anteriormente pela Associação, a partir da proposta aprovada do novo currículo mínimo na XXI Convenção da ABESS em 1979, posteriormente, leva à aprovação em 1982, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), do primeiro currículo mínimo que questiona o conservadorismo no Serviço Social brasileiro, afirmando uma nova direção no âmbito da formação profissional. Dessa maneira, “essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional” (ABEPSS; CFESS; ENESSO, 2009, p. 158).

Similarmente, o Código de Ética Profissional do Assistente Social aprovado em 1986 representa um marco no Serviço Social brasileiro, avançando no processo de ruptura ético-política com o conservadorismo presente nos códigos de ética anteriores. Para além disso, “o código afirmou a dimensão política da profissão, reivindicando uma nova ética e um comprometimento com as necessidades e os interesses dos/das trabalhadores/as” (Barroco, 2023, p. 14), afirmando, dessa maneira, um novo perfil para a atuação profissional com competência teórica, técnica, ética e política.

É a partir deste contexto de emersão da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro que Iamamoto e Carvalho (2014) publicam em 1982 “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”. Novamente, a interlocução crítica do Serviço Social latinoamericano é fundamental para colaborar no avanço do debate brasileiro da profissão, visto que a pesquisa e publicação deste livro se dá pelo projeto de investigação do CELATS acerca da história do Serviço Social na América Latina. A contribuição inédita desta obra (Iamamoto; Carvalho, 2014) marca o aprofundamento da interlocução da profissão no Brasil com a tradição marxista ao apreender o significado sócio-histórico do Serviço Social a partir da inserção de

assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho, no que diz respeito ao processo de reprodução das relações sociais. “Relações Sociais” (Iamamoto; Carvalho, 2014) representa para o Serviço Social no Brasil, a possibilidade de superar tanto análises tradicionais quanto leituras endógenas da profissão, delimitando o momento de consolidação da perspectiva crítica na categoria profissional.

A pesquisa de Iamamoto e Carvalho (2014), aprofunda e eleva a discussão do Serviço Social brasileiro de forma que “o recurso a Marx em suas fontes originais e as mediações buscadas na obra marxiana conferiram nova qualidade e direcionamento aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social nos anos 1980” (Simionatto, 2019, p. 91). A obra (Iamamoto; Carvalho, 2014), além de apontar a lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017) como contradição fundamental da “questão social”, estreia a proposta de interpretação histórico-metodológica na profissão em que a “questão social”, em sua condição objetiva e subjetiva, está intimamente relacionada ao surgimento do Serviço Social. Noutros termos:

O surgimento e desenvolvimento dessa instituição [o Serviço Social] são vistos a partir do prisma da “questão social”, isto é, do surgimento do proletariado com expressão política própria. Os rumos que essa instituição progressivamente assume são analisados tendo por elemento determinante a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 23)

Em síntese, é nesta obra (Iamamoto; Carvalho, 2014) que se inaugura o debate acerca da “questão social” na categoria profissional, consolidando a intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro pela concepção de que a profissão “só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 20).

É no espriamento da perspectiva da intenção de ruptura que Netto (2009) publica, em 1992, a obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” abordando a natureza e gênese da profissão associada ao tratamento do Estado à “questão social” no contexto do capitalismo dos monopólios. O autor destaca que “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa

fundada na organização monopólica” (Netto, 2009, p. 20). Nesse sentido, Netto (2009) aprofunda elementos da obra de Yamamoto e Carvalho (2014) ao abordar a relação da “questão social” com o Serviço Social pela refuncionalização do Estado no capitalismo da era dos monopólios. É neste momento que o Estado reposiciona estrategicamente as suas funções no âmbito político e econômico para administrar os ciclos de crise do capital e, desse modo, conservá-lo. Diferentemente da intervenção estatal do capitalismo concorrencial, “no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem” (Netto, 2009, p. 26).

É a partir das contribuições da categoria profissional nas décadas de 70 e 80 do século XX que nos anos 1990 a intenção de ruptura com o conservadorismo se espraia no Serviço Social brasileiro e consolida a perspectiva crítica, construindo o Projeto-Ético Político da profissão que se expressa materialmente no conteúdo presente no Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993) e nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Nesse sentido, “os resultados desse processo são indissociáveis dos marcos geradores e potencializadores que lançaram luzes às primeiras incursões do Serviço Social ao legado de Marx” (Simionatto, 2019, p. 87).

O Código de Ética do Assistente Social em vigor (CFESS, 1993) caracteriza-se, assim, como fruto das discussões coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social nos anos 1990 a fim de reafirmar o direcionamento de ruptura com as concepções filosóficas conservadoras no âmbito ético e político da categoria profissional. Inclusive, no que tange ao rompimento com perspectivas moralizadoras da “questão social”. Este código expressa o amadurecimento das reflexões acerca dos fundamentos do ser social pelo Serviço Social brasileiro realizadas nas décadas anteriores que contribuem para o avanço significativo do código anterior de 1986. E, mais que isso, supera as lacunas no que diz respeito à relação entre projeto profissional e projeto societário (Barroco; Terra; CFESS, 2012). Destaca-se que, ao reconhecer a liberdade como valor ético central, o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993) tanto fortalece a defesa da classe trabalhadora - como consta no código anterior -, quanto avança ao estabelecer como princípios fundamentais da categoria profissional a defesa da emancipação humana pela eliminação de todas as formas de dominação e

exploração, tais como de sexo, raça e classe, por exemplo.

Similarmente, no ano de 1993 é aprovada a Lei 8662 (Brasil, 1993), que dispõe sobre a profissão de assistente social, regulamentando as competências e atribuições privativas da categoria profissional. Além disso, estabelece as instâncias de controle, fiscalização, normatização e sistematização do Serviço Social brasileiro e legitima a atuação de entidades representativas tais como o Conjunto CFESS-CRESS. Junto ao Código de Ética do Assistente Social, esta lei contribui para a qualificação crítica da atuação desta categoria profissional frente às expressões da “questão social” relacionadas aos atendimentos da população usuária dos serviços sociais.

Em 1996 as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) são elaboradas e aprovadas na perspectiva do resgate do “rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão” (Granermann; Behring; Almeida, 1997, p. 17). São estas diretrizes que reforçam no âmbito da formação profissional a necessidade de se compreender que as relações sociais no marco do capitalismo são as relações que geram a “questão social”. Questão esta que ao ser central para a compreensão da profissão, passa a ser central a partir deste currículo mínimo. Considera, assim, “a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e de sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da ‘questão social’” (Granermann; Behring; Almeida, 1997, p. 18). Já que entende-se que “o Serviço Social, no Brasil e no mundo, surge dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social” (Granermann; Behring; Almeida, 1997, p. 24).

Os pressupostos da formação profissional presentes nas diretrizes curriculares, dessa maneira, resgatam o debate crítico realizado pela categoria profissional ao mesmo tempo em que inauguram uma nova lógica curricular pautada nos núcleos de fundamentação que visam abordar o “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9). Em síntese, os anos 1990 - com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), o Código de Ética do

Assistente Social (CFESS, 1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão (Brasil, 1993) -, são marcados pelos três pilares legais que sustentam a direção social defendida pelo Projeto Ético-Político da profissão, tanto no âmbito da formação, quanto da atuação, expressando os frutos da organização coletiva da categoria profissional.

Dando sequência a direção social assumida pela profissão, os anos 2000 são marcados pelo aprofundamento do debate acerca da “questão social”. É de 2001 o terceiro número da Revista *Temporalis* voltado à discussão da “Questão Social e Serviço Social” a partir do entendimento desta temática como “um dos eixos fundantes do novo currículo e da concepção do exercício profissional que ele expressa” (ABEPSS, 2001, p. 5). Os textos publicados nesta edição - registros de conferências ministradas no 7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social na Universidade de Brasília em 2000 - se caracterizam como um marco do debate teórico da categoria profissional, além de serem referências bibliográficas para o Serviço Social brasileiro até os dias atuais como poderá ser observado no próximo item do presente capítulo. Destaca-se, nesse sentido, especialmente, as contribuições acerca da “questão social” de Iamamoto (2001), Netto (2001) e Yazbek (2001).

Ainda na primeira década dos anos 2000, acontecimento de especial importância para o Serviço Social brasileiro reside na criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, em 2008, por meio da inclusão do artigo de número 34 no estatuto da associação (Mauriel, 2017). A partir disso, elabora-se, em 2009, o primeiro documento para discussão e propostas para que, em 2010, se implantem 7 GTPs⁸ durante o XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) no Rio de Janeiro. Dessa forma, as discussões sistematizadas pelos GTPs (ABEPSS, 2024a) de “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, “Movimentos Sociais e Serviço Social” e “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” são de grande valia enquanto aporte bibliográfico para a pesquisa.

⁸ Atualmente, a ABEPSS conta com oito GTPs, sendo eles: 1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 3. Política Social e Serviço Social; 4. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 5. Movimentos Sociais e Serviço Social; 6. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; 7. Serviço Social, Geração e Classes Sociais; 8. Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social.

Afinal, caracterizam-se pela organização da pesquisa científica no âmbito do Serviço Social brasileiro. Por estes GTPs da ABEPSS⁹ é possível aproximar da compreensão da relação entre sexo, raça e classe na conformação da “questão social” pela categoria profissional. Afinal, se tratando de produção de conhecimento científico do Serviço Social brasileiro, estes se caracterizam enquanto referência por se tratarem de espaços de articulação de pesquisadores e promoção das pesquisas desenvolvidas.

No âmbito do “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, a ABEPSS ao apontar as principais tendências da produção de conhecimento da área acerca desse GTP, sinaliza que se, de um lado, é notável o “aprofundamento de estudos sobre o trabalho e questão social nos marcos da tradição marxista” (ABEPSS, 2015, p. 525), por outro, notam-se “insuficientes mediações sobre trabalho e questão social no marco da particularidade sócio-histórica brasileira” (ABEPSS, 2015, p. 526).

No que diz respeito ao “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, Closs (2015, p. 264) reforça a análise anterior ao apontar que as “produções que articulam a questão social no exercício e na formação profissional sinalizam lacunas e dificuldades da apropriação do rico potencial teórico-analítico acumulado na área pelos assistentes sociais”. No que tange a esta temática, ainda, sinaliza a necessidade da categoria profissional aprofundar o debate dos fundamentos tanto da “questão social” quanto do Serviço Social a fim de se compreender as particularidades da realidade brasileira. O que leva à necessidade de adensar a compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo no Brasil, como sugerido no presente trabalho.

Assim, apesar das diretrizes curriculares da ABEPSS afirmarem a questão social como elemento central, ordenador do currículo e transversal a ele, verifica-se a importância de adensar estratégias pedagógicas que superem sua abordagem difusa e pulverizada em diferentes disciplinas, sem um aprofundamento teórico-crítico dos seus fundamentos. Isso exige o seu trato teórico-metodológico ancorado na obra marxiana e marxista em conexão com a categoria trabalho, delimitando disciplinas que enfoquem seus fundamentos, respaldando seu trato transversal no currículo, ao mesmo tempo em que sejam garantidas mediações com diferentes conteúdos, especialmente frente à formação histórica brasileira, à historicidade da profissão e ao trabalho do assistente social. (Closs, 2015, p. 264)

⁹ Apesar de não serem os relatórios das gestões mais recentes dos Grupos Temáticos de Pesquisa (ABEPSS, 2024a), foram utilizadas as versões mais recentes disponibilizadas até fevereiro de 2025 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social por meio de seu site oficial.

Na produção de conhecimento acerca do debate dos “Movimentos Sociais e Serviço Social” destacam-se, segundo a ABEPSS (2018b), as tendências de reconhecimento da importância da relação entre Serviço Social e lutas sociais, a hegemonia da tradição marxista no debate acadêmico e atuação profissional de assistentes sociais junto a movimentos sociais. Ademais, a crescente aproximação da categoria profissional aos debates de movimentos tais como antirracista e feminista propiciam o avanço no adensamento desta relação e da própria produção de conhecimento da área.

No que tange ao debate do “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” destaca-se que a “ampliação dos debates sobre gênero, raça/etnia, sexualidades e geração, tanto na esfera teórico-acadêmica, quanto nas ações políticas da categoria, gerou uma nova perspectiva de abordagem” (ABEPSS, 2017, s. p.). O que pode ser visualizado ao se resgatar as campanhas das entidades representativas da categoria profissional. A dizer, a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO.

Para além disso, o GTP acerca da “Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social” (ABEPSS, 2018c, p. 22) sinaliza a necessidade do avanço da categoria profissional no que diz respeito à produção de conhecimento das “determinações particulares da questão social no Brasil, expressas nas opressões de gênero, raça/etnia e sexualidades”. Os relatórios dos GTPs acerca da “Política Social e Serviço Social” (ABEPSS, 2014a) e da “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” (ABEPSS, 2018a) não sinalizaram apontamentos acerca das tendências da produção de conhecimento da área no que diz respeito a principal temática da presente dissertação. A saber: as relações sociais de sexo, raça e classe na conformação da particularidade brasileira da “questão social”. No que tange ao GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais” não há relatórios disponíveis (ABEPSS, 2025).

Para além do espaço dos GTPs e das edições semestrais da Revista Temporalis, as campanhas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, voltadas à formação profissional e a pesquisa científica desta área de conhecimento, apontam o esforço em aprofundar o debate acerca da relação entre patriarcado, - mas, especialmente - racismo e capitalismo na formação

sócio-histórica brasileira. Exemplos recentes deste movimento são o lançamento da Plataforma Antirracista em 2022 (ABEPSS, 2024b), a 7ª edição do projeto ABEPSS Itinerante com o tema “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos” (ABEPSS, 2024c) e o 18º ENPESS com a temática “Relações de Classe e Raça-Etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social” (ABEPSS, 2024e) que visam estimular o exercício coletivo da categoria profissional em aprofundar o debate acerca dos fundamentos da formação sócio-histórica brasileira e sua relação com a profissão. Além disso, resgata-se o posicionamento da ABEPSS (2014b) acerca da oferta de disciplinas que abordem as relações sociais de sexo e raça nas grades curriculares dos cursos ofertados pela “inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal” e “a realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio”.

O Conselho Federal de Serviço Social em suas últimas gestões reafirma o compromisso de assistentes sociais no enfrentamento das desigualdades sociais postas na realidade brasileira, abordando a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo nas expressões da “questão social” com enfoque na atuação profissional. A gestão de 2020 a 2023 nomeada “melhor ir à luta com raça e classe” teve como mote “‘Mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda forma de opressão e em defesa da vida!’. A fim de denunciar as formas de opressão e do trabalho explorado, a campanha se destacou no incentivo ao olhar apurado da categoria às questões de classe, raça e gênero” (CFESS, 2024, s. p.). Já a gestão de 2017 a 2020 nomeada “é de batalhas que se vive a vida” defendeu o papel de assistentes sociais no combate ao racismo na busca de “debater o racismo no exercício profissional de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade geral sobre o racismo, promovendo ações de combate a essa forma de preconceito no cotidiano profissional” (CFESS, 2024, s. p.). Ainda, destaca-se o lançamento do curso de especialização *lato sensu* pelo CFESS (2025) acerca do “Trabalho Profissional, Questão Social e Fundamentos Teórico-Históricos e Ético-Políticos do Serviço Social” em que a entidade reforça as relações sociais de sexo, raça e classe como

fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira.

Quanto à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social nota-se, desde a sua fundação em 1993, a participação de discentes em campanhas que visam fortalecer, em conjunto ao movimento estudantil, a luta da população LGBTQIAPN+, de mulheres e negra brasileira (ENESSO, 2024a). A partir disso, vê-se, atualmente, a defesa política do conjunto da representação discente da compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade brasileira pela defesa da “questão de gênero” e da “questão racial” como elementos fundantes da “questão social” no Brasil. A atual gestão da ENESSO (2024-2025) nomeada Lélia González, inclusive, defende em sua carta programa a necessidade da categoria profissional reconhecer e avançar na compreensão desta relação no âmbito da formação profissional e das lutas sociais às quais pode participar enquanto integrante da classe trabalhadora. Em suas palavras, o destaque de “demarcar que questões de raça, etnia, gênero, território e demais categorias sociais, precisam ser reconhecidos neste processo de reestruturação histórica de nossa Executiva” (ENESSO, 2024b).

Em síntese, a agenda da ABEPSS, do CFESS-CRESS e da ENESSO têm demonstrado, desde os anos 1990, o compromisso ético-político da profissão pelas entidades representativas no sentido de um projeto profissional alinhado a um projeto societário que visa romper radicalmente com os processos de dominação e exploração que acometem a classe trabalhadora brasileira e que fundamentam sócio historicamente o Serviço Social.

Salienta-se, ainda, 20 anos após o marco do debate teórico acerca da “Questão Social e Serviço Social” (ABEPSS, 2001), o lançamento do quadragésimo segundo número da Revista Temporalis cujo o tema é a “Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS” (ABEPSS, 2021b), se tornando, similarmente, uma referência no adensamento da discussão da categoria profissional não só no que tange “às determinações centrais que nos levam a uma perspectiva de totalidade sobre a gênese e o desenvolvimento da questão social na complexa formação econômico-social brasileira” (ABEPSS, 2021b, p. 7), mas também no que diz respeito a importância do Serviço Social compreender a particularidade brasileira possuindo o “racismo e o patriarcado como determinações incontornáveis para a reflexão sobre a classe trabalhadora” (ABEPSS, 2021b, p. 9). Nesse sentido, a edição mais recente da revista expressa o

avanço da produção de conhecimento contemporânea da categoria profissional que mantém o referencial teórico-metodológico marxista, mas adensa o debate das determinações de sexo, raça e classe na conformação da “questão social” na particularidade brasileira. Em síntese do editorial desta ao abordar o debate da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro:

(...) este esforço coletivo de pensar as particularidades na maneira como o capitalismo se constitui no Brasil implica em trazer o debate do racismo e do patriarcado para a teoria do valor, compreendendo como dimensões estruturais e estruturantes dos conflitos que perpassam as relações sociais de produção e não apenas como suas expressões. Ao fazer isso, construímos as mediações para capturarmos como estas características, universalizadas por meio do modo de produção capitalista, se particularizam em nosso país. (ABEPSS, 2021b, p. 10-1)

Feito este resgate, é possível, finalmente, avançar na exposição da pesquisa documental realizada acerca dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira pela análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social (2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo. Ora, se o conhecimento é o campo de disputa das ideias, cabe, então, conhecê-lo para disputá-lo.

3.2. OS FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CONTEMPORÂNEA DO SERVIÇO SOCIAL (2014-2023) ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA E CLASSE NO MARCO DO CAPITALISMO

A presente pesquisa documental possui como enfoque a análise da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social, pelas teses defendidas na área entre os anos de 2014 e 2023, a fim de compreender a abordagem da categoria profissional acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no debate sobre os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira. Dito isso, segundo pesquisa realizada no Observatório da Pós-Graduação da Plataforma Sucupira (CAPES, 2024c), entre os anos de 2014 e 2023 foram defendidas 1353 teses na área 32 de avaliação que diz respeito ao Serviço Social.

Esta pesquisa documental, de cunho quanti-qualitativo, se debruça especificamente na análise do material encontrado na busca pela categoria “questão social” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2024a), disponível online. Além do termo de busca “questão social”, foram aplicados os filtros para: 1. tipo “doutorado (tese)”; 2. os anos de “2014”, “2015”, “2016”, “2017”, “2018”, “2019”, “2020”, “2021”, “2022” e “2023”, pelo enfoque temporal contemporâneo da última década; 3. a grande área de conhecimento “ciências sociais aplicadas”; 4. as áreas de conhecimento “serviço social” e “fundamentos do serviço social”; 5. e, a área de avaliação “serviço social”. Os filtros “autor”, “orientador”, “banca”, “área concentração”, “nome do programa”, “instituição” e “biblioteca” não foram aplicados. A escolha pela inclusão das teses na análise - excluindo o aprofundamento acerca do conteúdo das dissertações - se dá pelo motivo das primeiras se caracterizarem tanto pelo aprofundamento teórico do tema abordado quanto “pela contribuição significativa na solução de problemas importantes, colaborando para o avanço científico, na área em que o estudo se realiza” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 239).

Seguindo as contribuições de Lima e Mito (2007) para que o primeiro movimento da investigação seja o de levantamento e reconhecimento da bibliografia da produção de conhecimento contemporânea e de informações gerais contidas nesta, em consulta ao catálogo (CAPES, 2024a) com os critérios acima, foram encontrados 395 resultados de teses para “questão social”, correspondendo a 29,19% da produção de teses desta área de avaliação entre os anos de 2014 e 2023. A nível de delimitação da amostra, os trabalhos analisados foram pelos que possuíam o termo de busca “questão social” no título, resumo e/ou palavras-chave, correspondendo a 69 das 395 teses¹⁰. Como, das 69 teses, 11 não possuíam divulgação autorizada e 02 trabalhos que possuíam divulgação autorizada encontram-se indisponíveis de forma parcial ou total, o estabelecimento da análise aprofundada se deu pela leitura - além do título, resumo e palavras-chave - do sumário, introdução, considerações finais e recurso de consulta de citações à “questão social” em 56 teses. Dessa forma, foram identificadas 48 teses que abordam e/ou se propõem a abordar a “questão social”, correspondendo a amostra final com que se debruçou a análise aprofundada deste trabalho.

Quadro 1 - Amostra Final das Teses Analisadas

¹⁰ Visto que o resultado de muitos dos trabalhos pelo termo de busca “questão social” - que não possuíam este conceito no título, resumo e/ou palavras-chave e não abordavam a respeito em seu decorrer - se deu pela inserção destas teses em áreas de concentração e linhas de pesquisa que possuíam “questão social” em sua nomenclatura.

Ano	Autoria	Título	Programa
2014	MEIRELLES, G. A. L. D.	Trabalho e "questão social" no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores.	PPGSS/UFRJ
2014	SANTOS, A. E. L. D.	Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social.	PPGSS/PUC-Rio
2015	ABREU, M. H. E.	Território, Política Social e Serviço Social no contexto do social-liberalismo.	PPGSS/UERJ
2015	BARISON, M. S.	Judicialização da Questão Social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais.	PPGSS/PUC-Rio
2015	FERREIRA, J. W.	Questão Social: um estudo acerca dos fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social.	PPGSS/PUC-RS
2015	MACHADO, G. S.	Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: na cadência do pioneirismo carioca.	PPGSS/UFRJ
2016	CARLONI, A. R.	Porta Entreaberta: um estudo entre relações sociais de gênero, identidade e prostituição feminina.	PPGSS/UNESP
2017	ALCÂNTARA, G. O. D.	O Serviço Social e as questões socioambientais: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais.	PPGSS/UFRJ
2017	BERTOLLO, K.	Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG.	PPGSS/UFSC
2017	ROCHA, M.	Capitalismo dependente e Serviço Social: crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições.	PPGSS/UFRJ
2017	SCHMIDT, F.	Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da "questão social" no Brasil.	PPGSS/UERJ
2017	VIEIRA, S. L. D. S.	Do Serviço Social no Brasil e da Questão Socioambiental do Século XXI: uma Abordagem à Ecologia de Marx.	PPGSS/PUC-SP
2018	ALBUQUERQUE, C. S.	Drogas, Questão Social e Serviço Social: respostas teórico-políticas da profissão.	PPGSS/UFRJ
2018	ALMEIDA, D. M. F.	Proteção social não contributiva no Brasil e no Uruguai – estratégias de	PPGSSPS/UDEL

		resistência aos ditames dos organismos multilaterais.	
2018	MOREIRA, C. F. N.	Trabalho, educação e democracia: tendências do debate sobre democratização da política educacional brasileira nos últimos trinta anos.	PPGSS/UERJ
2018	MOURA, A. B. D.	Idosos em ILPIs: determinantes de ingresso e permanência.	PPGPSDH/UCPe I
2018	PEREIRA, E. M.	A dialética do desenvolvimento desigual interregional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015).	PPGSS/UFRJ
2018	SILVA, C. G. P. P. D.	Proteção social básica e prevenção dos casos de negligência contra crianças e adolescentes: para além da assistência social.	PPGSS/PUC-Rio
2019	CIRILO, J. M. C.	A “Questão Nacional” e o Serviço Social: uma análise desde a teoria social marxista.	PPGSS/UFRJ
2019	DOURADO, E. O.	Cinema de Ruy Guerra e a “questão social”: entre Os Fuzis e A Queda.	PPGSS/UFRJ
2019	GONÇALVES, A. C.	Política de assistência social, mulher e empreendedorismo: o olhar dos trabalhadores sociais.	PPGPSDH/UCPe I
2019	JUNIOR, A. V. R.	Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE.	PPGSS/UFPE
2019	NUNES, C. A. D. S.	“Questão ambiental” e “questão social”: uma crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza.	PPGSS/UFRJ
2019	ORREGO, M. V.	As dimensões da prática profissional do Serviço Social: a contribuição da perspectiva histórico-crítica.	PPGSS/UFRJ
2020	CARDOSO, M.	Renda da Terra e Agronegócio: reflexões sobre a questão agrária no Brasil do Século XXI.	PPGSS/UFSC
2020	JESUS, R. S. D.	Espetacularização da violência no telejornalismo: uma expressão da questão social brasileira.	PPGED/UFV
2020	PINTO, R. M. P.	Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará.	PPGSS/UERJ
2020	REIS, M. C. M.	O aprofundamento dos desafios históricos da garantia de direitos de crianças e adolescentes frente à avalanche neoconservadora no Brasil do século XXI.	PPGSS/UERJ

2020	RIBEIRO, R.	A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014).	PPGSS/UERJ
2020	SILVA, R. M. F. D.	O Ceará Moderno: faces e contrafaces da modernização conservadora do capitalismo tardio da era imperialista neoliberal (1987-2018).	PPGSS/UERJ
2020	SOUZA, L. C. D.	Velhice e violação dos direitos humanos na realidade brasileira: a expressão da questão social em face das garantias previstas no arcabouço legal.	PPGSS/UNESP
2021	ALVES, A. D. L.	Mercosul e suas entrelinhas nas redes: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma manifestação da questão social.	PPGSS/PUC-SP
2021	CHIMINI, L.	Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro.	PPGSS/PUC-RS
2021	OLIVEIRA, L. F.	Judicialização do acesso ao tratamento oncológico e efetivação do direito constitucional à saúde: a particularidade do Hospital do Câncer I no segundo decênio do século XXI.	PPGSS/UERJ
2021	SANTOS, M. A. R. D.	Interseccionalidade(s): um não lugar na formação em Serviço Social.	PPGSS/UFSC
2022	FERRUGEM, D.	A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em Serviço Social.	PPGSS/PUC-RS
2022	MILITÃO, R. M. D. S. A.	As tendências do processo de descentralização para o tratamento de pessoas que vivem com HIV/AIDS no Município do Rio de Janeiro.	PPGSS/PUC-Rio
2022	OLIVEIRA, V. L. R. D.	O trabalho dos motoboys no processo de produção e reprodução social no Município de João Pessoa/PB: revelando uma expressão da questão social.	PPGSS/UFRN
2023	ALVES, H. M. R.	Questão Social no Brasil: contribuição para a compreensão de sua gênese.	PPGSS/UFSC
2023	AMARO, N. M. D. S. V. C.	A questão da habitação no Estado Pará: condição de vida e moradia em municípios paraenses.	PPGSS/UFPA

2023	CAMPOS, M. R.	Degradação da saúde mental da classe trabalhadora em tempos de acirramento da contrarreforma burguesa: vazios assistenciais e crise sanitária no contexto da pandemia de Covid-19.	PPGSS/UFRN
2023	CORTES, S. T.	O Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Profissional da Paraíba: um debate situado na questão regional.	PPGSS/PUC-Rio
2023	CORTES, T. L.	A instrumentalidade do programa habitacional “Morar Feliz” no processo de empresariamento urbano de Campos dos Goytacazes/RJ no início do séc XXI.	PPGSS/UERJ
2023	MARTINS, P. R.	A gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro.	PPGSS/PUC-RS
2023	REDON, S.	A apreensão da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro.	PPGSSPS/UEL
2023	SILVA, J. M. M. D.	Imigração e controle de excedentes: o Estado brasileiro frente ao fluxo migratório venezuelano.	PPGSS/UFSC
2023	SOARES, M. C. M.	Serviço Social no século XXI: nas entrelinhas da prática profissional.	PPGSS/UERJ
2023	VAZ, V. C. S.	Questão Social e Pessoa com Deficiência: o paradoxo da conquista de direitos.	PPGSS/UNESP

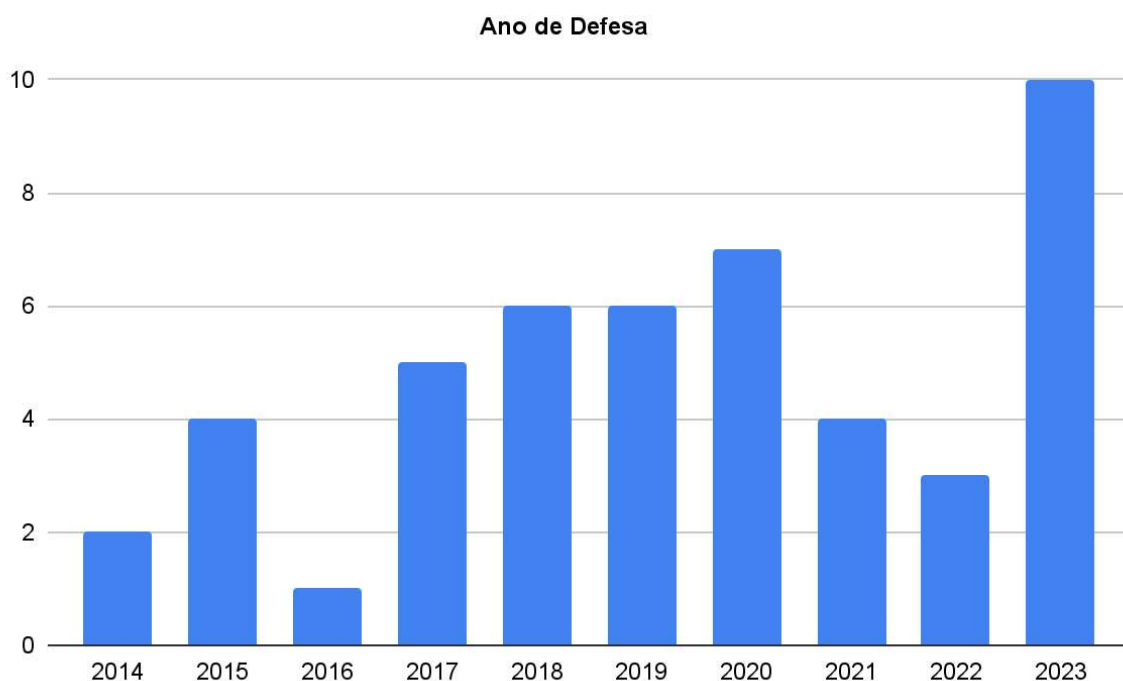
Fonte: Elaboração Própria (2025).

Se realizou, em seguida, a leitura reflexiva - consideradas as sucessivas aproximações ao material - para, a partir disso, realizar a leitura interpretativa da amostra relacionando os trabalhos delimitados para a análise com o objetivo geral da presente pesquisa. Em vias de colaborar com a interpretação da amostra, apropriou-se da proposta de Lima e Miotto (2007) na construção do roteiro de leitura com o desenvolvimento de campos que identificam e caracterizam cada obra além de destacar as contribuições destas para a pesquisa - tais como “ano de defesa”, “título”, “autoria”, “vínculo institucional”, “programa de pós-graduação”, “região”, “área concentração”, “ênfase e linha de pesquisa”, “orientação”, “banca”, “resumo”, “palavras-chave”, “principal temática”, “menção, concepção e principal referencial bibliográfico acerca da ‘questão social’”, “menção, concepção e principal referencial bibliográfico acerca do patriarcado”, “menção, concepção e principal referencial bibliográfico acerca do racismo”, “relação, concepção e principal referencial bibliográfico acerca do patriarcado, racismo e capitalismo”, “concepção relação

‘questão social’ e Serviço Social” e “concepção relação principal temática da tese com o Serviço Social”.

Quanto ao ano de defesa das teses que tratam acerca da “questão social” na última década, vê-se que são: 2 de 2014; 4 de 2015; 1 de 2016; 5 de 2017; 6 de 2018; 6 de 2019; 7 de 2020; 4 de 2021; 3 de 2022; e, 10 de 2023. A partir disso, não é possível identificar, necessariamente, uma crescente ou decrescente produção de conhecimento no que diz respeito a esta temática, devido à oscilação na quantidade anual. Contudo, é possível observar o destaque desta produção no último ano da amostra e a crescente se comparada a produção de 02 teses em 2014 e 10 em 2023. Entretanto, quando observado com o total de 162 teses produzidas pelo Serviço Social brasileiro (CAPES, 2024c) no ano de 2023, nota-se o contraste em relação a 10 teses que abordam acerca da “questão social”, equivalente a 6,17%.

Gráfico 1 - Ano de Defesa das Teses Analisadas

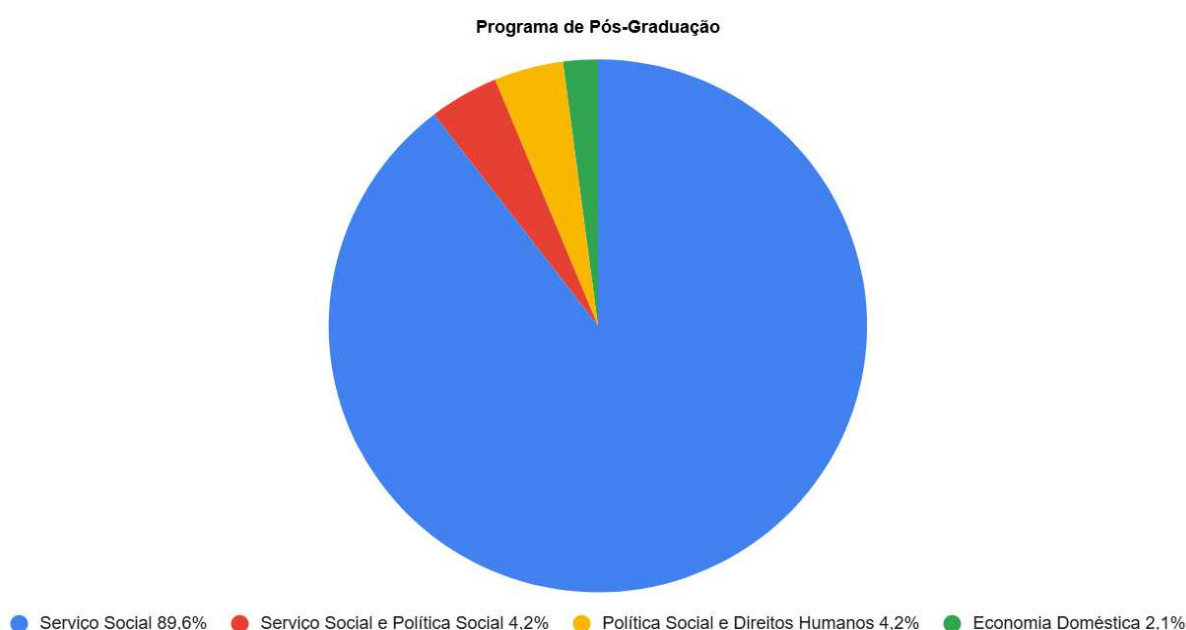


Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) referentes à área 32, das 48 teses analisadas, 43 referem-se a PPGs em Serviço Social, 2 em Serviço Social e Política Social, 2 em Política Social e Direitos Humanos e 1 em Economia Doméstica, como é possível visualizar no gráfico abaixo. Quanto às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGs das 48 teses, nota-se a ênfase e prevalência nas que referem-se à “Questão Social”, “Políticas Sociais”, “Serviço

Social”, “Trabalho”, “Teoria Social” e/ou “Movimentos Sociais”. Nesse sentido, segundo a ABEPSS (2015, p. 15), “estas áreas básicas, bem como as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas, se conectam com temas e conteúdos historicamente abordados pelo Serviço Social brasileiro”, entretanto, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social destaca a necessidade de “assegurar a inclusão/fortalecimento de disciplinas ou atividades curriculares que abordem os fundamentos do Serviço Social e as matrizes teórico-metodológicas que as informam” (ABEPSS, 2015, p. 16).

Gráfico 2 - Programa de Pós-Graduação das Teses Analisadas



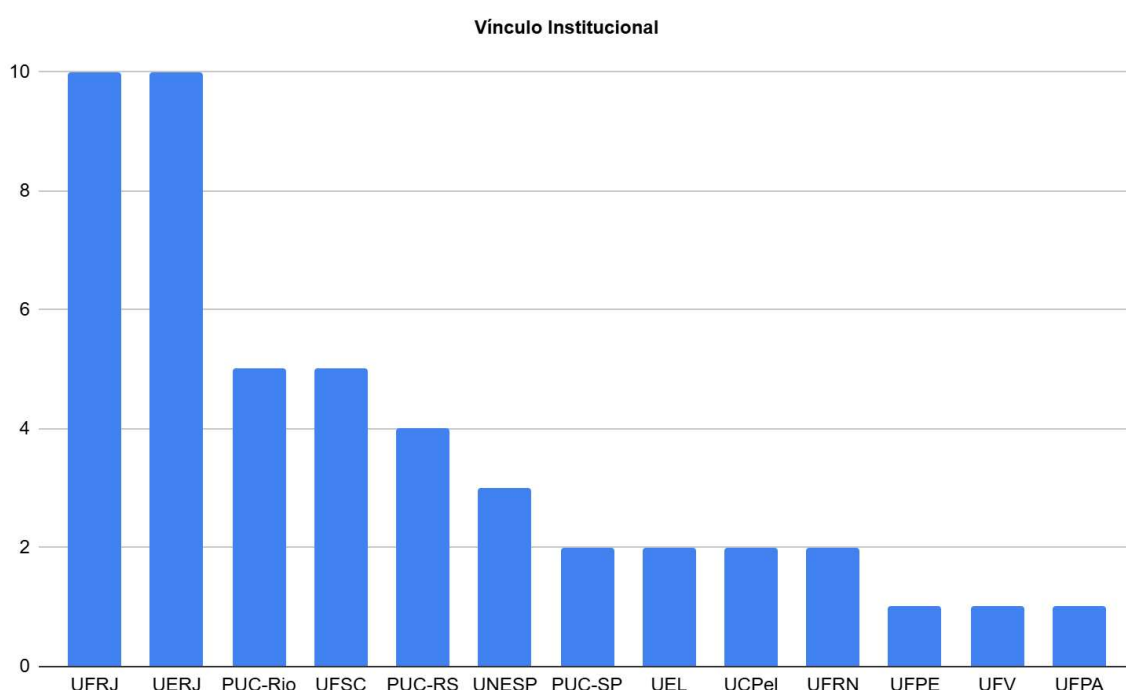
Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto ao vínculo institucional, dos 22 PPGs que ofertam o curso de Doutorado Acadêmico no Brasil na área de avaliação que diz respeito ao Serviço Social (CAPES, 2024b), identifica-se a presença de 13 destes na presente amostra¹¹. Assim, as pesquisas das teses analisadas são desenvolvidas e

¹¹ Destaca-se a ausência de teses de Programas de Pós-Graduação - tais como da Universidade Federal de Juiz de Fora (iniciado em 2019), da Universidade Federal da Paraíba (iniciado em 2024) e da Universidade Federal do Mato Grosso (iniciado em 2024) - na amostra analisada devido a data de defesa da primeira tese de doutorado ser posterior ao recorte temporal da presente pesquisa (2014-2023). Além disto, apesar da presença de teses de demais Programas de Pós-Graduação com oferta de doutorado - tais como Universidade Federal do Piauí (iniciado em 2011), Universidade de Brasília (iniciado em 2002), Universidade Federal de Alagoas (iniciado em 2017), Universidade Federal do Espírito Santo (iniciado em 2012), Universidade Federal do Maranhão (iniciado em 2001) e Universidade Federal Fluminense (iniciado em 2009) - no conjunto do reconhecimento inicial da produção de conhecimento contemporânea da área, com 395 resultados de teses para “questão social” (CAPES, 2024a), posteriormente, justifica-se a ausência destes PPGs na amostra da pesquisa devido aos critérios estabelecidos em que os 48 trabalhos analisados delimitam-se pelos

defendidas nas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (10 teses); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (10 teses); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (5 teses); Universidade Federal de Santa Catarina (5 teses); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (4 teses); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (3 teses); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2 teses); Universidade Estadual de Londrina (2 teses); Universidade Católica de Pelotas (2 teses); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2 teses); Universidade Federal de Pernambuco (1 tese); Universidade Federal de Viçosa (1 tese); e, Universidade Federal do Pará (1 tese).

Gráfico 3 - Vínculo Institucional das Teses Analisadas



Fonte: Elaboração Própria (2024).

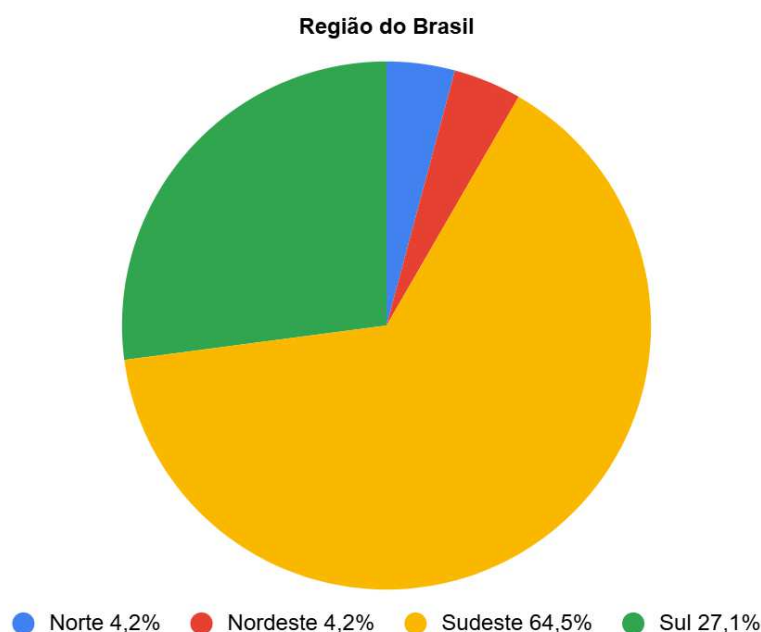
Quanto à região das teses, segundo a composição da ABEPSS (2024d), verifica-se que são: 02 da Norte; 02 da Nordeste; 13 da Sul 1; 5 da Sul 2; e 26 da Leste. O que equivale, respectivamente, a 4,2%, 4,2%, 27,1%, 10,4% e 54,1%, sem a presença de trabalhos da Regional Centro-Oeste da ABEPSS, equivalente à região do centro-oeste brasileiro¹². Quando se observa, entretanto, a distribuição das

que possuem o termo de busca “questão social” no título, resumo, palavras-chave e/ou se propõem a abordar acerca da “questão social”.

¹² Além da justificativa presente na nota de rodapé anterior acerca da ausência de teses na amostra analisada do histórico Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e do recém criado Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso, destaca-se o fato da ausência de oferta de doutorado no outro único PPG da área presente

teses analisadas pela divisão regional brasileira, segundo o IBGE (2017), percebe-se o destaque da produção de conhecimento científico na região sudeste do Brasil que, neste caso, concentra 64,5% das teses analisadas. Dado que pode ser relacionado tanto ao fato da região do sudeste brasileiro ser a primeira a implantar as primeiras Faculdades de Serviço Social - 1936 em São Paulo e 1937 no Rio de Janeiro (Castro, 2011) - e as primeiras pós-graduações *stricto sensu* da área - vide, que implanta-se “em 1972, um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e um na PUC-Rio – sendo esses dois os pioneiros no continente latino-americano¹³; e, em 1976, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” (CAPES, 2019, p. 3) -, quanto à “tendência que expressa desigualdades regionais históricas no país, produto de sua heterogeneidade estrutural” (ABEPSS, 2015, p. 11).

Gráfico 4 - Região do Brasil das Teses Analisadas



Fonte: Elaboração Própria (2024).

Acerca da concentração da produção de conhecimento científico no sudeste brasileiro, ressalta-se que este processo está vinculado ao desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões brasileiras. Dessa maneira, destaca-se “o forte domínio histórico da região sobre as demais, não só como centro econômico,

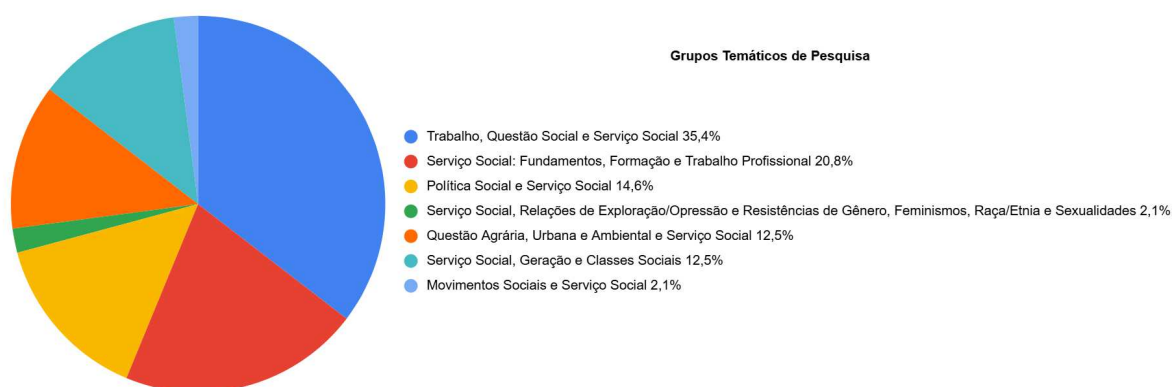
na região, a dizer, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

¹³ Destaca-se, contudo, a constituição do primeiro mestrado em Serviço Social da América Latina em Honduras no ano de 1978, fruto de parceria do CELATS com a Universidade de Honduras (Teixeira, 2023).

mas, também, de conhecimento” (Souza e Pereira, 2002, p. 163), o que se expressa no maior percentual de publicações da área de avaliação nesta região geográfica. Nesse sentido, os GTPs da ABEPSS são de grande valia no processo de colaboração da descentralização do conhecimento.

Apesar da transversalidade dos temas, quanto à principal temática, seguindo a ênfase dos Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS, nota-se o predomínio de teses que tratam, especialmente, a respeito de Trabalho, Questão Social e Serviço Social (17 teses) e do Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (10 teses), totalizando 56,2% da amostra. Em seguida, destaca-se o debate acerca da Política Social e Serviço Social (7 teses), Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (6 teses), Serviço Social, Geração e Classes Sociais (6 teses), Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades (1 tese) e Movimentos Sociais e Serviço Social (1 tese), no que tange ao enfoque da presente pesquisa, ou seja, a “questão social”. Como é possível visualizar no gráfico abaixo, das teses analisadas, nenhuma foi identificada possuindo como principal temática a ênfase no debate acerca da Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Gráfico 5 - Grupos Temáticos de Pesquisa das Teses Analisadas

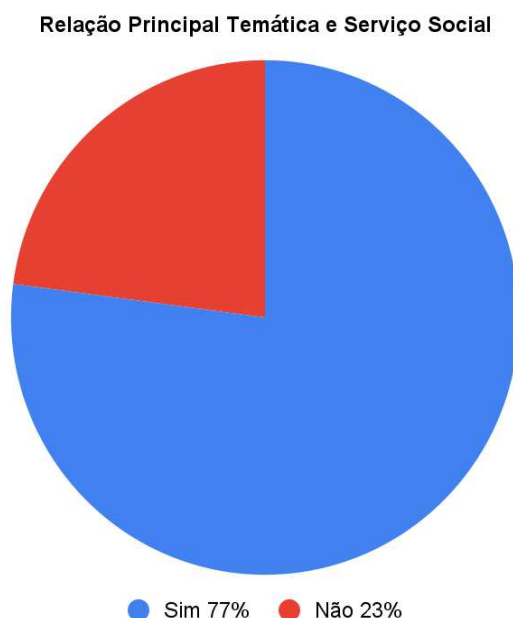


Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto à relação com o Serviço Social, 37 das 48 teses relacionam a principal temática com a profissão. Em contrapartida, 11 não desenvolvem a abordagem da relação entre a profissão e a pesquisa desenvolvida. Destacam-se, nas teses que desenvolvem acerca desta relação, a compreensão da principal temática da tese como expressão da "questão social". Similarmente, destacam-se as justificativas presentes nas teses acerca da relevância destas para a categoria profissional pela

compreensão das manifestações e refrações da “questão social” como objeto de intervenção do trabalho profissional do Serviço Social.

Gráfico 6 - Relação Principal Temática e Serviço Social das Teses Analisadas

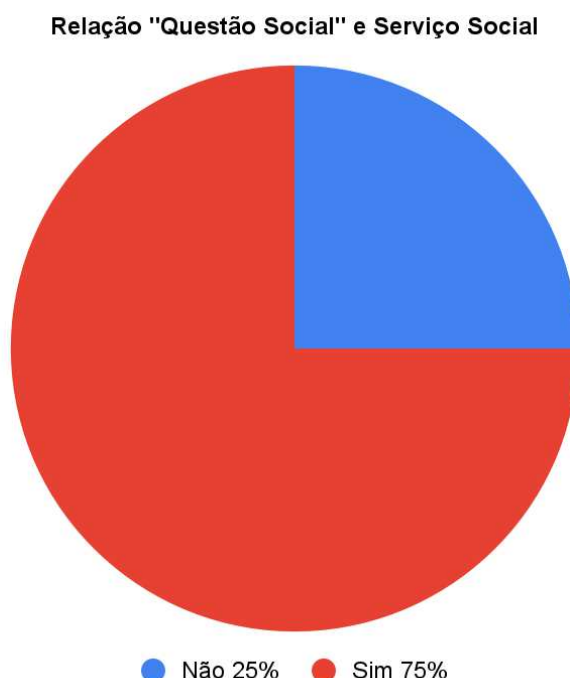


Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto à relação da “questão social” com o Serviço Social, 36 das 48 teses a desenvolvem. Em contrapartida, em 12 teses não há a abordagem da relação da “questão social” com a profissão. Destacam-se, nas teses que desenvolvem acerca desta relação, a compreensão da “questão social” como objeto de intervenção profissional, por meio de suas múltiplas expressões com explicações que dizem respeito ao Serviço Social como profissão interventiva no âmbito da “questão social”. Especialmente, no âmbito das Políticas Sociais em que o Estado traça respostas a fim de enfrentar as demandas advindas da “questão social”. Em geral, segundo as teses analisadas, “a ‘questão social’ é um conceito chave nos debates e nas produções acadêmicas do Serviço Social, visto que a profissão tem na ‘questão social’ a base de sua fundação como especialização do trabalho” (Santos, 2014, p. 184). Ainda, há considerações no que tange a institucionalização do Serviço Social “no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana – momento no qual se modificam as intervenções do Estado sobre as expressões da “questão social”” (Rocha, 2017, p. 18). Visto que “ao passo em que se desenvolve a urbanização e as condições para o desenvolvimento do capitalismo reproduz-se a

questão social, que constitui a base de justificação desse profissional especializado" (Ribeiro, 2020, p. 105).

Gráfico 7 - Relação "Questão Social" e Serviço Social nas Teses Analisadas



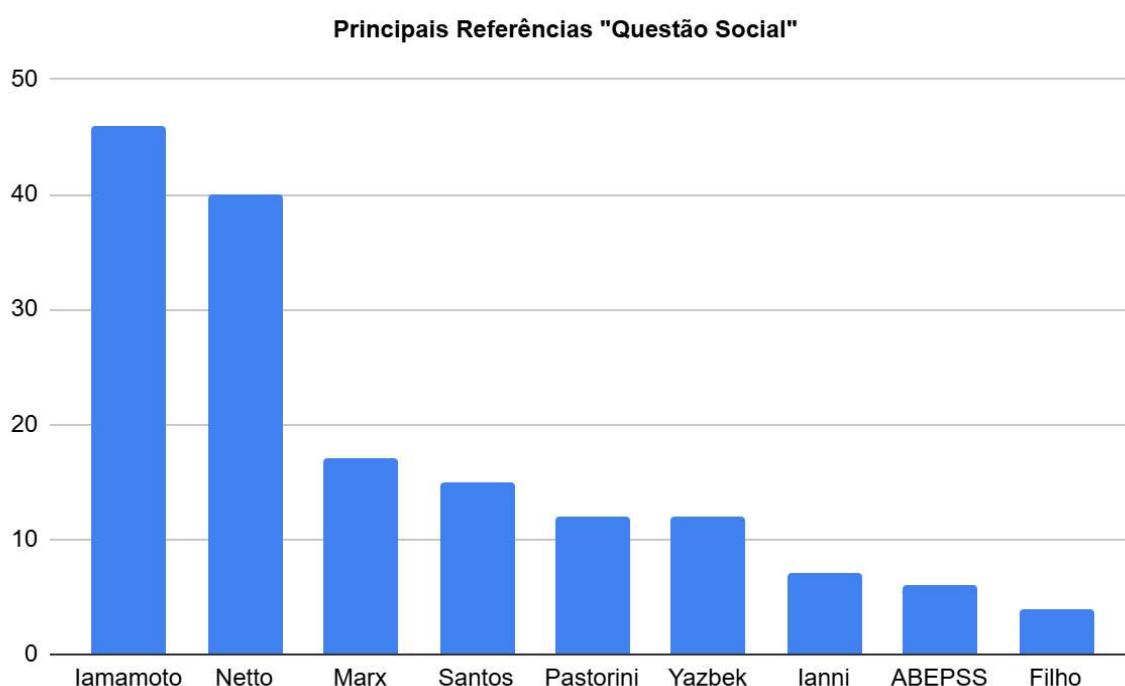
Fonte: Elaboração Própria (2025).

Quanto à menção à “questão social”, todas as 48 teses associam a compreensão da “questão social” à lei geral de acumulação capitalista de Marx (2017), contudo, somente 17 teses (35%) recorrem ao autor para explicitar a compreensão desta lei. Nesse sentido, apesar de não referenciarem diretamente Marx (2017), as teses indicam o traço mistificador inerente à “questão social” (Guerra e Batista, 2021), pela referência a bibliografias marxistas, ao explicitar a dinâmica capitalista como a responsável pelas desigualdades sociais presentes nas relações sociais vigentes por meio da recorrência à bibliografias da tradição marxista. Afinal, “somente compreendendo o processo de produção do capital pode-se apreender a ‘questão social’ como fenômeno datado a partir do século XIX” (Guerra; Ortiz; Valente; Fialho, 2007, p. 4).

Quanto ao principal referencial bibliográfico para tratar da “questão social”, destacam-se as contribuições de Iamamoto (1998, 2001, 2014 e 2015) em 46 das 48 teses, ou seja, em 96% da amostra. Em seguida, destacam-se as contribuições de Netto (2001, 2009, 2015 e 2021) presentes em 40 teses, 83% da produção analisada. No que diz respeito às demais contribuições de autorias do Serviço Social

brasileiro, nota-se a influência de Santos (2017) em 15 das teses (31%). Similarmente, Pastorini (2004) e Yazbek (2001 e 2006) estão presentes em 12 das teses (25%). A definição de “questão social” presente nas diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) é referenciada em 6 teses (12%). Para além disso, é recorrente o apoio a bibliografia das Ciências Sociais, de forma mais ampla, tais como em Ianni (1989 e 2004) e Filho (1982) que são referências em 7 (14%) e 4 (8%) das teses analisadas, respectivamente. Dados estes que vão ao encontro dos resultados de pesquisa realizada por Moljo, Carvalho, Oliveira e Péres (2023, p. 35) acerca das autorias mais utilizadas pelo Serviço Social brasileiro que demonstra “a hegemonia da perspectiva histórico crítica que vem sendo construída no Serviço Social há mais de 40 anos”.

Gráfico 8 - Principais Referências “Questão Social” das Teses Analisadas



Fonte: Elaboração Própria (2024).

O fato de Iamamoto (1998, 2001, 2014 e 2015) ser a principal referência bibliográfica, reforça o quão inegável é a sua contribuição para a categoria profissional desde o lançamento de “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” em 1982. Como discorrido no subcapítulo anterior, a partir desta obra (Iamamoto, 2014), a autora se torna referência no debate acerca da “questão social” no Serviço Social brasileiro, desenvolvendo a compreensão deste conceito à luz da teoria social de Marx e a recorrência direta - naquele momento, inédita na área - a este autor. Já em

sua primeira publicação, lamamoto (2014) desenvolve a concepção teórica da reprodução das relações sociais e aponta acerca do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. Similarmente, outra obra de destaque - referente à amostra da produção de conhecimento contemporânea analisada - reside nas contribuições de lamamoto (1998) em “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”. Sempre à par do movimento da realidade brasileira, lamamoto (1998), disserta - em um conjunto de ensaios no decorrer dos anos 1990 - acerca das transformações no mundo do trabalho e suas consequências para o Serviço Social. Nesse sentido, destaca o contexto mundial pós-1970, relacionado a globalização do capital com o redimensionamento da divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva. O que, no Brasil, a partir dos anos 1990 se expressa na pauta do redimensionamento do Estado, direcionando o mínimo do fundo público para as políticas sociais e o máximo para as políticas econômicas. Refletindo, assim, em um cenário de aumento do desemprego e de precarização das condições de vida da classe trabalhadora brasileira que se expressa no agravamento da “questão social”. São estes processos sociais associados ao projeto neoliberal que acarretam em mudanças nas condições de formação e trabalho de assistentes sociais e impõem desafios nos rumos do recém projeto ético-político profissional no final do século XX.

A frequente referência a lamamoto (2001) para abordar “A Questão Social no Capitalismo” - considerando o significado social desta no marco da teoria social crítica e a relação do enfrentamento desta questão com o Serviço Social - demonstra o esforço no âmbito da pesquisa científica da área em compreender este fenômeno pela lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017). Contudo, não reflete, necessariamente, no adensamento contemporâneo desta concepção em relação a “questão social” na particularidade brasileira expressar “portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*” (lamamoto, 2001, p. 17), como será possível observar nos dados acerca do aprofundamento da fundamentação teórica nas relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na concepção de “questão social”. Finalmente, sobre a mais recente obra de lamamoto (2015) referenciada na produção de conhecimento analisada, “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”, destaca-se o aprofundamento da autora no que tange à análise do Serviço Social no processo de reprodução das

relações sociais na dinâmica contemporânea do capital financeiro. É nesta publicação que Iamamoto (2015) não só adensa a interpretação acerca da sociabilidade capitalista, em geral, como se debruça sobre a relação da “questão social” com a formação sócio-histórica brasileira, em particular. Em última instância, é neste momento que a autora sintetiza sua concepção crítica de “questão social” após décadas de pesquisa (Iamamoto, 1998, 2001, 2014 e 2015). Nas suas palavras:

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela processa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais. (Iamamoto, 2015, p. 156)

Em seguida de Iamamoto (1998, 2001, 2014 e 2015), a obra de Netto (2001, 2009, 2015 e 2021) se caracteriza como referência clássica para o Serviço Social brasileiro, expressando-se, inclusive, na presença constante da bibliografia desses marxistas sem repouso (Braz, 2017) na produção de conhecimento contemporânea. Dessa maneira, a recorrência de “O Serviço Social e a Tradição Marxista”, publicado originalmente em 1989, expressa a apropriação da contribuição de Netto (2021) acerca da aproximação enviesada da profissão no que diz respeito à teoria social de Marx, reconhecendo tanto os limites desse movimento, quanto a importância das possibilidades de interlocução para o debate profissional. O que é reforçado no livro de “Ditadura e Serviço Social”, de 1992, para aprofundar este aspecto e abordar as disputas presentes no processo de renovação do Serviço Social brasileiro na autocracia burguesa (Netto, 2015) nas teses analisadas. Já a referência a “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, de 1992, reforça o entendimento da categoria profissional sobre as condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social associadas ao tratamento do Estado frente à “questão social” na era monopolista do capitalismo, como apontado no subcapítulo anterior. Em

consonância com as contribuições utilizadas de “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’” em que Netto (2001), explicita o caráter conservador da expressão a fim de mistificar a essência do fenômeno de pauperização derivado da sociedade burguesa. O que vai ao encontro da presença da bibliografia de Marx (2017) quando para referenciar acerca da “questão social” em 35% das teses em vias de explicitar a relação do conceito com a lei geral de acumulação capitalista.

As contribuições de Santos (2017) - em “‘Questão Social’: particularidades no Brasil” com primeira publicação datada de 2012 -, presentes em 31% das teses analisadas, reforçam o significativo exercício investigativo do Serviço Social brasileiro na cena contemporânea de compreender a especificidade da formação sócio-histórica brasileira. Destaca-se o reconhecimento da necessidade de se desenvolver a compreensão da acumulação primitiva associada à colonização para se entender a especificidade do modo de produção capitalista no Brasil e, nesse sentido, a particularidade da própria “questão social” neste país. Apesar de Santos (2017) não desenvolver as relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo na conformação da “questão social” no Brasil, o enfoque no desemprego por esta publicação propicia elementos importantes para que o debate profissional desenvolva a essência dessa relação a partir da aparência das maiores taxas de desemprego entre a população negra e de mulheres da classe trabalhadora brasileira, como apontado nos pressupostos teórico-metodológicos da presente dissertação.

A citação à obra de Yazbek (2001 e 2006) é recorrente em 25% das teses, especialmente no que tange à compreensão da pobreza e da “exclusão social” como expressões da “questão social” no Brasil e da relação destas na atuação profissional do Serviço Social pelas demandas das “classes subalternas” na política de assistência social. A autora, ao considerar “a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade” (Yazbek, 2001, p. 33), sinaliza os desafios da atuação profissional que se localiza em um campo de disputas das demandas e projetos de diferentes classes sociais. Junto de Iamamoto (1998, 2001, 2014 e 2015) e Netto (2001, 2009, 2015 e 2021), a recorrência às contribuições de Yazbek (2001 e 2006) sinaliza o compromisso da categoria profissional em tanto reconhecer o trabalho das gerações anteriores quanto, a partir disso, adensar o debate contemporâneo da profissão.

O recurso à bibliografia de Pastorini (2004) - quando para referenciar o debate acerca da “questão social” em 25% dos trabalhos - demonstra a preocupação da categoria profissional em problematizar debates na sociedade contemporânea no que diz respeito às análises da “nova questão social”. Nesse sentido, a autora é incisiva ao afirmar que não se trata de uma “nova questão social” aparente. Ao contrário, trata-se do velho e essencial conflito entre as classes sociais no marco do capitalismo. Contudo, o que necessita de atenção na análise é o fato de diferentes estágios capitalistas desenvolverem tanto diferentes expressões da “questão social”, quanto diferentes tratos do Estado e da sociedade, no geral, diante dessas refrações. Dito isso, pela recorrência às contribuições de Pastorini (2004) nota-se a incorporação pela categoria profissional não só da necessidade de se compreenderem as expressões da “questão social” nas diferentes formações sócio-históricas, como, similarmente, compreender o novo e o que permanece na delimitação da “questão social”. Noutros termos, “a ‘questão social’ assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (...) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial” (Pastorini, 2004, p. 113).

A presença de Ianni (1989 e 2004) em 14% da amostra analisada aponta a interlocução histórica do Serviço Social brasileiro, desde o processo de renovação crítica, com as contribuições dos estudos críticos das Ciências Sociais. Como apontado anteriormente - no subcapítulo acerca da lei geral de acumulação capitalista e “questão social” -, o entendimento de Ianni (1989) acerca da “questão social” contribui para o adensamento da compreensão da categoria profissional a este respeito. O recurso à coletânea de Ianni (2004) sobre o pensamento social brasileiro por 14% das teses, nesse sentido, colabora tanto à crítica ao conservadorismo quanto à análise da sociedade brasileira considerando as contradições patriarcais e raciais presentes na formação sócio-histórica deste país em vias de desmistificar interpretações distantes da particularidade desta realidade. Da mesma forma, a referência bibliográfica de Filho (1982) em 8% das teses reforça a incorporação de interpretações da “questão social” no pensamento social brasileiro pelo Serviço Social brasileiro na cena contemporânea.

Por fim, 12% das teses referem a concepção de “questão social” presente na bibliografia das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 em que esta questão, por suas expressões, perpassa a atuação profissional. E, nesse sentido, ganha

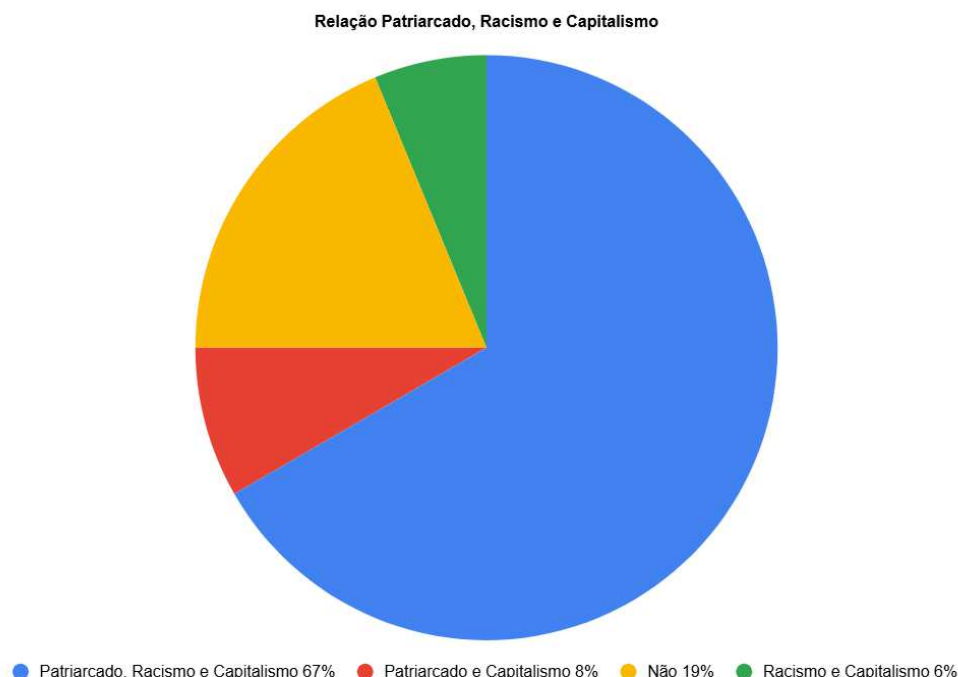
centralidade nos quatro pressupostos norteadores da formação profissional. São estes:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5-6)

Em resumo, pela hegemonia de referências marxistas no âmbito da produção de conhecimento científica do Serviço Social brasileiro - seja pela bibliografia da área, em específico, seja das Ciências Sociais, em geral -, nota-se o compromisso da categoria profissional na realização de pesquisas que desvendam a realidade à luz do materialismo-histórico-dialético no que diz respeito a “questão social”. O que vai ao encontro de estudo publicado por Moljo e Carvalho (2022) que - ao apontar as tendências teórico-metodológicas presentes do debate do Serviço Social brasileiro -, constata a prevalência da matriz crítica inspirada na tradição marxista nas publicações da área. Apesar de divergências nas obras das autorias presentes no que tange às principais referências acerca da “questão social” que são profícuas ao debate marxista. Em geral, percebe-se o recurso às contribuições clássicas em consonância com as publicações contemporâneas, demonstrando o esforço da agenda de pesquisa em adensar o debate, aprofundando o debate acerca da “questão social” na particularidade brasileira. Isto, sem perder de vista o legado crítico da vanguarda da categoria profissional.

Quanto à relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na concepção acerca da “questão social”, 32 teses a realizam, em contraposição a parcela considerável de 9 das 48 teses que não abordam qualquer tipo de relação. Há, contudo, teses que abordam parcialmente a relação entre “patriarcado e capitalismo” e “racismo e capitalismo”, sendo, respectivamente, 4 e 3 das teses analisadas.

Gráfico 9 - Relação Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas



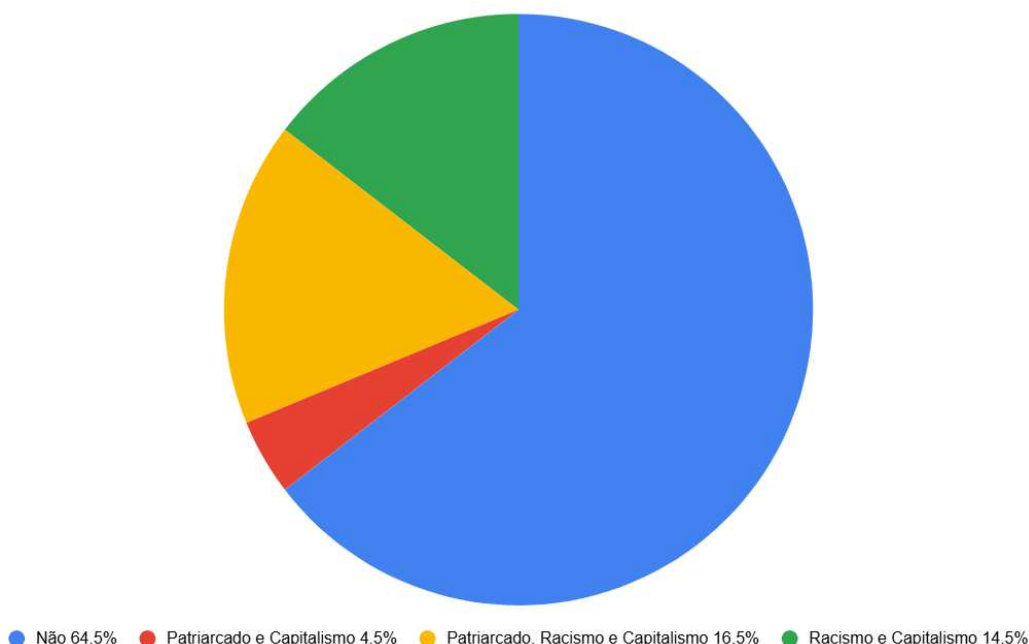
Fonte: Elaboração Própria (2024).

Contudo, quando se analisa o desenvolvimento da compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na concepção de “questão social”, 31 teses não realizam o aprofundamento da fundamentação teórica¹⁴. Das 17 teses que aprofundam, 8 são acerca da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, 7 da relação entre racismo e capitalismo e 2 da relação entre patriarcado e capitalismo, como é possível visualizar proporcionalmente no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Aprofundamento Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas

¹⁴ Destaca-se que quando para abordar os dados referentes aos gráficos 10, 12 e 14 - que dizem respeito, respectivamente, ao aprofundamento teórico-metodológico da compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, da concepção de patriarcado e da concepção de racismo - o presente trabalho considera que, metodologicamente, o aprofundamento teórico, para além de possíveis afirmações pontuais, diz respeito a problematização e desenvolvimento de ideias acerca destas relações. Inclusive, por meio de revisão de literatura com recorrência a bibliografias e dados referentes a estas questões.

Aprofundamento Patriarcado, Racismo e Capitalismo

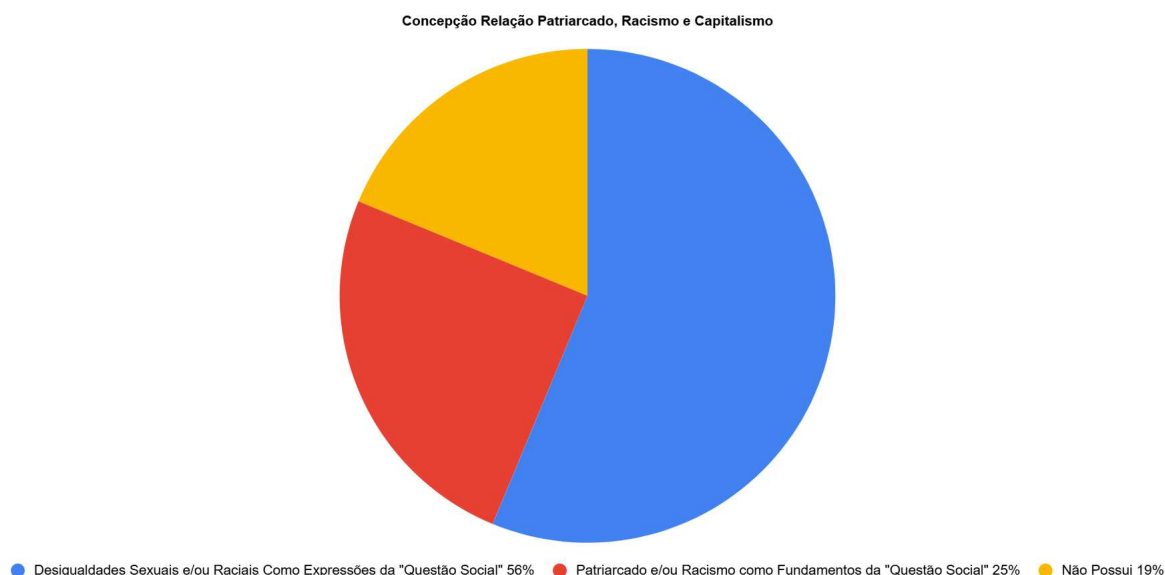


Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto à compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na concepção da “questão social”, 27 teses compreendem as desigualdades sexuais e/ou raciais como expressões da “questão social”, 12 teses compreendem o patriarcado e/ou racismo como fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira e 9 teses não desenvolvem comentários a este respeito. Destacam-se as contribuições das teses que compreendem o patriarcado e/ou racismo como fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira em que entende-se a “formação social brasileira ligada à questão social nas facetas da classe, étnico-raciais [e de] gênero” (Machado, 2015, p. 18). Ainda, Alves (2023) enfoca ao tratar da gênese da “questão social” no Brasil acerca do capital se aproveitar de um sistema anterior à sua existência e incorpora[r] o patriarcado em sua produção de valor” (Alves, 2023, p. 122), destacando no decorrer do trabalho “a simbiose das relações patriarcais de gênero com a questão étnico-racial” (Alves, 2023, p. 161) e concluindo que “a questão étnico-racial não figura somente como uma expressão da questão social; está, antes de tudo, estruturalmente articulada à questão social” (Alves, 2023, p. 165). Ademais, segundo apontamentos de teses analisadas, a “condição de pauperização da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista, (...) no Brasil, toma contornos particulares circunscritos por determinações outras, como o racismo e o patriarcado” (Albuquerque, 2018, p. 98). Em síntese, “a realidade

brasileira (...) é marcada pelas 'relações sociais' de sexo, raça e classe e, portanto, esta é uma particularidade central na produção da 'questão social' no Brasil" (Albuquerque, 2018, p. 90).

Gráfico 11 - Concepção Relação Patriarcado, Racismo e Capitalismo nas Teses Analisadas

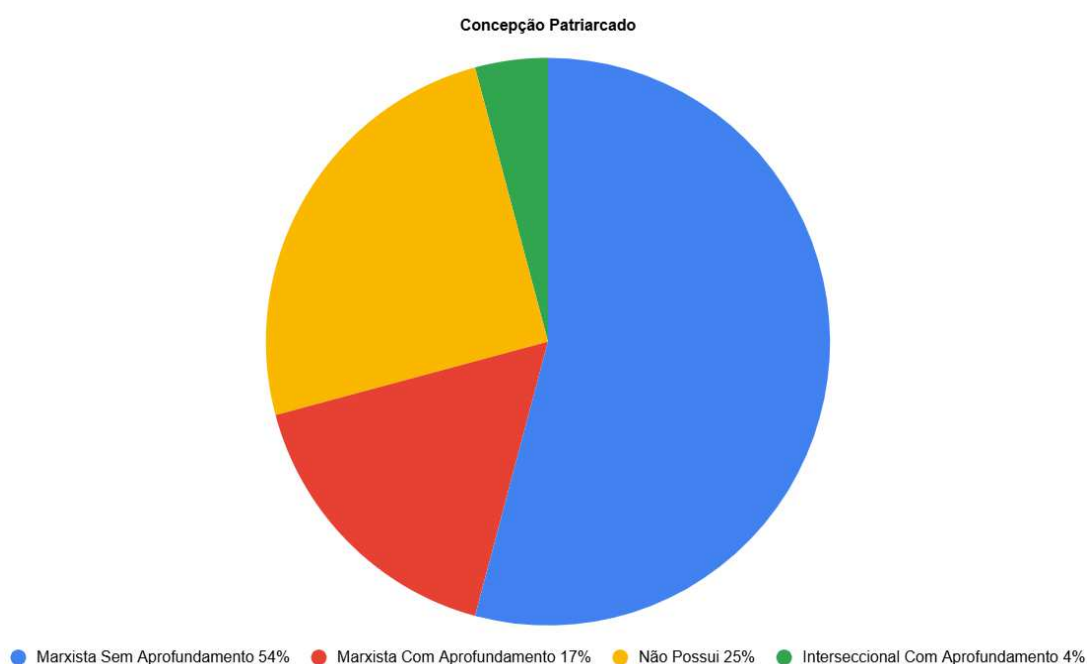


Fonte: Elaboração Própria (2024).

Das 36 teses que abordam acerca do patriarcado, 26 realizam afirmações marxistas sem aprofundamento, 8 aprofundam acerca do fenômeno pela tradição marxista - tal qual Alves (2021, p. 59) ao afirmar que “a divisão social do trabalho se utiliza da dominação e desigualdade de gênero, que se encontra estruturada sob o princípio do patriarcado. O patriarcado é um regime histórico de dominação-exploração do feminino pelo masculino, definindo papéis e funções” - e 2 aprofundam pela defesa da interseccionalidade¹⁵ - em que destaca-se “a interseccionalidade como instrumentalidade teórico-metodológica que visa à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, elementos produtores de avenidas identitárias onde se cruzam e colidem com as sobreposições de gênero, raça e classe” (Santos, 2021, p. 107) em que concebe-se “o sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre outro e assim, o direito a predominar” (Santos, 2021, p. 41).

Gráfico 12 - Concepção Patriarcado nas Teses Analisadas

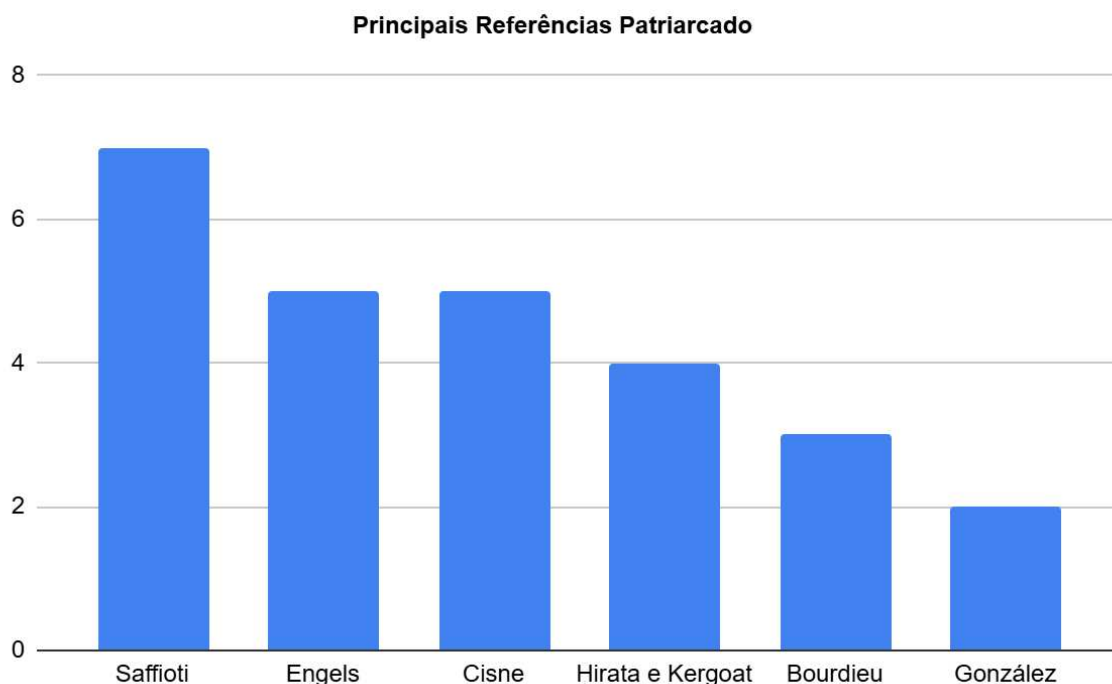
¹⁵ Ambas de defesas recentes, vide, Santos (2021) e Ferrugem (2022).



Fonte: Elaboração Própria (2024).

Quanto às principais referências bibliográficas utilizadas, destacam-se as contribuições de Saffioti (1987, 2013 e 2015), presentes em 07 das 10 teses (70%) que aprofundam a respeito do patriarcado. Em seguida, destacam-se as contribuições de Engels (2012) e Cisne (2012 e 2018), ambos presentes em 05 das teses (50%) que aprofundam a respeito do patriarcado. Nota-se, similarmente, a influência de Hirata (2012) e Hirata e Kergoat (2007) em 04 das 10 teses (40%). Por fim, Bourdieu (2002) e González (2020) estão presentes, respectivamente, em 03 (30%) e 02 (20%) das teses que aprofundam a respeito do patriarcado.

Gráfico 13 - Principais Referências Patriarcado das Teses Analisadas



Fonte: Elaboração Própria (2025).

A apropriação da obra de Saffioti (1987, 2013 e 2015) - por 70% das teses que realizam o aprofundamento acerca da relação entre patriarcado e capitalismo -, expressa o compromisso teórico em compreender a realidade da mulher trabalhadora pela investigação da formação sócio-histórica brasileira. Nesse sentido, propõe-se a compreender a realidade da mulher na sociedade de classes e como a violência está intimamente relacionada às relações patriarcais de gênero na particularidade brasileira. Para além disso, a incorporação das contribuições de Saffioti (1987, 2013 e 2015) expressa o exercício de considerar a centralidade da simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo no que tange às pesquisas sociais que possuem como objeto de estudo a realidade brasileira.

Destaca-se a importância da bibliografia de Engels (2012) em 50% das teses que aprofundam a discussão da relação entre patriarcado e capitalismo pela perspectiva marxista. Ao discorrer sobre a “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, publicado originalmente em 1884, Engels (2012) desnaturaliza a concepção de família imposta ideologicamente pelas classes dominantes ao historicizar os processos sociais em que a instituição familiar se desenvolve associada ao desenvolvimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho. Em uma perspectiva materialista-histórica-dialética, Engels (2012) colabora ao associar a consolidação das sociedades classistas junto da família monogâmica

que diferencia os processos de dominação e exploração destinados aos homens e mulheres ao associar a cada grupo social papéis patriarcais de gênero diferenciados em vias de reproduzir a lógica vigente. Nesse sentido, a obra de Engels (2012) permanece atual e com notória importância no debate contemporâneo visto que, apesar das mudanças contextuais, a essência da instituição família se mantém pelas relações sociais de sexo no capitalismo que visam manter a dominação e exploração da classe trabalhadora, por exemplo, pelo trabalho não remunerado das mulheres no âmbito da reprodução social.

A presença de Cisne (2012 e 2018) em 50% das teses que aprofundam acerca da relação entre patriarcado e capitalismo expressa o compromisso da categoria profissional¹⁶ em compreender o Serviço Social na história, desvelando - a partir do debate das relações sociais de sexo e da compreensão da divisão sexual do trabalho - a crítica da realidade de dominação e exploração das mulheres no marco do capitalismo. Manifesta, similarmente, o exercício investigativo de compreender a formação e a atuação profissional pela contextualização histórica da relação entre sexo, classe e “questão social” (Cisne, 2012). Para além disso, as contribuições de Cisne (2018) nas teses analisadas expressam o adensamento do debate dos fundamentos das relações sociais no Brasil, relacionando, além de sexo e classe, a raça.

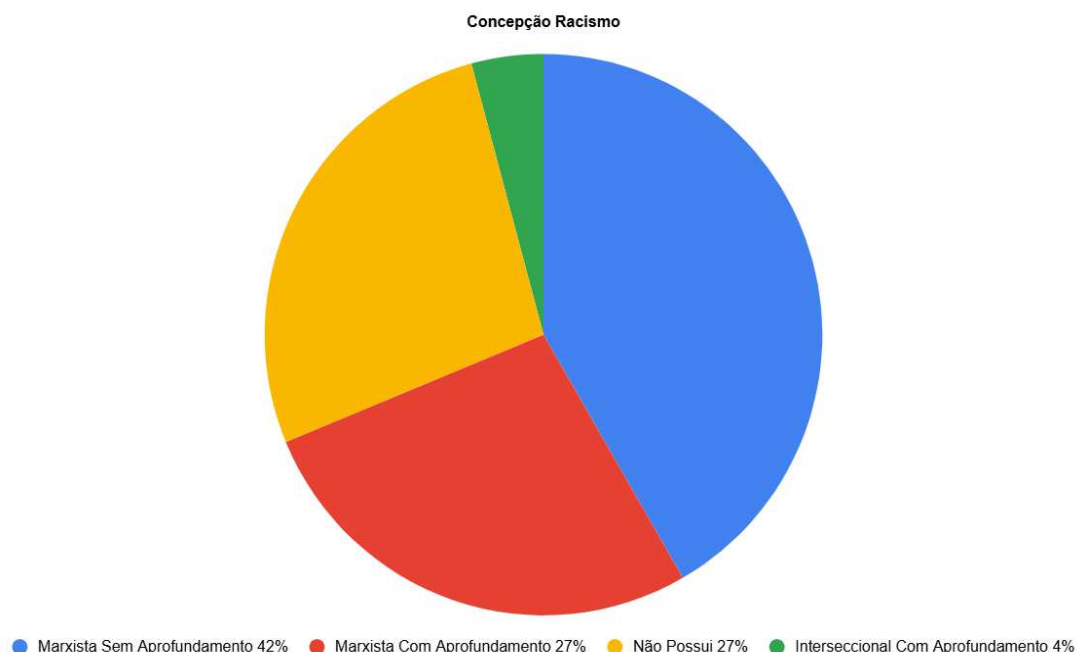
Nas teses que aprofundam a relação entre patriarcado e capitalismo na perspectiva marxista, Hirata (2012) e Hirata e Kergoat (2007) são presença notória (40%) pelas contribuições no que diz respeito a divisão sexual do trabalho ao abordar as novas configurações da divisão social do trabalho pela precarização das condições de vida das mulheres da classe trabalhadora em países de capitalismo central e periférico, tal como o Brasil. As contribuições de Hirata (2012) e Hirata e Kergoat (2007), nesse sentido, residem, especialmente, no debate acerca da relação entre classe e sexo no mundo do trabalho, propiciando ao Serviço Social brasileiro reforçar a compreensão crítica das “formas pelas quais o capitalismo e a sua lógica industrial utilizam as diferenças biológicas sexuais para potencializar as construções sociais de gênero, a busca de maximização dos lucros, explorando os estereótipos do masculino/feminino” (Furno, 2015, 188).

¹⁶ Categoria profissional esta que, atualmente, reconhece como bibliografia básica a compreensão do debate da diversidade sexual e de gênero, vide o lançamento de Cisne e Santos (2018) e de Ferreira e Irineu (2024).

Bourdieu (2002) se faz presente em 30% das teses que aprofundam acerca da relação entre patriarcado e capitalismo, sejam as marxistas, sejam as interseccionais. Ao tratar acerca da dominação masculina, o sociólogo francês desenvolve sobre as origens dos papéis sociais de gênero, denuncia a posição social da mulher e contribui para a desnaturalização desses processos. Além disso, aborda sobre o papel das instituições como mecanismos de dominação das mulheres, tais como a Família, a Igreja e o Estado. Com enfoque na violência simbólica, “Bourdieu destaca justamente esta opressão simbólica da dominação, deixando de lado a análise da opressão material contra as mulheres, ainda que admita sua existência” (Betti, 2011, p. 2).

Nas teses que aprofundam acerca da relação entre patriarcado e capitalismo pela perspectiva interseccional, González (2020) é presença notória (20%). A obra “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano” reúne uma série de ensaios de González (2020) realizados entre os anos de 1975 e 1995 que possuem como enfoque à crítica ao racismo e ao sexismo na formação sócio-histórica brasileira, especialmente, no que diz respeito à realidade das mulheres negras no Brasil. Dos “efeitos políticos da exploração da mulher” à “democracia racial”, passando pelo questionamento da “trabalhadora negra, cumé que fica?”, González (2020) é referência imprescindível na análise contemporânea das relações sociais que dizem respeito às determinações sexuais e raciais da divisão social do trabalho no Brasil. A presença da bibliografia de González (2020) na bibliografia contemporânea do Serviço Social brasileiro, nesse sentido, expressa - ainda que incipiente - a preocupação da categoria profissional em aprofundar a compreensão acerca da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade deste país.

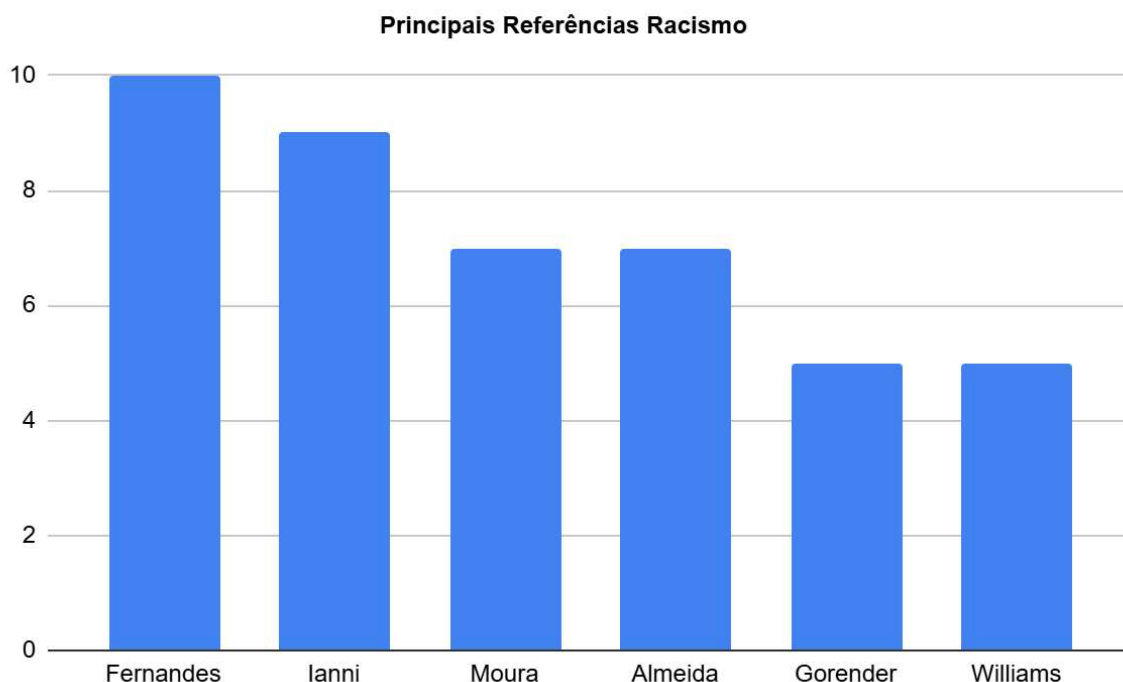
Das 35 teses que abordam acerca do racismo, 20 realizam afirmações marxistas sem aprofundamento, 13 aprofundam acerca do fenômeno pela tradição marxista - em que, à nível de exemplo, se tratando da particularidade brasileira, Pinto (2020, p. 61) afirma que o “país optou por um projeto de modernização conservadora que culminou na ampliação do latifúndio e disseminou o racismo estrutural no Brasil, presente até os dias atuais” - e 2 aprofundam pela defesa da interseccionalidade em que tem-se “o racismo como a crença inata na superioridade de uma raça sobre todas as outras e assim o direito de predominar” (Santos, 2021, p. 41).



Fonte: Elaboração Própria (2024).

Das principais referências bibliográficas utilizadas, destacam-se as contribuições de Fernandes (2006 e 2008) e Ianni (1978 e 1987), presentes, respectivamente, em 10 (66%) e 09 (60%) das 15 teses que aprofundam a respeito do racismo. Em seguida, destacam-se as contribuições de Moura (2014) e Almeida (2019), ambos presentes em 06 das teses (40%) que aprofundam a respeito do racismo. Nota-se, similarmente, a influência de Gorender (2016) e Williams (1975), ambos presentes em 05 das teses (33%). Por fim, Nascimento (2016) e Quijano (2005) também se fazem presentes em 03 das teses (20%) que aprofundam a respeito do racismo.

Gráfico 15 - Principais Referências Racismo das Teses Analisadas



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Nas teses com aprofundamento marxista acerca da relação entre racismo e capitalismo, a obra de Fernandes (2006 e 2008) é bibliografia recorrente (66%), especialmente, por suas contribuições acerca da integração do negro na sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil. Dessa maneira, Fernandes (2006 e 2008) é referência inconteste no que diz respeito a compreensão tanto da relação da população negra com a pauperização na emergência da sociedade de classes, quanto à conformação do capitalismo dependente na particularidade brasileira. Nessa perspectiva, Fernandes (2006 e 2008) contribui substancialmente para o debate do Serviço Social brasileiro acerca da “questão social”.

A obra de Ianni (1978 e 1987) se faz presente em 60% das teses que aprofundam acerca da relação entre racismo e capitalismo. Destacam-se as contribuições de “Escravidão e Racismo” em que Ianni (1978) resgata a relação entre escravidão e capitalismo, especialmente, no que diz respeito a acumulação primitiva de capital, desnaturalizando, assim, aspectos raciais da formação social escravista. Ianni (1978, p. 1) ainda destaca as “peculiaridades das formas de integração e antagonismo raciais após o regime de trabalho escravo” colaborando no debate dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira ao abordar a relação intrínseca entre racismo e capitalismo. Ao abordar acerca das “Raças e Classes Sociais no Brasil”, Ianni (1987), similarmente, colabora no

entendimento da “questão social” na particularidade brasileira ao colocar em debate a formação social brasileira pelas relações sociais de raça e classe.

Moura (2014) se faz presente em 40% das teses que aprofundam acerca da relação entre racismo e capitalismo, especialmente por sua contribuição em “Dialética Radical do Brasil Negro” em que desenvolve uma análise marxista das relações raciais no Brasil, apesar de ser referência bibliográfica da amostra tanto marxista quanto interseccional. Considerada síntese do pensamento deste autor, “Dialética Radical do Brasil Negro” aborda desde os debates acerca do escravismo pleno e escravismo tardio até a relação dos movimentos sociais com a população negra, passando pela discussão sobre “população, miscigenação, identidade étnica e racismo” e “linguagem e dinamismo cultural do negro”. Nesse sentido, grande importância desta obra para o debate acerca da “questão social” na particularidade brasileira reside na defesa do racismo enquanto fundamento do capitalismo no Brasil em que Moura (2014, p. 16) aponta que neste território “se criam condições objetivas para uma ‘modernização conservadora’, isto é, o desenvolvimento de relações capitalistas mantendo estruturas arcaicas”. Ainda, “ao contrário de outras experiências de revoluções burguesas, o capitalismo por aqui foi construído com bases em riquezas primitivas acumuladas via a exploração de africanos escravizados e protagonizado pelas mesmas classes que escravizaram africanos” (Moura, 2014, p. 16).

A discussão de Almeida (2019) acerca do racismo estrutural se fez presente (40%) tanto nas teses marxistas com aprofundamento quanto nas interseccionais com aprofundamento. Destacam-se as contribuições desta obra ao Serviço Social brasileiro contemporâneo pelo fato da “tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, s. p.). Neste sentido, o reconhecimento da categoria profissional da desnaturalização da racialização considerando o racismo tanto como processo político quanto como processo histórico é de suma importância. Vide que é um passo fundamental para o reconhecimento do racismo para além de uma expressão da “questão social”, mas como fundamento desta no Brasil já que “as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (Almeida, 2019, s. p.).

Nas teses que aprofundam a relação entre racismo e capitalismo pelo viés marxista, Gorender (2016) é referência em (33%), especialmente por sua contribuição acerca do “Escravidão Colonial” que, similarmente à Moura (2014, p. 15), defende “a ideia de que o escravidão no Brasil se constituiu em um modo de produção original e distinto do escravidão clássico, porque produzia riquezas e estava articulado, de forma subordinada, ao modo de produção mercantil”. Nesse sentido, ambos os autores (Gorender, 2016; Moura, 2014) colaboram para o entendimento da formação sócio-histórica brasileira e a gênese da “questão social” na particularidade deste país. Visto que, das categorias fundamentais do escravidão colonial, - enquanto um modo de produção historicamente novo - aos processos de circulação e reprodução singulares deste contexto, Gorender (2016) passa pelo processo da gênese do escravidão colonial associado à colonização, apontando as leis específicas do modo de produção escravista colonial, o regime territorial e as formas peculiares da escravidão. O que colabora para o entendimento dos processos que trouxeram a população brasileira sócio-historicamente dominada e explorada até aqui.

A presença de Williams (1975) em 33% das teses que aprofundam acerca da relação entre racismo e capitalismo demonstra o exercício investigativo da categoria profissional em adensar o entendimento sobre a relação entre capitalismo e escravidão de modo que as origens da escravidão negra e o desenvolvimento do tráfico negreiro associam-se ao desenvolvimento do comércio britânico e triangular, colaborando, assim, para o desenvolvimento do capitalismo britânico e a hegemonia europeia. Outrossim, a presença de Quijano (2005) em 20% das teses expressa o compromisso em compreender a particularidade brasileira pelo reconhecimento dos processos de dominação e exploração vivenciados pela América Latina a partir do século XV. Assim, a obra de Quijano (2005, p. 2) colabora para o entendimento da raça como um conceito elaborado na modernidade de forma que “na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” desde a colonização até o contexto capitalista.

A contribuição de Nascimento (2016) na amostra analisada está presente nas teses que aprofundam a relação entre racismo e capitalismo (20%) seja pelo marxismo ou seja pela interseccionalidade. Ao apontar o genocídio do negro brasileiro como processo de um racismo mascarado, a obra de Nascimento (2016) reforça no debate da profissão na cena contemporânea acerca do projeto de

embranquecimento da população negra brasileira desde o século XX - coincidindo com a gênese do Serviço Social - ser uma estratégia de genocídio não só pela imigração em massa de trabalhadores europeus, mas também pelo processo de pauperização da população negra brasileira na transição do escravismo para o capitalismo. Assim, Nascimento (2016) colabora no debate que visa desvelar o racismo no Brasil ao desenvolver acerca do mito do senhor benevolente no escravismo e da exploração sexual das mulheres negras.

A partir de pesquisa bibliográfica foi possível resgatar a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro acerca do debate dos fundamentos da “questão social” e os avanços que a categoria profissional vem realizando acerca do adensamento dessa temática relacionada ao patriarcado, racismo e capitalismo. Para além disso, com a pesquisa documental foi possível observar o reconhecimento desta trajetória de vanguarda profissional com a intenção de ruptura com o conservadorismo e o exercício investigativo contemporâneo de colaborar na continuidade deste adensamento, especialmente, pelo aprofundamento teórico pela tradição marxista. Nesse sentido, as abordagens e as compreensões de patriarcado, racismo e capitalismo expressam, hegemonicamente, as possíveis convergências e divergências no debate marxista. Contudo, para além do marxismo, há uma presença notória de outra tendência teórico-metodológica que reivindica o adensamento dos fundamentos da formação sócio-histórica brasileira pela perspectiva da interseccionalidade.

Cabe em futuros trabalhos o exercício de aprofundar a investigação acerca das convergências e divergências teóricas e políticas entre interseccionalidade e marxismo. Visto que nota-se no conjunto da produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social brasileiro a prevalência de perspectivas críticas, seja pela majoritária contribuição da teoria social de Marx, seja pela presença de trabalhos com contribuições da interseccionalidade. Nesta, destaca-se a crítica à “sociedade capitalista, a sociedade patriarcal e colonial, mas também, a [crítica à] razão moderna e a modernidade” (Moljo; Carvalho, 2022, p. 191) e, conseqüentemente, ao marxismo. Segundo Cisne e Santos (2018, p. 80), “a perspectiva da interseccionalidade é originária do feminismo negro, movimento que criticou de maneira radical o feminismo branco, de classe média, heteronormativo”, denunciando o racismo expresso no movimento feminista e apontando a necessidade de interseccionar na análise e na prática política as desigualdades de

gênero, sexualidade, raça, etnia e classe. A perspectiva interseccional diferencia-se, assim, da “consustancialidade/coextensividade das relações sociais [que] defende um método de análise com o qual as relações sociais de sexo, raça e classe são apreendidas como indissociáveis” (Cisne e Santos, 2018, p. 83). O termo interseccionalidade é utilizado pela primeira vez por Crenshaw em 1989 a fim de dissertar os processos de dominação e exploração que acometem as mulheres negras no sistema judiciário e na realidade dos Estados Unidos da América (Crenshaw, 1989). Bohrer (2019) aponta como características da interseccionalidade a inseparabilidade das opressões, a não hierarquização das opressões, a reflexão simultânea acerca de diferentes opressões e a vivência das opressões pelas identidades.

Martínez (2025, s. p.) argumenta acerca da tendência da interseccionalidade em “ênfatar a multiplicação dos eixos da opressão, mas ao mesmo tempo tendem a diluir a análise de classe, que consideram como uma ‘opressão a mais’, seja equiparando a classe com uma categoria estatística de baixa renda, ou reduzindo-a ao ‘classismo’”. Ademais, “as diferenças entre exploração de classe e as opressões não implica hierarquizar as queixas, nem determinar qual é mais importante para a experiência subjetiva das pessoas. Pelo contrário, se trata de ter uma compreensão maior do modo como elas operam na sociedade capitalista” (Martínez, 2025, s. p.). Lewis (2016) ao explicar acerca da crítica marxista a interseccionalidade pontua que a incorporação do materialismo histórico dialético - ao contrário das críticas interseccionais direcionadas a este - não significa a desconsideração de relações sociais tais quais a de sexo e raça, por mais que determinadas autorias marxistas possam, historicamente, ter ignorado estes aspectos da realidade. Vide que o erro teórico de quem pesquisa não significa, necessariamente, o erro do método ao qual este afirma incorporar. Além disso,

Some Marxists have embraced the term intersectionality not as an abandonment of dialectics, or as a way of opposing a unitary framework, but as an expression of the Marxist commitment to understand the ways in which bodies construct and are constructed by political economy. Because Marxism does not focus its politics on the individual embodied subject, it does not see oppression as vectors passing through an individual subject – not even if the schema is made materialist by reimagining Power as Capitalism or The Economy. This is because the vector model separates and reifies oppressions instead of viewing them as the outcome of material social relations. Race, gender, religion, and nation are not ‘things that

happen to individuals': they are social relations conditioned by capitalism and conditioned by one another. (Lewis, 2016, p. 191)

Estudo de Alves (2018, p. 269) destaca, ainda, a relação entre marxismo e interseccionalidade no Serviço Social, na qual “podemos observar um trânsito entre perspectivas. Elas não se comportam necessariamente como estanques, mas dialogam entre si”, ainda, as considerações da autora vão ao encontro dos resultados da presente pesquisa em que:

O cruzamento entre raça e gênero, tal qual formulado pela abordagem interseccional, ainda é periférico na produção do Serviço Social. A tendência à incorporação da questão étnico-racial tem sido feita pela via da relação com o debate marxista clássico, em que raça tende a aparecer como forma de estratificação social — o mesmo se passa com gênero —, e assim coadjutora das relações de exploração de classe, ou através da abordagem das relações sociais de sexo, incluindo raça como consubstancial à classe e gênero e, portanto, estruturante da vida social. (Alves, 2018, p. 283-4)

Em última instância, pela pesquisa documental foi possível perceber que - por mais que haja uma crescente e considerável abordagem acerca da principal temática da presente dissertação no âmbito da produção de conhecimento -, a compreensão contemporânea do Serviço Social acerca da “questão social”, majoritariamente, não se debruça sobre o aprofundamento da fundamentação teórica acerca da particularidade brasileira pela investigação da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo. Ademais, quando se debruça sobre essa relação majoritariamente compreende as desigualdades sexuais e/ou raciais como expressões da “questão social”, sendo ainda minoritária a sistematização teórica que compreenda o patriarcado e/ou racismo como fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira. O que reforça tanto a hipótese inicial desta pesquisa - de que o Serviço Social brasileiro vem realizando, de forma gradativa, o aprofundamento teórico-metodológico entre patriarcado, racismo e capitalismo na discussão acerca da “questão social” - quanto à necessidade da categoria profissional seguir adensando cientificamente a compreensão crítica dos fundamentos da formação sócio-histórica brasileira em vias de fortalecer a formação e a atuação profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social justifica-se historicamente pelas intervenções direcionadas às expressões da “questão social”, especialmente, no âmbito do Estado. No Brasil, a “questão social” possui como componentes estruturais – além do capitalismo – o patriarcado e o racismo, enquanto fenômenos histórico-sociais que, apesar de anteriores, se associam na conformação do modo de produção capitalista na particularidade deste território. Especialmente, pelas determinações de sexo, raça e classe na divisão social do trabalho que se processam em diferentes momentos históricos no Brasil desde a colonização.

Em pesquisa realizada anteriormente (Péres, 2022) concluí - a partir de análise do material produzido pela categoria profissional e coletivizado nos espaços do 16º CBAS e XVI ENPESS - que a compreensão pelo conjunto de estudantes e profissionais acerca da constituição da unidade dialética das categorias patriarcado, racismo e capitalismo relacionada ao debate dos fundamentos do Serviço Social brasileiro aponta a necessidade de ampliação e fortalecimento do debate das relações sociais de sexo, raça e classe associado à profissão. A partir disso, surge o questionamento de que forma, na cena contemporânea, a produção de conhecimento do Serviço Social aborda as relações sociais de sexo, raça e classe no capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira. O que desencadeia no presente estudo.

Pelo exercício investigativo, possibilitado metodologicamente por pesquisas bibliográfica e documental, a hipótese inicial se confirma ao final da dissertação. A produção de conhecimento contemporânea do Serviço Social brasileiro, vem realizando, de forma gradativa, o aprofundamento teórico-metodológico entre patriarcado, racismo e capitalismo na discussão acerca da “questão social”. De forma que, hegemonicamente, o conjunto da produção de conhecimento concebe o patriarcado e o racismo enquanto expressões da “questão social” e não como componentes que estruturam esta, pela determinação desses fenômenos histórico-sociais na conformação da lei geral de acumulação capitalista no Brasil, como se busca expor no terceiro capítulo. Resultados da presente pesquisa que reforçam os apontamentos finais de pesquisa anterior (Péres, 2022). O que leva ao questionamento de que forma o Serviço Social brasileiro vem abordando as relações sociais de sexo, raça e classe no âmbito da formação profissional. O que espera-se

desencadear em futuros estudos, especialmente, pela análise dos currículos de graduação em Serviço Social presencial e à distância.

Indo além da pretensão inicial - pela capacidade de surpreender quem se propõe a pesquisar - pelo processo da pesquisa ainda é possível destacar elementos tais como a concentração da produção de conhecimento científico no sudeste brasileiro - evidenciando a histórica desigualdade regional do país -, e a hegemonia da perspectiva marxista quando para aprofundar a fundamentação teórica acerca da compreensão da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na concepção de “questão social” - apesar da presença relevante da perspectiva interseccional nas teses que tratam a este respeito. O que merecerá atenção em futuros estudos acerca das tendências teórico-metodológicas presentes neste debate no que tange ao Serviço Social na cena contemporânea.

Com a presente dissertação, objetivou-se apresentar a gênese das relações sociais de sexo, raça e classe na formação sócio-histórica brasileira, associados a acumulação primitiva e a colonização a fim de se evidenciar a relação entre sexo, raça e classe - sua conformação na superpopulação relativa e no pauperismo - como fundamento da “questão social” na particularidade brasileira pela lei geral de acumulação capitalista. Ademais, espera-se ter cumprido os objetivos de resgatar a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro no que tange ao debate dos fundamentos da “questão social”, além dos avanços que a categoria profissional vem realizando acerca do adensamento dessa temática relacionada ao patriarcado, racismo e capitalismo.

Avanço teórico-metodológico que se expressa, por exemplo, nos debates realizados nas revistas da Temporalis (ABEPSS, 2001 e 2021) e nas teses analisadas que abordam a respeito. Este avanço também se embasa no compromisso ético-político das entidades representativas da categoria profissional que veem atuando com a perspectiva de análise e de transformação da realidade brasileira que considera as relações sociais de sexo, raça e classe. Vide a agenda da ABEPSS, do conjunto CFESS-CRESS e da ENESSO, que busca-se evidenciar no primeiro item do terceiro capítulo. Contudo, não deixa-se de destacar a necessidade da categoria profissional seguir adensando cientificamente no âmbito da produção de conhecimento a compreensão crítica dos fundamentos da formação sócio-histórica brasileira em vias de fortalecer a formação e atuação profissional.

É necessário reafirmar o compromisso ético-político do Serviço Social de forma que a agenda política defendida por assistentes sociais se expresse não só na produção de conhecimento, mas, similarmente, no âmbito da formação e da atuação profissional. Como sinalizado na introdução desta dissertação, trata-se de uma categoria profissional majoritariamente feminina, negra, trabalhadora que atende um perfil de população usuária que é majoritariamente feminina, negra, trabalhadora (CFESS, 2022). Diante das expressões cotidianas da “questão social” na particularidade brasileira, é necessário que a formação profissional fortaleça a leitura feminista, antirrascista e marxista da realidade em vias de fortalecer a atuação profissional e as entidades representativas. Inclusive, no que tange ao enfrentamento da precarização na formação de assistentes sociais visto a “tendência nacional de concentração das matrículas de EaD nas instituições privadas com fins lucrativos, atestando mais uma vez essa modalidade de formação como importante nicho de acumulação de capital” (CFESS, 2022, p. 64).

Em síntese, “é necessário fazer o caminho de retorno à profissão, sem negar o acúmulo produzido a partir dela, pelo contrário, com o acúmulo produzido que é possível fazer esta viagem de retorno. Se nós, assistentes sociais, não fazemos esta mediação quem a fará?” (Moljo; Carvalho; Oliveira; Péres, 2023, p. 36). Inspirada pelas considerações finais de pesquisa anterior e esbarrando em desafios teórico-metodológicos no âmbito da formação profissional do Serviço Social brasileiro que inicio a presente pesquisa. Agora, em vias de finalizá-la, após realizar a viagem de retorno, é possível reafirmar a necessidade de reconhecer o acúmulo coletivo e os esforços da categoria profissional. Mais ainda, é preciso seguir no caminho de adensamento dos fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira.

Os caminhos que estão levando aos 100 anos do Serviço Social na América Latina, aos 90 anos de trajetória do Serviço Social brasileiro e aos 30 anos das diretrizes curriculares, reforçam a necessidade de seguir avançando na construção de uma formação e atuação profissional pautadas na perspectiva marxista da interpretação das relações sociais, alinhando-se ao pensamento feminista, antirrascista e anticapitalista. Mais que isso, o arcabouço teórico-metodológico da categoria profissional acerca da “questão social” aponta os limites do projeto profissional pela necessidade social de ir além deste no âmbito da qualificação técnico-operativa no âmbito da intervenção das expressões da “questão social”. Em

última instância, os princípios ético-políticos defendidos pelo Serviço Social apontam a necessidade de supressão da “questão social” por um projeto social embasado pela liberdade no âmbito dos movimentos sociais da classe historicamente dominada e explorada na formação sócio-histórica brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021a.

ABEPSS. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.** Vitória: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2015.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa.** Disponível em <<https://www.abepss.org.br/gtps.html>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024a.

ABEPSS. **Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Geração e Classes Sociais.** Disponível em <<https://abepss.org.br/servico-social-geracao-e-classes-sociais/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

ABEPSS. **Plataforma Antirracista.** Disponível em <<https://abepss.org.br/category/plataforma-antirracista/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024b.

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante.** Disponível em <<https://itinerante24.abepss.org.br/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024c.

ABEPSS. **Regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Disponível em <<https://abepss.org.br/regionais-2/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024d.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2018a.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Movimentos Sociais e Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2018b.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Política Social e Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2014a.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2018c.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2014b.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2017.

ABEPSS. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social.** In: *Revista Temporalis*, v. 15, n. 30. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2015.

ABEPSS. **Revista Temporalis**, a. 2, n. 3. **Questão Social e Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

ABEPSS. **Revista Temporalis**, v. 21, n. 42. **Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021b.

ABEPSS. **18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Disponível em <<https://abepss.org.br/apresentacao-enpess-2024/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024e.

ABEPSS; CFESS; ENESSO. **30 anos do Congresso da Virada.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2009.

ABRAMIDES, M. B. C. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil. O III CBAS: "O Congresso da Virada" 1979.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

ALMEIDA, N. L. T. D. **"Questão social" e Serviço Social no Brasil.** In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, L. M. D.; BEZERRA, W. C. **Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a "questão social".** In: *Revista Libertas*, v. 20, n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

ALVES, A. M. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 132. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

ALVES, G. L.; VIEIRA, L. A. **Lutas sociais, projetos profissionais e Serviço Social.** In: *Revista Libertas*, v. 14, n. 1. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

BARROCO, M. L. **30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social Brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, n. 23, v. 46. Vitória: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2023.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H.; CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BATISTONI, M. R. **O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980).** In: *Revista em Pauta*, n. 40, v. 15. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BETHÂNIA, M. **Eterno em Mim.** In: *Álbum Abraçar e Agradecer.* Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2016.

BETTI, M. U. **Pierre Bourdieu e a dominação masculina.** São Paulo: Laboratório Didático, USP ensina Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

BOHRER, A. **Marxism and intersectionality: race, gender, class, and sexuality under contemporary capitalism.** Bellefield: Transcript Verlag, 2019.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Governo Provisório, 1890.

BRASIL. **Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil.** Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1888.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993: Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 1993.

BRAZ, M. **José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso.** São Paulo: Cortez Editora, 2017.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em 30 de outubro de 2024a.

CAPES. **Cursos Avaliados e Reconhecidos.** Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/programas?area-avaliacao=32>>. Acesso em 30 de outubro de 2024b.

CAPES. **Documento de Área. Área 32: Serviço Social.** Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019.

CAPES. **Observatório da Pós-Graduação da Plataforma Sucupira.** Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/observatorio>>. Acesso em 30 de outubro de 2024c.

CARTA CAPITAL. **Trabalho Doméstico Não Remunerado vale 11% do PIB no Brasil.** Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil/>>. Acesso em 30 de maio de 2024.

CASTRO, M. H. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CFESS. **Campanhas.** Disponível em <<https://www.cfess.org.br/visualizar/campanhas/https://www.cfess.org.br/visualizar/campanhas/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CFESS. **Curso de Especialização em Serviço Social.** Disponível em <<https://www.cfess.org.br/noticia/view/2197/curso-de-especializacao-em-servico-social-cfess-promove-live-de-lancamento-2>>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. D. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

CISNE, M.; SOARES, C. M. **Questão social no Brasil contemporâneo: contribuições do feminismo marxista e antirracista ao Serviço Social.** In: *Revista Libertas*, v. 22, n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.

CLOSS, T. T. **Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área.** In: *Revista Textos & Contextos*, v. 14, n. 2. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

CORATO, C. **Formação social brasileira: interface com as relações raciais.** *In: Em Pauta, n. 46, v. 18.* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, R. G. D.; PINHEIRO, P. W. M. **Serviço Social e relações sociais de sexo: uma articulação necessária.** *In: Revista Temporalis, a. 16, v. 31.* Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2016.

COSTA, R. G. D.; RAFAEL, J. C. **Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo.** *In: Revista Temporalis, v. 21, n. 42.* Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

COUTINHO, C. N. **A economia e as categorias filosóficas.** *In: O estruturalismo e a miséria da razão.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.

CUNHA, E. P. **Contribuição ao debate da questão social em Marx.** *In: Serviço Social e Questão Social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

DIEESE. **A população impactada pelo salário mínimo no Brasil.** *In: Nota Especial sobre o salário mínimo, 3.* São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2023a.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra no mercado de trabalho.** São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2023b.

DIEESE. **Mulheres: inserção no mercado de trabalho.** São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2023c.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário.** São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2025.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ELPÍDIO, M. H. **Preparando a “virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro.** *In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Orgs). A História pelo avesso. A Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez Editora, 2021.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S. **O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional.** *In: Revista Libertas, v. 22.* Juiz de

Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.

ENESSO. **Campanhas.** Disponível em <<https://enessooficial.wordpress.com/campanhas-2/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2024a.

ENESSO. **Carta Proposta Gestão Lélia González.** Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1-yoF47XOyS4Z4-zWOWETPN5na6Calp3gONbXT89X_kY/mobilebasic?fbclid=PAY2xjawHSjihleHRuA2FlbQlXMAABpuCjKKi6bWvb9jDILziPEFRQ1bBYVPejRpCQ5zWdVuKeFu6mwBpil4FnPg_aem_m-_0hHr3IFd7Br11vAjoAA>. Acesso em 30 de dezembro de 2024b.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R. S. (org.). *História, Natureza, Trabalho e Educação.* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê Editora, 2017.

FAGUNDES, G. G. **Raízes do proletariado negro: o exército industrial de reserva no capitalismo dependente brasileiro.** In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.* Brasília: CFESS/CRESS, 2019.

FAGUNDES, G. G. **Superexploração e Racismo no Brasil: diálogos e questões.** Curitiba: Editora Appris, 2022.

FBSP. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. **Diversidade Sexual e de Gênero e Marxismo.** São Paulo: Cortez Editora, 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”.** São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. **Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FILHO, G. C. **A “Questão Social” no Brasil: Crítica ao Discurso Político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURNO, J. D. C. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** In: *Revista Crítica Marxista*, n. 41. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

GÊNERO E NÚMERO. **Maioria entre informais, mulheres têm lugar central na inédita renda emergencial.** Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-renda-emergencial/#:~:text=Acesso%20%C3%A0%20Renda%20M%C3%ADnima%20Emergencial&text=A%20extrema%20vulnerabilidade%20%C3%A9%20dos,ter%20como%20alimentar%20os%20filhos.>>. Acesso em 30 de maio de 2024.

GONÇALVES, R. **O feminismo marxista de Heleieth Saffioti.** In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** In: *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

GUERRA, Y.; BATISTA, A. **A expressão "questão social" em questão: um debate necessário ao Serviço Social.** In: *Revista Temporalis*, a. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

GUERRA, Y. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica.** In: GUERRA, Y. A. D.; LEWGOY, A.; SILVA, J. F. S.; MOLJO, C. B.; SERPA, M. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* Campinas: Editora Papel Social, 2019.

GUERRA, Y. A. D.; LEWGOY, A.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Editora Papel Social, 2019.

GUERRA, Y.; ORTIZ, F. G.; VALENTE, J.; FIALHO, N. **O debate contemporâneo da "questão social".** In: *Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas.* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R.; BRAVO, M. I. S. **A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: raízes e atualidade.** In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez Editora, 2021.

IANNI, O. **A construção da categoria.** In: *Revista HISTEDBR*, n. esp. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

IANNI, O. **A questão social.** In: *Revista USP*, v. 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

IANNI, O. **Escravidão e racismo.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: Editora Universidade do Sagrado Coração e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2004.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2ª edição.** In: *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, v. 38. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

KERGOAT, D. **A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão.** In: *Revista Pro-Posições*, v. 13, n. 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

LARA, R.; MARANHÃO, C. **Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social.** In: *Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

LEWIS, H. **The politics of everybody: feminism, queer theory, and marxism, at the intersection.** London: Zed Books, 2016.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento específico: a pesquisa bibliográfica.** In: *Revista Katalysis*, v. 10, n. esp. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

LOVATTO, A. **Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti.** In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** In: *Temas de Ciências Humanas*, v. 4. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **¿Qué es el marxismo ortodoxo?** In: *Historia y Conciencia de Clase*. La Habana: Instituto Del Libro, 1970.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, J. L. **Marxismo, interseccionalidade e política de coalizão.** Disponível em <<https://esquerdadiario.com.br/Marxismo-interseccionalidade-e-politica-de-coalizao>>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. **Introdução à Contribuição à crítica da Economia Política.** In: *História, natureza, trabalho e educação: Karl Marx e Friedrich Engels*. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. **O método da economia política.** In: *Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MATTOS, M. B. **Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos.** In: *III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI.* Havana: Revista Cuba Siglo XXI, 2006.

MAURIEL, A. P. O. **Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre graduação e pós-graduação.** In: *Revista Katálysis*, v. 20, n. 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MIR. **Informe MIR. Monitoramento e Avaliação, n. 2, Edição Mulheres Negras.** Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023.

MOLJO, C. B.; CARVALHO, T. S. P. D.; OLIVEIRA, S. D. S.; PÉRES, M. L. **Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade: um estudo a partir das Revistas da Área de Serviço Social.** In: OLIVEIRA, E. A. D.; MOLJO, C. B. (ORG) *Fundamentos do Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

MOLJO, C. B.; CARVALHO, T. S. P. **Tendências Teórico-Metodológicas presentes no debate do Serviço Social Brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, v. 22, n. 44. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2022.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. D. **Trabajo Social y Tradición Marxista.** In: *Revista Escenarios*, a. 20, n. 31. Plata: Facultad de Trabajo Social de Universidad Nacional de La Plata, 2020.

MOREIRA, M. R. D. A. **A constituição de gênero no Serviço Social: um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais.** São Paulo: Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção.** In: *Revista Janus*, a. 1, n. 1. Lorena: UNIFATEA, 2004.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação.** In: *Revista Princípios*, n. 34. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 84, a. 26. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a Tradição marxista**. In: *Serviço Social: questão social, território e política social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Forças produtivas, relações de produção e modos de produção**. In: *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NOGUEIRA, L. **As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista**. In: *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018a.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018b.

OLIVEIRA; E. A. D.; LAMAS, F. G. **Democracia e movimentos sociais no atual estágio de acumulação do capitalismo**. In: *Trabalho, democracia e movimentos sociais: elementos de análise e crítica*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PAULA, L. G. P. D. **“Método BH”: o embrião da virada do Serviço Social**. In: *Boletim Online Conexão Geraes*, n. 14. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2019.

PEREIRA, E. C.; SAMPAIO, S. C. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 133, set/dez 2018. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

PÉRES, M. L. **Patriarcado-racismo-capitalismo e Serviço Social: análise do debate contemporâneo de seus fundamentos no Brasil**. Juiz de Fora: Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REIS, M. F. D. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

ROCHA, Q. V. D. **Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento/consustância opressão/exploração**. In: Revista Praia Vermelha, v. 52, n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

SABOIA, J.; NETTO, J. H.; VILLACORTA, V. N. **Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo**. In: *Texto para Discussão 002/2023 do Instituto de Economia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Conceituando o gênero**. In: *Mulher brasileira é assim*. Campinas: Cadernos de Pesquisa, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **O fardo das brasileiras: de mal a pior**. In: *Revista Escrita Ensaio, Mulher Brasileira: a caminho da libertação*, a. 3, n. 5. São Paulo: Vertente Editora, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** In: *Crítica Marxista*, v. 1, n. 11. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

SANTOS, J. R. D. **O que é racismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SANTOS, J. S. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SIMIONATTO, I. **As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos do Serviço Social**. In: GUERRA, Y. A. D.; LEWGOY, A.; SILVA, J. F. S.; MOLJO, C. B.; SERPA, M. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Editora Papel Social, 2019.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil.** In: *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. **Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

SOUZA, D. C. C. D. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** In: *Cadernos Cemarx*, v. 1, n. 2. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SOUZA, J. P. D.; PEREIRA, L. B. **Pós-graduação no Brasil: análise do processo de concentração.** In: *Revista Acta Scientiarum*, v. 24, n. 1. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

TEIXEIRA, R. J. **Entre os objetivos profissionais e institucionais: fortalecendo o Serviço Social.** In: *Revista Libertas*, v. 23, n. 1. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** 331p. Orientadora: Yolanda Aparecida Demétrio Guerra. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

WERNECK, J. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** In: *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1. Goiânia: Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), 2010.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão.** Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, Y. A. D.; LEWGOY, A.; SILVA, J. F. S.; MOLJO, C. B.; SERPA, M. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* Campinas: Editora Papel Social, 2019.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social no contexto do social-liberalismo**. 337p. Orientadora: Elaine Rossetti Behring. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.

ALBUQUERQUE, C. S. **Drogas, Questão Social e Serviço Social: respostas teórico-políticas da profissão**. 301p. Orientadora: Rita de Cássia Cavalcante Lima. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.

ALCÂNTARA, G. O. D. **O Serviço Social e as questões socioambientais: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais**. 269p. Orientadora: Janete Luzia Leite. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, D. M. F. **Proteção social não contributiva no Brasil e no Uruguai – estratégias de resistência aos ditames dos organismos multilaterais**. 299p. Orientadora: Jolinda de Moraes Alves. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2018.

ALVES, A. D. L. **Mercosul e suas entrelinhas nas redes: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma manifestação da questão social**. 307p. Orientadora: Maria Carmelita Yazbek. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Escola de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, 2021.

ALVES, H. M. R. **Questão Social no Brasil: contribuição para a compreensão de sua gênese**. 177p. Orientador: Ricardo Lara. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

AMARO, N. M. D. S. V. C. **A questão da habitação no Estado Pará: condição de vida e moradia em municípios paraenses**. 291p. Orientadora: Joana Valente Santana. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2023.

BARISON, M. S. **Judicialização da Questão Social: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais**. 290p. Orientador: Rafael Soares Gonçalves. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.

BERTOLLO, K. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 289p. Orientadora: Beatriz Augusto de Paiva. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

CAMPOS, M. R. **Degradação da saúde mental da classe trabalhadora em tempos de acirramento da contrarreforma burguesa: vazios assistenciais e crise sanitária no contexto da pandemia de Covid-19**. 282p. Orientadora: Maria Dalva Horácio da Costa. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, 2022.

CARDOSO, M. **Renda da Terra e Agronegócio: reflexões sobre a questão agrária no Brasil do Século XXI**. 127p. Orientadora: Beatriz Augusto de Paiva. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

CARLONI, A. R. **Porta Entreaberta: um estudo entre relações sociais de gênero, identidade e prostituição feminina**. 156 f. Orientador: Helen Barbosa Raiz Engler. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, 2016.

CHIMINI, L. **Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro**. 232p. Orientador: Emil Albert Sobottka. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2021.

CIRILO, J. M. C. **A “Questão Nacional” e o Serviço Social: uma análise desde a teoria social marxista**. 411p. Orientador: Carlos Eduardo Montañó Barreto. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

CORTES, S. T. **O Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Profissional da Paraíba: um debate situado na questão regional**. 174p. Orientadora: Márcia Regina Botão Gomes. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

CORTES, T. L. **A instrumentalidade do programa habitacional “Morar Feliz” no processo de empresariamento urbano de Campos dos Goytacazes/RJ no início do séc XXI**. 369 p. Orientadora: Silene de Moraes Freire. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2023.

DOURADO, E. O. **Cinema de Ruy Guerra e a “questão social”: entre Os Fuzis e A Queda**. 132p. Orientador: José María Gómez. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, J. W. **Questão Social: um estudo acerca dos fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social**. 174p. Orientadora: Ana Lúcia Suárez Maciel. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2015.

FERRUGEM, D. **A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em Serviço Social**. 126p. Orientadora: Beatriz Gershenson. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2022.

GONÇALVES, A. C. **Política de assistência social, mulher e empreendedorismo: o olhar dos trabalhadores sociais**. 148p. Orientadora: Mara Rosange de Medeiros. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, 2019.

JESUS, R. S. D. **Espetacularização da violência no telejornalismo: uma expressão da questão social brasileira**. 189p. Orientadora: Rita de Cássia Pereira Farias. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Viçosa, 2020.

JUNIOR, A. V. R. **Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE**. 222p. Orientadora: Juliane Feix Peruzzo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2019.

MACHADO, G. S. **Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: na cadência do pioneirismo carioca**. 343p. Orientador: Eduardo Mourão Vasconcelos. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, P. R. **A gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro**. 143p. Orientador: Emil Albert Sobottka. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2023.

MEIRELLES, G. A. L. D. **Trabalho e "questão social" no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores**. 417p. Orientador: Marcelo Braz Moraes dos Reis. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

MILITÃO, R. M. D. S. A. **As tendências do processo de descentralização para o tratamento de pessoas que vivem com HIV/AIDS no Município do Rio de Janeiro**. 338p. Orientadora: Márcia Regina Botão Gomes. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2022.

MOREIRA, C. F. N. **Trabalho, educação e democracia: tendências do debate sobre democratização da política educacional brasileira nos últimos trinta anos**. 317p. Orientador: Ney Luiz Teixeira de Almeida. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.

MOURA, A. B. D. **Idosos em ILPIs: determinantes de ingresso e permanência**. 183p. Orientadora: Vini Rabassa da Silva. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, 2018.

NUNES, C. A. D. S. **“Questão ambiental” e “questão social”: uma crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza**. 229p. Orientador: Marcelo Braz Moraes dos Reis. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, L. F. **Judicialização do acesso ao tratamento oncológico e efetivação do direito constitucional à saúde: a particularidade do Hospital do Câncer I no segundo decênio do século XXI**. 235p. Orientadora: Silene de Moraes Freire. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, V. L. R. D. **O trabalho dos motoboys no processo de produção e reprodução social no Município de João Pessoa/PB: revelando uma expressão da questão social**. 211p. Orientadora: Íris Maria de Oliveira. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, 2022.

ORREGO, M. V. **As dimensões da prática profissional do Serviço Social: a contribuição da perspectiva histórico-crítica**. 382p. Orientadora: Janete Luzia Leite. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, E. M. **A dialética do desenvolvimento desigual interregional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)**. 305p. Orientador: Marcelo Braz Moraes dos Reis. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal

do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.

PINTO, R. M. P. **Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará.** 319p. Orientadora: Valéria Lucília Forti. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

REDON, S. **A apreensão da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro.** 291p. Orientadora: Eliane Christine Santos de Campos. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2023.

REIS, M. C. M. **O aprofundamento dos desafios históricos da garantia de direitos de crianças e adolescentes frente à avalanche neoconservadora no Brasil do século XXI.** 241p. Orientadora: Silene de Moraes Freire. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, R. **A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceitualização (1994-2014).** 2020. 276p. Orientadora: Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

ROCHA, M. **Capitalismo dependente e Serviço Social: crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições.** 277p. Orientador: Mauro Luís Iasi. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, A. E. L. D. **Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social.** 243p. Orientador: Inez Terezinha Stampa. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. A. R. D. **Interseccionalidade(s): um não lugar na formação em Serviço Social.** 192p. Orientadora: Luciana Patrícia Zucco. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2021.

SCHMIDT, F. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da “questão social” no Brasil.** 193p. Orientadora: Silene de Moraes Freire. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do

Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, C. G. P. P. D. **Proteção social básica e prevenção dos casos de negligência contra crianças e adolescentes: para além da assistência social.** 216p. Orientador: Antonio Carlos de Oliveira. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, J. M. M. D. **Imigração e controle de excedentes: o Estado brasileiro frente ao fluxo migratório venezuelano.** 256p. Orientadora: Helenara Silveira Fagundes. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

SILVA, R. M. F. D. **O Ceará Moderno: faces e contrafaces da modernização conservadora do capitalismo tardio da era imperialista neoliberal (1987-2018).** 296p. Orientadora: Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, M. C. M. **Serviço Social no século XXI: nas entrelinhas da prática profissional.** 306p. Orientadora: Ana Maria de Vasconcelos. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, L. C. D. **Velhice e violação dos direitos humanos na realidade brasileira: a expressão da questão social em face das garantias previstas no arcabouço legal.** 185p. Orientadora: Nanci Soares. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, 2020.

VAZ, V. C. S. **Questão Social e Pessoa com Deficiência: o paradoxo da conquista de direitos.** 141 p. Orientadora: Nayara Hakime Dutra. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca, 2023.

VIEIRA, S. L. D. S. **Do Serviço Social no Brasil e da Questão Socioambiental do Século XXI: uma Abordagem à Ecologia de Marx.** 319p. Orientadora: Maria Carmelita Yazbek. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Escola de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, 2017.